



Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

CNPJ/MF: 81.716.144/0001-40

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Pela presente publicação, a Administração da Rocha Terminais Portuários e Logística S/A ("Companhia"), vem mui respeitosamente apresentar para o vosso conhecimento, em cumprimento às disposições legais e estatutárias da Companhia, o Relatório dos Auditores Independentes da Ernst Young sobre as suas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, complementadas pelas Notas Explicativas referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, comparativamente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. O Relatório dos Auditores Independentes sobre as suas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foi emitido sem ressalvas e está disponível na sede da Companhia. As informações constantes nas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em moeda corrente nacional ("Reais") e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Paranaguá/PR, 22 de março de 2024. A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	218.122	201.945	219.273	202.416	Fornecedores	16.a	44.356	30.730	56.966	37.721
Contas a receber de clientes	10	40.615	33.309	47.940	42.646	Empréstimos e financiamentos	18	92.453	69.636	93.567	78.889
Impostos a recuperar	11	10.768	11.648	11.957	12.262	Impostos e contribuições a recolher	19	4.793	4.208	5.800	6.870
Dividendos a receber	20	5.442	2.719	4.027	2.360	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		11.551	9.329	14.848	12.056
Outros ativos circulantes		11.386	12.598	15.794	17.281	Adiantamentos de clientes	17	7.521	11.108	8.589	12.135
		286.333	262.219	298.991	276.965	Passivo de arrendamento	16.b	34.951	29.575	48.814	38.710
						Outras contas a pagar		195.625	154.586	228.584	211.123
Não circulante						Não circulante					
Contas a receber de clientes	10	1.665	8.968	1.665	8.887	Fornecedores	16.a	9.616	81	-	-
Impostos a recuperar	11	731	3.318	2.316	5.968	Empréstimos e financiamentos	18	416.223	371.519	417.151	459.810
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	-	-	5.241	11.384	Passivo de arrendamento	17	102.996	110.786	116.960	128.681
Depósitos judiciais	21	57.661	56.516	57.693	56.518	Outras contas a pagar	16.b	57.056	56.023	78.046	56.023
Mútuo entre partes relacionadas	20	-	30.218	-	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	15.957	3.519	10.718	3.806
Outras ativos não circulantes		8.929	6.361	10.150	7.149	Provisão para contingências	21	1.347	716	6.946	7.491
Investimentos	13	524.617	446.128	422.764	486.600			603.195	542.644	629.821	655.811
Imobilizado	14	889.202	757.584	964.639	819.764	Patrimônio líquido					
Direito de uso - Arrendamento	17	122.728	127.826	148.074	152.926	Capital social	22.a	31.574	31.574	31.574	31.574
Intangível	15	5.771	5.063	45.689	47.744	Reservas de capital	22.b	490.247	490.247	490.247	490.247
		1.611.304	1.441.982	1.658.231	1.596.940	Reservas de lucros	22.d 22.e	576.996	485.150	576.996	485.150
								1.098.817	1.006.971	1.098.817	1.006.971
Total do ativo		1.897.637	1.704.201	1.957.222	1.873.905	Total do passivo		1.897.637	1.704.201	1.957.222	1.873.905

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

Saldo em 31 de dezembro de 2021	Nota	Reservas de capital		Reservas de lucros		Total
		Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	
Saldo em 31 de dezembro de 2021		31.574	527.423	(37.176)	6.314	912.929
Resultado do exercício		-	-	-	-	153.042
Destinações:						
Dividendos mínimos obrigatórios	22.f	-	-	-	-	(38.261)
Dividendos complementares	22.f	-	-	-	-	(19.000)
Retenção de lucros no exercício	22.e	-	-	-	-	113.042
Saldo em 31 de dezembro de 2022		31.574	527.423	(37.176)	6.314	1.006.971
Resultado do exercício		-	-	-	-	176.846
Destinações:						
Dividendos mínimos obrigatórios	22.f	-	-	-	-	(44.212)
Dividendos complementares	22.f	-	-	-	-	(40.788)
Retenção de lucros no exercício	22.e	-	-	-	-	132.634
Saldo em 31 de dezembro de 2023		31.574	527.423	(37.176)	6.314	1.098.817

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Resultado do exercício		176.846	153.042	176.846	153.042
Ajustes por:					
(Reversão) constituição de provisão para perdas esperadas com clientes	10	(249)	99	225	(342)
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	8.663	19.483	8.502	30.182
Resultado de equivalência patrimonial	13	(147.879)	(135.085)	(128.263)	(114.346)
Depreciação e amortização	14 15	48.404	44.147	58.979	53.926
Resultado na baixa de ativo permanente	14	4.227	1.354	4.271	5.012
Depreciação do direito de uso - arrendamento	17	29.508	20.186	41.824	29.114
Juros e correções incorridos	18 29	65.965	41.025	68.573	54.908
Juros de contrato de arrendamento	17	3.228	6.430	3.780	7.597
Atualização monetária (negativa) positiva de outras contas a pagar	25	-	-	(340)	2.111
Constituição (reversão) de provisão para contingências	21	631	425	(545)	1.030
Variações nos ativos e passivos					
Redução (aumento) em contas a receber de clientes - circulante e não circulante		246	(12.848)	1.703	(12.711)
Redução em impostos a recuperar - circulante e não circulante		7.242	6.728	8.510	11.783
(Aumento) em depósitos judiciais		(1.145)	(7.307)	(1.175)	(7.307)
(Aumento) em outros ativos - circulante e não circulante		(11.402)	(35.063)	(1.515)	(6.778)
Aumento em fornecedores - circulante e não circulante		23.161	1.089	19.245	4.827
Aumento em impostos e contribuições a recolher		4.875	711	15.298	1.120
Aumento em obrigações trabalhistas e previdenciárias		2.222	1.043	2.792	1.494
(Redução) Aumento em outros passivos - circulante e não circulante		1.033	6.905	(2.379)	1.318
(Redução) em adiantamentos de clientes		(3.587)	(2.157)	(3.545)	(2.153)
Atualização monetária paga		(4.290)	(1.949)	(16.368)	(5.699)
Impostos sobre o lucro pagos		(70.482)	(37.801)	(78.104)	(12.125)
Juros sobre financiamentos pagos	18	(137.217)	(70.657)	(178.314)	(49.543)
Fluxos de caixa líquidos provenientes das atividades operacionais		137.217	70.657	178.314	146.498
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Contraprestação transferida - aquisição Rocha RS		-	-	-	(16.201)
Aumento de participação em investimentos	13	-	-	-	(31.500)
Dividendos recebidos	13	194.431	114.985	190.432	88.985
Aquisição de imobilizado e intangível	15 16 29	(178.420)	(121.891)	(199.533)	(137.790)
Fluxos de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento		16.011	(6.906)	(9.101)	(96.506)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Empréstimos e financiamentos captados	18	38.407	162.000	38.407	162.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	18	(60.406)	(33.604)	(63.394)	(38.190)
Pagamento de arrendamentos	17	(30.052)	(25.595)	(42.369)	(35.362)
Dividendos pagos	22.f	(85.000)	(59.000)	(85.000)	(59.000)
Fluxos de caixa líquidos provenientes das (usado nas) atividades de financiamento		(137.051)	43.801	(152.356)	29.448
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		16.177	107.552	16.857	79.400
Demonstração do aumento em caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício	9	201.945	94.393	202.416	123.016
No fim do exercício	9	218.122	201.945	219.273	202.416
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		16.177	107.552	16.857	79.400

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Rocha Terminais Portuários e Logística S.A. ("Companhia" ou "Grupo") integra uma linha empresarial fundada em Paranaguá (PR) no dia 29 de janeiro de 1864, dedica-se às atividades portuárias e retroportuárias, e opera de forma ininterrupta desde a sua origem. Com sede em Paranaguá (PR), possui filiais em Curitiba (PR) e São Francisco do Sul (SC), atua por meio de empresas investidas nos portos de Paranaguá (PR), São Francisco do Sul (SC), Rio Grande (RS) e Itaquá (MA) e terminal de transbordo ferroviário na cidade de Palmeirante (TO). A Companhia presta serviços no setor de logística portuária e retro portuária e destaca-se nas atividades de: armazenagem de cargas a granel, siderúrgicos e carga geral; operações portuárias (descarregamento e carregamento de navios) de graneis de importação e graneis de exportação, carga geral e celulose, graneis líquidos, comissária de despachos aduaneiros e desembarque de cargas, terminais de carga alfandegados, agenciamento de transporte de cargas e participação em outras empresas.

A Companhia opera no Porto de Paranaguá-PR sob certificado da Associação dos Portos de Paranaguá e Antonina "APPA", concedido somente a empresas devidamente qualificadas como "Operador Portuário" o que atende aos requisitos exigidos pela autoridade portuária. Este certificado tem prazo de duração determinado, tendo ocorrido a última renovação em 18 de setembro de 2023, com validade até 17 de setembro de 2028 o qual poderá ser renovado sem quaisquer ônus para os negócios da Companhia. Para mantê-lo a Companhia é obrigada a cumprir as normas da autoridade portuária, bem como os dispositivos da Lei 8.630/93 atualizada pela Lei 12.815/13 (Lei da Modernização dos Portos). Na operação portuária, são pagas as tarifas pertinentes à autoridade portuária em decorrência de cada operação executada, além da contratação de mão-de-obra de conferentes, arrumadores e estivadores junto ao Órgão Gestor de Mão de Obra (OGMO).

A Companhia firmou o contrato de arrendamento nº 115/2002 com a APPA em 16 de setembro de 2002, e opera a Instalação Portuária Alfandegada (IPA) nas dependências do Armazém 9A do Porto de Paranaguá-PR. O referido contrato teve sua adequação aos dispositivos das Leis 8.630/93 e Lei 12.815/13 e também pela Resolução ANTAQ nº 2240/11 em 3 de setembro de 2012. Em 31 de agosto de 2022 este contrato foi prorrogado pela APPA até 2042 por meio do 3º termo aditivo.

A Companhia possui também o certificado de "Operador Portuário" emitido pela Administração do Porto de São Francisco do Sul "APSPS" em consonância aos

dispositivos da Lei 8.630/93 atualizada pela Lei 12.815/13, concedendo a Companhia a qualificação para executar operações no Porto de São Francisco do Sul-SC; a referida habilitação foi emitida em 30 de novembro de 2023, com validade até 29 de novembro de 2028 o qual poderá ser renovado sem quaisquer ônus para os negócios da Companhia. Para mantê-lo a Companhia é obrigada a cumprir as normas da autoridade portuária, bem como os dispositivos da Lei 8.630/93 atualizada pela Lei 12.815/13 (Lei da Modernização dos Portos). A Companhia obteve através do Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 44 da 9ª SSRF da Receita Federal do Brasil publicado no D.O.U. de 25 de novembro de 2013, o alfanfandamento a título permanente de seu complexo de armazenagem de graneis sólidos de importação (GIMPO), filial que está inscrita no CNPJ/ME sob nº 81.716.144/0005-74, localizada na área externa ao Porto Organizado de Paranaguá - PR, na Av. Cel. José Lobo, nº 1.913, município de Paranaguá - PR, cuja infraestrutura é composta por armazém, área de pátio com balanças e esteira que liga ao Terminal Público de Fertilizantes do Porto de Paranaguá. O alfanfandamento obtido está em conformidade com os dispositivos do Contrato de Passagem nº 006/2010, ratificado por seus termos aditivos, firmado com a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, confirmado pela ANTAQ (Agência Nacional de Transporte Aquaviário), o qual tem prazo de vigência de 25 anos (com validade até 2037) podendo ser prorrogado por igual período (até 2062). Em 22 de abril de 2014, a Companhia obteve através do Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 10 da 9ª SSRF da Receita Federal do Brasil publicado no D.O.U. de 25 de abril de 2014, a extensão do alfanfandamento para toda a infraestrutura do complexo de armazenagem de graneis sólidos de importação, mantidas as mesmas condições mencionadas no parágrafo acima. Em 26 de outubro de 2017, a Companhia obteve através do Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 19 da 9ª SSRF da Receita Federal do Brasil publicado no D.O.U. de 27 de outubro de 2017, o alfanfandamento a título permanente de sua instalação portuária denominada "GEXPO", filial que está inscrita no CNPJ/ME sob nº 81.716.144/0015-46, localizada em área contígua ao Porto Organizado de Paranaguá, na Av. Cel. José Lobo, s/nº, Oceania, Paranaguá (PR). Em 25 de março de 2022, o Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 7 da 9ª SSRF da Receita Federal do Brasil publicado no D.O.U. de 28 de março de 2023, alterou a redação do ADE 19/2017 para refletir a ampliação do GEXPO, o qual conta com um montante de área de 56.743 m², composta por 4 (quatro) armazéns ("AZ 01, AZ 02, AZ 03 e AZ 04"), e pelas demais estruturas e equipamentos acessórios que servem de apoio à atividade de movimentação e armazenagem de graneis

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais)

Receita líquida de serviços	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita líquida de serviços	23	425.643	386.234	594.526	546.974
Custo dos serviços prestados	24	(291.775)	(293.030)	(420.952)	(400.137)
Lucro bruto		133.868	93.204	173.574	146.837
Despesas operacionais					
Comerciais	24	(705)	(615)	(705)	(615)
Administrativas e gerais	24	(34.053)	(21.484)	(34.680)	(22.124)
Outras despesas operacionais, líquidas	24	(18.040)	(2.185)	(19.556)	(4.205)
Resultado antes das despesas financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos		81.070	68.920	118.633	119.893
Receitas financeiras	25	21.646	18.645	21.703	19.394
Despesas financeiras	25	(60.796)	(50.125)	(66.883)	(70.411)
Despesas financeiras, líquidas		(39.150)	(31.480)	(45.180)	(51.017)
Resultado de equivalência patrimonial	13	147.879	135.085	128.263	114.348
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		189.799	172.525	201.716	183.224
Imposto de renda e contribuição social - corrente	12	(4.290)	(3.649)	(16.368)	(13.953)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	12	(8.663)	(15.834)	(8.502)	(16.229)
Resultado do exercício		176.846	153.042	176.846	153.042
Lucro por ação - em R\$				5,60	4,85

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais)

Resultado do exercício	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Resultado do exercício	176.846	153.042	176.846	153.042
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	176.846	153.042	176.846	153.042

As notas explicativas são

(Continuação da página -1-)

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3 - inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

6. Base de mensuração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos, mensurados pelo seu valor justo, conforme descrito na nota explicativa nº 26.

7. Principais políticas contábeis

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Base de consolidação**i) Combinações de negócios**

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

ii) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das empresas a seguir relacionadas:

Empresas	Controle	2023	2022
Rio Bacacheri Participações S.A.	Direto	100,00%	100,00%
Rocha Granéis Sólidos de Exportação S.A.	Direto	100,00%	100,00%
Rocha RS Terminais Portuários e Logística S.A.	Indireto	100,00%	100,00%
Porto Seco Rocha Terminais de Cargas Ltda.	Direto	99,99%	99,99%

iii) Perda de controle

Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

iv) Investimentos em entidades controladas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades controladas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures). As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite o Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o Grupo possui as seguintes entidades coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures):

Empresas	Tipo	2023	2022
Cattalini Terminais Marítimos S.A.	Empreendimento direto controlado em conjunto	50,00%	50,00%
TLP-Terminais Líquidos de Paranaguá Ltda.	Empreendimento direto controlado em conjunto	50,00%	50,00%
Companhia Operadora Portuária do Itaquí-COPI	Empreendimento indireto controlado em conjunto	50,00%	50,00%
Companhia Operadora Portuária de Itaquí-COPI	Empreendimento indireto controlado em conjunto	50,00%	50,00%
Fullport8 Operação Portuária e Armazenagem Ltda.	Empreendimento direto controlado em conjunto	28,33%	28,33%
Melport Terminais Marítimos Ltda.	Empreendimento indireto controlado em conjunto	50,00%	50,00%
Sul Trading Ltda.	Empreendimento indireto controlado em conjunto	0,50%	0,50%
CPL-Central Paranaense de Logística S.A.	Coligada indireta	12,50%	12,50%

v) Transações eliminadas na consolidação
Saldo e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio na data das transações.
Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data da transação. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c) Receita de prestação de serviços

A Companhia, suas Controladas e investidas atuam na prestação de serviços de operações portuárias e armazenagem, em armazéns gerais e recintos alfandegados, no acondicionamento de produtos, despacho aduaneiro, utilização e desutilização de cargas, envase, armazenagem e desestufagem de contêineres, operações em recintos alfandegados, transporte, recepção, armazenagem e expedição de (a) graneis sólidos (derivados de importação (fertilizantes, cereais e outros) e de exportação (soja e milho), (b) graneis líquidos (derivados, metano e outros), (c) carga geral, celulose e produtos siderúrgicos, (d) cargas de projeto, locação de bens móveis, de máquinas e equipamentos, e (e) outras cargas na logística portuária.

A receita dos serviços prestados é reconhecida no resultado em virtude do respectivo estágio da prestação e está relacionada, principalmente, às operações portuárias, armazenagem e operações logísticas. A receita dos serviços também poderá ser mensurada pelo montante recebido ou a receber pelos serviços prestados no curso normal dos negócios, líquidos de eventuais descontos comerciais e dos impostos sobre a venda. Operações Portuárias: as operações portuárias referem-se, basicamente, aos serviços de embarque e desembarque de cargas à granel dos navios, e aos serviços de movimentação das cargas a granel e/ou ainda cargas soltas (projetos) nos portos, e são reconhecidas ao longo do tempo no resultado, conforme evolução da realização das operações portuárias.

Armazenagem: refere-se à prestação de serviços de armazenagem de produtos nos armazéns e/ou tanques próprios e/ou arrendados do Grupo. A receita de armazenagem poderá ser reconhecida no resultado no momento da entrada das cargas, durante as estadas e/ou ainda na retirada das mesmas dos armazéns. Operações Logísticas: as operações logísticas são referentes, principalmente, ao desembarco aduaneiro, transporte, serviços complementares, e à armazenagem de carga geral, contêinerizada e/ou ainda operações com produtos siderúrgicos na modalidade break bulk e celulose. As receitas com operações logísticas são reconhecidas no resultado de acordo com a conclusão dos serviços contratados, ou ainda, de acordo com as propostas comerciais.

d) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia e suas controladas não fornecem benefícios de longo prazo a seus empregados.

e) Receitas financeiras e despesas financeiras

Receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem, principalmente:

- Rendimentos com aplicações financeiras;
- Despesa de juros; e
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia de receber o pagamento é estabelecido. A Companhia classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

f) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos

que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflète as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia e suas controladas sejam capazes de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

g) Caixa e equivalentes a caixa

Incluem os saldos em caixa e contas-correntes (depósitos bancários à vista) e aplicações financeiras em instituições financeiras, considerados de liquidez imediata. As aplicações financeiras estão atualizadas pelos rendimentos auferidos até a data da demonstração financeira.

h) Contas a receber de clientes e provisão para perdas esperadas

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor futuro, ajustado ao valor presente, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas.

A provisão para perdas esperadas foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. Os critérios e as premissas utilizados pela Administração, bem como a movimentação da provisão, estão descritos na nota explicativa nº 10 - Contas a receber de clientes.

i) Imobilizado**Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas.

iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes para os dois exercícios apresentados:

Edificações e benfeitorias	20 - 30 anos
Equipamentos e guindastes	5 - 15 anos
Outros ativos	10 anos (média)

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

j) Ativos intangíveis e ágio**i) Reconhecimento e mensuração**

Ágio
O ágio é mensurado pelo custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O reconhecimento do ágio nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foi efetuada em consonância com os dispostos nas normas (i) CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios; (ii) CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas; e (iii) ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial. **Softwares e demais intangíveis**
Possuem vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam.

iii) Amortização

Os softwares e demais intangíveis são amortizados utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estimadas dos intangíveis são as seguintes para os dois períodos apresentados:

Softwares	5 anos
Acordos de não competição	5 anos
Contratos de arrendamento	10 - 25 anos
Outros intangíveis	10 - 12 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

k) Instrumentos financeiros**i) Reconhecimento e mensuração inicial**

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um título a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um título a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Os instrumentos financeiros são classificados como mensurados: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ou VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo por meio do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
 - Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
 - Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os instrumentos financeiros não são mensurados em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA (outros resultados abrangentes). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descausamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros**

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

• Os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros - Continuação

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos de principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros
Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas classificaram os ativos financeiros na categoria de "Custo amortizado", os quais são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos e na categoria de "Valor justo por meio do resultado".

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

ii) Desreconhecimento**Ativos financeiros**

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas não transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retem o controle sobre o ativo financeiro. Se a Companhia e suas controladas realizarem transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iii) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

iv) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não celebraram contratos com instrumentos financeiros derivativos em nenhum dos exercícios apresentados.

l) Capital social**Custos ordinários**

Atos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como reduções do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizados conforme o CPC 32.

m) Redução ao valor recuperável (Impairment)**i) Ativos financeiros não-derivativos**

Instrumentos financeiros e ativos contratuais
A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Para determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia e suas controladas presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso e sem garantias que possam ser utilizadas para a sua realização.

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia e suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia e suas controladas consideram que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento". As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro

(Continuação da página -2-)

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, as provisões são avaliadas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

o) **Arrendamentos**

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor subjacentes; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de informática. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

p) **Mensuração do valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia e suas controladas têm acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia e suas controladas.

Quando disponível, a Companhia e suas controladas mensuram o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia e suas controladas mensuram ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia e suas controladas determinarem que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

q) **Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios.

r) **Classificação circulante e não circulante**

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

s) **Demonstrações dos fluxos de caixa**

A Companhia optou por classificar os juros pagos como fluxo de caixa operacional, dividendos pagos como fluxo de financiamento e os dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos como fluxo de caixa de investimento, opção essa prevista nos termos do pronunciamento técnico CPC 03 - R2 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

t) **Informações por segmento**

Um segmento operacional é um componente da Companhia e de suas controladas que desenvolvem atividades de negócio das quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revisados frequentemente junto com os seus gerentes e com report à Diretoria Estatutária; da mesma forma, são apresentados nas reuniões do Conselho de Administração, para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem, principalmente, ativos intangíveis (primariamente a sede da Companhia) e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

u) **Dividendos a pagar**

É assegurado aos acionistas, por meio do estatuto social da Companhia, dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício ajustado conforme a Lei das Sociedades por Ações. A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição torna-se uma obrigação presente na data do balanço, referindo-se à parcela de dividendo mínimo obrigatório não antecipado e/ou dividendos complementares, cuja aprovação para distribuição tenha sido devidamente realizada até a data base das demonstrações financeiras.

8. **Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Determinadas novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

CPC 50 - Contratos de seguro

O CPC 50 é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O CPC 50 substitui o CPC 11 - Contratos de Seguro. O CPC 50 se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do CPC 50 é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O CPC 50 é baseado em um modelo geral, complementado por: Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (Alterações ao CPC 26);

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável)
- Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração

A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Definição de estimativas contábeis - Alterações ao CPC 23 políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro

As alterações ao CPC 23, esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Divulgação de políticas contábeis - Alterações ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis As alterações ao CPC 26 (R1) fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Reforma tributária internacional - Regras do modelo do Pilar Dois - Alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro

As alterações ao CPC 32 estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributárias e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

As alterações ao CPC 32 foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e
- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente.

Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, pois a Companhia não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano.

9. **Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e bancos	1.388	2.857	1.509	3.328
Aplicações financeiras	216.734	199.088	217.764	199.088
	218.122	201.945	219.273	202.416

Os investimentos de curto prazo, classificados como equivalentes de caixa, referem-se a papéis remunerados a taxas referenciadas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), contratadas com instituições consideradas pela administração como de 1ª linha, com possibilidades de resgates parciais ou totais sem restrições. Os valores estão registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos respectivos rendimentos, que foram superiores a 102% do CDI (102% em 2022).

Os investimentos de curto prazo são somente em aplicações financeiras junto às instituições financeiras de primeira linha, conforme abertura abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Bradesco	88.810	43.159	89.840	43.159
Safra	62.578	142.419	62.578	142.419
Santander	56.814	5.962	56.814	5.962
Itaú	8.532	7.548	8.532	7.548
	216.734	199.088	217.764	199.088

10. **Contas a receber de clientes**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Clientes nacionais	26.284	32.673	34.513	42.115
Clientes no exterior	14.205	8.223	14.205	8.593
Partes relacionadas (veja nota explicativa nº 20)	1.810	1.649	1.665	1.378
(-) Provisão para perdas esperadas (i)	(19)	(288)	(778)	(553)
	42.280	42.277	49.605	51.533

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Circulante	40.615	33.309	47.940	42.646
Não circulante	1.665	8.968	1.665	8.887

Faixas de vencimento, excluindo saldos com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
A vencer	34.833	33.976	41.724	42.493
Vencidos entre 1 e 90 dias	3.713	5.912	4.014	6.550
Vencidos entre 91 e 180 dias	513	524	592	723
Vencidos acima de 180 dias	1.430	484	2.388	942
	40.489	40.896	48.718	50.708

(i) A Companhia e suas controladas têm como política contábil constituir a provisão para perdas de créditos esperadas para os recebíveis cuja liquidação seja considerada como incerta. Inicialmente, são feitas análises individuais, verificando-se o histórico recente e a data de vencimento dos títulos, bem como as condições de negócio de cada recebível. De forma geral, para as operações com graneis, a Companhia e suas controladas recebem antecipadamente 50% dos serviços que serão prestados, e negocia um prazo médio de 10 dias para o valor remanescente, e os demais serviços prestados possuem um prazo médio de 20 dias para recebimento.

Movimentação da provisão para perdas esperadas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo no início do exercício (Provisão) reversão de provisão	(268)	(169)	(553)	(895)
Saldo no final do exercício	249	(99)	(225)	342
	(19)	(268)	(778)	(553)

11. **Impostos a recuperar**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
IRPJ e CSLL (i)	9.013	4.624	11.444	6.597
PIS e COFINS (ii)	1.755	8.778	2.998	8.778
INSS parte empresa (iii)	731	904	731	904
FUNDAF (iv)	-	660	-	1.951
	11.499	14.966	14.273	18.230

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Circulante	10.768	11.648	11.957	12.262
Não circulante	731	3.318	2.316	5.968

(i) Refere-se aos impostos retidos na fonte incidentes sobre aplicações financeiras resgatadas e prestação de serviços.

(ii) Refere-se a créditos originados da cobrança não-cumulativa do PIS e da COFINS, apurados principalmente nas operações de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado (Lei 11.488/2007), que são compensados em parcelas mensais sucessivas, conforme determinado pela legislação vigente.

(iii) Refere-se a créditos originados de ação judicial transitado em julgado, apurados sobre mão de obra própria e avulsa, que serão compensados com outros impostos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB).

(iv) Refere-se ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (FUNDAF), considerado inconstitucional pela jurisprudência. Os valores pagos em exercícios anteriores, cuja jurisprudência já está pacificada no STF iniciaram a sua compensação com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) no segundo semestre de 2020.

12. **Imposto de renda e contribuição social**

i) **Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos**
O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil. Adicionalmente, a Administração, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

Baseado em expectativa de lucratividade e no plano de negócios aprovado pela Administração e acionistas, a Companhia e suas controladas registraram imposto de renda e contribuição social diferidos. O saldo entre ativo e passivo é registrado líquido no balanço patrimonial individual e consolidado, conforme apresentado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativo não circulante (adições temporárias)				
Prejuízos fiscais a compensar e base negativa de contribuição social	28.442	41.397	45.735	61.120
Amortização de mais valia (i)	385	-	15.415	14.556
Passivo não circulante (exclusões temporárias)				
(-) Juros capitalizados	(75.759)	(46.715)	(77.259)	(48.356)
(-) Outras diferenças temporárias	-	(5.032)	-	(5.032)
Base de cálculo	(46.932)	(10.350)	(16.109)	22.286
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais de 25% e 9%	34%	34%	34%	34%
(Passivo) ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	(15.957)	(3.519)	(5.477)	7.578

(i) Efeito na controladora da cisão relacionada ao investimento detido pela Rocha RS na COPI - Companhia Operadora Portuária de Itaquai para a Rocha Terminal Portuários e Logística S.A., ocorrida em maio de 2023. As estimativas de realização dos créditos tributários da Companhia e suas controladas estão respaldadas em projeções de rentabilidade futura da Companhia e suas controladas, aprovadas pela Administração.

ii) **Reconciliação da alíquota efetiva**

A reconciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Resultado do exercício antes dos impostos	189.799	172.525	201.716	183.224
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 34%	(64.532)	(58.659)	(68.583)	(62.296)
Adições e exclusões e outros				
Resultado de equivalência patrimonial	50.279	45.929	43.609	38.878
Juros capitalizados	-	(6.528)	-	(6.861)
Exclusões permanentes, líquidas	1.724	1.087	825	911
Prejuízo fiscal utilizado	4.404	429	5.231	2.192
Amortização de mais valia	(1.736)	(1.621)	(2.809)	(2.815)
Contenciosos	(214)	(145)	253	(287)
Outros	(2.878)	24	(3.396)	96
	(12.953)	(19.484)	(24.870)	(30.182)

Imposto de renda e contribuição social no resultado:

	2023	2022	2023	2022
Corrente	(4.290)	(3.649)	(16.368)	(13.953)
Diferido	(8.663)	(15.834)	(8.502)	(16.229)

Alíquota efetiva

	2023	2022	2023	2022
	(6,8%)	(11,2%)	(12,3%)	(16,4%)

As estimativas de realização dos créditos tributários da Companhia e suas controladas, decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, estão respaldadas em projeções de rentabilidade da Companhia e de suas controladas, aprovadas pela Administração, a saber:

	Controladora Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2023
2024	5.105	6.482
2025	4.565	6.482
2026	-	1.377
2027	-	1.340
	9.670	15.681

As premissas utilizadas nas projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia e suas controladas foram baseados nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia e suas controladas.

13. **Investimentos**i) **Composição dos saldos da controladora**

	2023	2022
Investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas (equivalência patrimonial)		
Ro Bacacheri Participações S.A.		

(Continuação da página 3-)

Table with 3 columns: Item, 2023, 2022. Rows include Participação no capital social no final do exercício, Participação no patrimônio líquido, Ativos circulantes, etc.

Table with 3 columns: Item, 2023, 2022. Rows include Ativos circulantes, Ativos não circulantes, Passivos circulantes, etc.

Table with 3 columns: Item, 2023, 2022. Rows include Ativos circulantes, Ativos não circulantes, Passivos circulantes, etc.

Table with 3 columns: Item, 2023, 2022. Rows include Ativos circulantes, Ativos não circulantes, Passivos circulantes, etc.

iv) Movimentação dos investimentos no exercício

Table with 10 columns: Rio, Rocha, Porto, Cattalini, TLP, Fullport8, Sul, Bacacheri, Graneis, Seco, Terminals, Operações, Trading, Total. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2021, Dividendos recebidos, etc.

Table with 7 columns: Cattalini, TLP, Fullport8, Sul, Terminals, COPI, Operações, Trading, Total. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2021, Dividendos recebidos, etc.

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia recebeu, a título de dividendos, o montante de R\$ 194.431 (individual) e R\$ 190.431 (consolidado), conforme apresentado na demonstração do fluxo de caixa. Tais valores estão acrescidos do saldo a receber em 31 de dezembro de 2022 registrado no ativo no montante de R\$ 167. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia recebeu, a título de dividendos, o montante de R\$ 114.985 (individual) e R\$ 88.985 (consolidado), conforme apresentado na demonstração do fluxo de caixa. Tais valores estão acrescidos do saldo a receber em 31 de dezembro de 2021 registrado no ativo no montante de R\$ 226.

14. Imobilizado

Table with 3 columns: Item, 2023, 2022. Rows include Benfeitorias em imóveis locados (i), Edificações e benfeitorias, Equipamentos e guindastes, etc.

Table with 3 columns: Item, 2023, 2022. Rows include Benfeitorias em imóveis locados (i), Edificações e benfeitorias, Equipamentos e guindastes, etc.

Table with 4 columns: Saldo em 31/12/2021, Movimentação em 2022, Saldo em 31/12/2022. Rows include Benfeitorias em imóveis locados (i), Edificações e benfeitorias, Equipamentos e guindastes, etc.

Table with 4 columns: Saldo em 31/12/2021, Movimentação em 2022, Saldo em 31/12/2022. Rows include Benfeitorias em imóveis locados (i), Edificações e benfeitorias, Equipamentos e guindastes, etc.

Table with 4 columns: Saldo em 31/12/2021, Movimentação em 2022, Saldo em 31/12/2022. Rows include Benfeitorias em imóveis locados (i), Edificações e benfeitorias, Equipamentos e guindastes, etc.

Table with 4 columns: Item, 2023, 2022. Rows include Edificações e benfeitorias, Equipamentos e guindastes, Outros ativos, Imobilizações em andamento.

Table with 4 columns: Item, 2023, 2022. Rows include Benfeitorias em imóveis locados (i), Edificações e benfeitorias, Equipamentos e guindastes, etc.

Table with 4 columns: Item, 2023, 2022. Rows include Benfeitorias em imóveis locados (i), Edificações e benfeitorias, Equipamentos e guindastes, etc.

Table with 4 columns: Item, 2023, 2022. Rows include Benfeitorias em imóveis locados (i), Edificações e benfeitorias, Equipamentos e guindastes, etc.

Table with 4 columns: Item, 2023, 2022. Rows include Benfeitorias em imóveis locados (i), Edificações e benfeitorias, Equipamentos e guindastes, etc.

Table with 4 columns: Item, 2023, 2022. Rows include Benfeitorias em imóveis locados (i), Edificações e benfeitorias, Equipamentos e guindastes, etc.

Table with 4 columns: Item, 2023, 2022. Rows include Benfeitorias em imóveis locados (i), Edificações e benfeitorias, Equipamentos e guindastes, etc.

Table with 4 columns: Item, 2023, 2022. Rows include Benfeitorias em imóveis locados (i), Edificações e benfeitorias, Equipamentos e guindastes, etc.

(i) Referem-se a benfeitorias efetuadas nos imóveis locados da Superaguá, vide Notas Explicativas 17 e 20. (ii) Referem-se a aquisição de uma área pela Companhia em Paranaguá/PR no valor de R\$31.000 para a construção de um novo armazém de graneis com recursos captados conforme N.E. 18.1x e ainda, no Consolidado refere-se a aquisição de uma área pela Controladora Rocha RS em Rio Grande/RS no valor de R\$13.402 também para armazenagem de graneis com recursos captados conforme N.E. 18.1x. (iii) O montante de R\$14.036 refere-se a créditos originados da cobrança não-cumulativa do PIS/COFINS, apurados nas operações de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado (Lei 11.488/2007), que são compensados em parcelas mensais sucessivas, conforme determinado pela legislação vigente e apresentado na Nota Explicativa 11.

Revisão das vidas úteis As taxas de depreciação do ativo imobilizado foram revisadas durante o exercício, conforme requerido pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, sendo que a Companhia e suas controladoras não identificaram a necessidade de alterar as taxas de depreciação/vidas úteis utilizadas no exercício anterior. Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 a Administração realizou testes com o objetivo de identificar a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável. Após tais análises a Administração não identificou indicadores, internos ou externos, de que os valores recuperáveis desses ativos sejam inferiores aos seus valores contábeis, consequentemente, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

Table with 3 columns: Item, 2023, 2022. Rows include Benfeitorias em imóveis locados (i), Edificações e benfeitorias, Equipamentos e guindastes, etc.

Table with 3 columns: Item, 2023, 2022. Rows include Benfeitorias em imóveis locados (i), Edificações e benfeitorias, Equipamentos e guindastes, etc.

Table with 4 columns: Saldo em 31/12/2021, Movimentação em 2022, Saldo em 31/12/2022. Rows include Benfeitorias em imóveis locados (i), Edificações e benfeitorias, Equipamentos e guindastes, etc.

Table with 4 columns: Saldo em 31/12/2021, Movimentação em 2022, Saldo em 31/12/2022. Rows include Benfeitorias em imóveis locados (i), Edificações e benfeitorias, Equipamentos e guindastes, etc.

Table with 4 columns: Saldo em 31/12/2021, Movimentação em 2022, Saldo em 31/12/2022. Rows include Benfeitorias em imóveis locados (i), Edificações e benfeitorias, Equipamentos e guindastes, etc.

Table with 3 columns: Item, 2023, 2022. Rows include Softwares, Outros intangíveis, Agio na aquisição de investimentos (i), Intangíveis identificados em aquisição de subsidiária (i).

Table with 3 columns: Item, 2023, 2022. Rows include Softwares, Outros intangíveis, Agio na aquisição de investimentos (i), Intangíveis identificados em aquisição de subsidiária (i).

Table with 4 columns: Saldo em 31/12/2021, Movimentação em 2022, Saldo em 31/12/2022. Rows include Softwares, Outros intangíveis, Agio na aquisição de investimentos (i), Intangíveis identificados em aquisição de subsidiária (i).

Table with 4 columns: Saldo em 31/12/2021, Movimentação em 2022, Saldo em 31/12/2022. Rows include Softwares, Outros intangíveis, Agio na aquisição de investimentos (i), Intangíveis identificados em aquisição de subsidiária (i).

Table with 4 columns: Saldo em 31/12/2021, Movimentação em 2022, Saldo em 31/12/2022. Rows include Softwares, Outros intangíveis, Agio na aquisição de investimentos (i), Intangíveis identificados em aquisição de subsidiária (i).

Table with 4 columns: Saldo em 31/12/2021, Movimentação em 2022, Saldo em 31/12/2022. Rows include Softwares, Outros intangíveis, Agio na aquisição de investimentos (i), Intangíveis identificados em aquisição de subsidiária (i).

(i) Refere-se ao agio/mais valia decorrentes da aquisição de 100% da controlada Rocha RS Terminals Portuários e Logística S.A conforme nota explicativa 2. Os referidos valores do agio/mais valia baseiam-se na expectativa de rentabilidade futura das operações adquiridas e economias de escala que se esperava obter por meio das combinações das operações, que não podem ser reconhecidas separadamente como um ativo intangível. O agio por expectativa de rentabilidade futura não é amortizado e testes de redução ao valor recuperável anuais são realizados de acordo com as práticas contábeis existentes.

Table with 3 columns: Item, 2023, 2022. Rows include Cattalini (Nota explicativa 13), Rocha RS (Nota explicativa 15 e Nota explicativa 22.c), COPI (Nota explicativa 13).

Com base nos testes conduzidos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Administração concluiu que o valor desses ativos será recuperado por montante superior ao valor contábil registrado na data do balanço, não sendo necessário, portanto, registrar provisão para perda por realização para os ativos registrados. Os testes foram realizados com base na metodologia do fluxo de caixa descontado, visando apurar o valor em uso para cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) às quais o agio está adotado. Unidade Geradora de Caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, enclavadas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos. Cada negócio adquirido representa uma Unidade Geradora de Caixa. As projeções de caixa foram realizadas para um horizonte de 5 anos e posteriormente perpetuadas. O primeiro ano do fluxo projetado está de acordo com o orçamento detalhado da Administração para cada controlada, a qual é considerada a Unidade Geradora de Caixa (UGC) para fins do teste de recuperabilidade. Para os próximos anos foram adotadas premissas de crescimento baseadas nas diretrizes de negócios da Administração utilizando uma taxa de crescimento de 3.5%. A taxa de crescimento nominal média para o período de projeção foi de 8,5% e de descontos antes dos impostos foi de 12,9%.

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Fornecedores nacionais (i), Partes relacionadas (veja nota explicativa nº 20), Circulante, Não circulante.

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Contas a pagar por aquisição de ações (i), Contas a pagar por aquisição de imóvel (ii), Outras contas a pagar (iii), Circulante, Não circulante.

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Contas a pagar por aquisição de ações (i), Contas a pagar por aquisição de imóvel (ii), Outras contas a pagar (iii), Circulante, Não circulante.

(i) Refere-se substancialmente, ao saldo remanescente do valor parcelado na aquisição de 40% das ações da controlada Rocha RS. O saldo remanescente compreende a 4ª e última parcela fixa no montante de R\$ 13.750 cada, indexadas ao IGPM, cujo saldo acumulado em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 20.990 (R\$ 21.330 em 2022), com vencimento previsto para outubro de 2023. Entretanto, nos termos do SPA firmado em 19 de outubro de 2019 para a aquisição de 40% das ações da controlada Rocha RS, a 4ª e última parcela teve seu pagamento suspenso em decorrência de procedimento arbitral instaurado. Ainda em decorrência dos termos do SPA firmado em 19 de outubro de 2019 para a aquisição de 40% das ações da controlada Rocha RS, em 2022 a 3ª parcela foi paga em Escrow Account.

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Ativo - Direito de uso - Arrendamento, Passivo circulante - Arrendamento mercantil (i), Passivo não circulante - Arrendamento mercantil.

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Ativo - Direito de uso - Arrendamento.

(Continuação da página 4-)

Passivo circulante – Arrendamento mercantil (i)	(31.642)	25.595	(5.569)	(6.430)	(11.529)	(29.575)
Passivo não circulante – Arrendamento mercantil	(86.228)	-	(36.087)	-	11.529	(110.786)

Consolidado	Movimentação em 2023				Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 31/12/2022	Amortizações	Adições (ii)	Juros Transferências	
Ativo - Direito de uso - Arrendamento	152.926	(41.824)	36.972	-	148.074
Passivo circulante – Arrendamento mercantil (i)	(38.710)	42.369	(15.539)	(3.780)	(8.150)
Passivo não circulante – Arrendamento mercantil	(128.681)	-	(21.433)	-	(150.114)

Consolidado	Movimentação em 2022				Saldo em 31/12/2022
	Saldo em 31/12/2021	Amortizações	Adições (ii)	Juros Transferências	
Ativo - Direito de uso - Arrendamento	123.190	(29.114)	58.850	-	152.926
Passivo circulante – Arrendamento mercantil (i)	(37.665)	35.362	(10.976)	(7.597)	(8.876)
Passivo não circulante – Arrendamento mercantil	(98.641)	-	(47.874)	-	(146.515)

(i) Em 31 de dezembro de 2023, na Controladora, os valores alocados como passivo de arrendamento mercantil (circulante) estão compostos por R\$17.002.000 de locações de imóveis operacionais (R\$16.198 em 2022); R\$9.417.100 de locações de máquinas e equipamentos (R\$6.264 em 2022); e R\$8.532 referentes a locações de ativos fixos e máquinas/equipamentos (R\$7.113 em 2022). No Consolidado, estão compostos por R\$18.996 de locações de imóveis operacionais (R\$18.097 em 2022); R\$10.961 de locações de máquinas/equipamentos (R\$7.258 em 2022); e R\$18.857 referentes a locações de ativos fixos e máquinas/equipamentos (R\$13.355 em 2022).

(ii) Houve adições de 09 (nove) novos contratos em 2023 no montante de R\$14.088 (em 31 de dezembro de 2022 houve a inclusão de 02 (dois) novos contratos no montante de R\$2.545). Demais valores adicionados em 2023 e 2022 referem-se as atualizações contratuais previamente definidas nos contratos aderentes ao CPC 06.

18. Empréstimos e financiamentos

i) Composição do saldo

Moeda	Natureza	Taxa efetiva	Início	Vencimento	Controladora		Consolidado	
					2023	2022	2023	2022
Real	NCE Rocha RS (i)	CDI + 1,79% a.a.	23/04/2019	14/03/2023	-	-	-	1.948
Real	NCE GEXPO (ii)	CDI + 1,71% a.a.	04/07/2019	05/07/2027	17.851	22.417	17.851	22.417
Real	BNDES - GEXPO (iii)	TJLP + 3,5% a.a.	15/12/2017	15/12/2026	37.268	48.638	37.268	48.638
Real	K Giro-GEXPO 2 (iv)	CDI + 3,27% a.a.	30/09/2020	16/09/2030	137.606	153.789	137.606	153.789
Real	K Giro-GIMPO MHC (v)	CDI + 2,97% a.a.	23/04/2020	01/10/2025	9.212	13.078	9.212	13.078
Real	NCE-GIMPO MHC (vi)	CDI + 2,99% a.a.	14/04/2021	15/04/2026	29.764	32.192	29.764	32.192
Real	NCE-GIMPO AZ (vii)	CDI + 2,18% a.a.	24/05/2021	24/05/2024	101	342	101	342
Real	NCE-GIMPO AZ (viii)	CDI + 2,72% a.a.	20/05/2021	20/05/2031	-	-	-	20.265
Real	NCE-GIMPO TIPA (ix)	CDI + 2,55% a.a.	28/07/2021	28/07/2031	71.695	72.176	71.695	72.176
Real	K Giro-GIMPO Esteiras (x)	CDI + 2,99% a.a.	11/06/2022	13/05/2030	41.248	42.625	41.248	42.625
Real	NCE-GIMPO Novo AZ (xi)	CDI + 2,58% a.a.	12/09/2022	12/06/2034	125.152	128.074	125.152	128.074
Real	K Giro-GIMPO Esteiras (xii)	CDI + 2,76% a.a.	12/06/2023	02/05/2031	38.779	-	38.779	-
					508.676	441.155	510.718	538.699

Circulante	92.453	69.636	93.567	78.889
Não circulante	416.223	371.519	417.151	459.810

(i) Em abril de 2019, a controlada Rocha RS captou recursos através de uma Nota de Crédito à Exportação com o Banco Bradesco, cujo montante total captado foi de R\$ 15.000, com amortização em 2 parcelas semestrais, vencendo a primeira em outubro de 2020, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 1,79% a.a.

(ii) Em julho de 2019, a Companhia captou recursos através de uma Nota de Crédito à Exportação com o Banco Bradesco, cujo montante total captado foi de R\$ 25.000, com amortização em 12 parcelas semestrais, vencendo a primeira em janeiro de 2021, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 1,71% a.a.

(iii) Em abril de 2018, a Companhia assinou contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para a complementação do financiamento para construção do Complexo para a Exportação de Grãos GEXPO de Paranaguá/PR, cujo montante total captado foi de R\$ 90.000, com amortização a partir de dezembro de 2018 terminando em dezembro de 2026, sendo que, os encargos durante o período da carência foram pagos trimestralmente, após o período de carência os encargos são pagos mensalmente.

(iv) Em setembro de 2020, a Companhia captou recursos através de uma Linha de Capital de Giro junto ao Banco Itaú, cujo montante total captado foi de R\$ 145.000, com amortização em 17 parcelas semestrais, vencendo a primeira em setembro de 2022, sendo 50% atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 3,27% a.a. e 50% atualizável pela variação do IPCA acrescido do spread de 5,99% a.a. através de Swap com o Banco Itaú (vide nota explicativa 26).

(v) Em abril de 2020, a Companhia captou recursos através de uma Cédula de Crédito Bancário com o Banco Bradesco, cujo montante total captado foi de R\$ 18.000, com amortização única em abril de 2021, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 2,7952% a.a. Em julho de 2020, a Companhia captou recursos através de uma Cédula de Crédito Bancário com o Banco Bradesco, cujo montante total captado foi de R\$ 1.742, com amortização em 12 parcelas mensais, vencendo a primeira em setembro de 2020, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 2,7521% a.a. Em outubro de 2020 a controlada Rocha RS captou recursos através de uma Linha de Capital de Giro com o Banco Santander, cujo montante total captado foi de R\$ 3.990, com amortização em 43 parcelas mensais, vencendo a primeira em abril de 2022, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 2,97% a.a.

(vi) Em abril de 2021, a Companhia captou recursos através de uma Nota de Crédito à Exportação com o Banco Bradesco, cujo montante total captado foi de R\$ 18.000, com amortização em 10 parcelas semestrais, vencendo a primeira em outubro de 2021, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 2,39% a.a.

(vii) Em abril de 2021, a Companhia captou recursos através de uma Nota de Crédito à Exportação com o Banco Bradesco, cujo montante total captado foi de R\$ 31.000, com amortização em 16 parcelas semestrais, vencendo a primeira em outubro de 2023, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 2,72% a.a.

(viii) Em maio de 2021, a Companhia captou recursos através de uma Nota de Crédito à Exportação com o Banco Bradesco, cujo montante total captado foi de R\$ 725, com amortização em 36 parcelas mensais, vencendo a primeira em junho de 2021, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 2,18% a.a.

(ix) Em maio de 2021, a controlada Rocha RS captou recursos através de uma Nota de Crédito à Exportação com o Banco Bradesco, cujo montante total captado foi de R\$ 20.000, com amortização em 16 parcelas semestrais, vencendo a primeira em novembro de 2023, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 2,72% a.a.

(x) Em julho de 2021, a controlada Rocha RS captou recursos através de uma Nota de Crédito à Exportação com o Banco Bradesco, cujo montante total captado foi de R\$ 67.500, com amortização em 16 parcelas semestrais, vencendo a primeira em janeiro de 2024, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 2,55% a.a.

(xi) Em maio de 2022, a Companhia captou recursos através de uma Linha de Capital de Giro junto ao Banco Itaú, no montante de R\$ 42.000, com amortização em 78 parcelas mensais, vencendo a primeira em dezembro de 2023, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 2,99% a.a.

(xii) Em setembro de 2022, a Companhia captou recursos através de uma Nota de Crédito à Exportação com o Banco Safra, cujo montante total captado foi de R\$ 120.000, com amortização em 96 parcelas mensais, vencendo a primeira em setembro de 2024, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 2,58% a.a.

(xiii) Em junho de 2023, a Companhia captou recursos através de uma Linha de Capital de Giro junto ao Banco Bradesco, no montante de R\$ 38.407, com amortização em 12 parcelas semestrais, vencendo a primeira em novembro de 2025, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 2,76% a.a.

ii) Movimentação no exercício

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo no início do exercício	441.155	292.810	538.699	392.999
Captações	38.407	162.000	38.407	162.000
Valores cindidos da Rocha RS (i)	87.500	-	-	-
Juros e correções incorridos - despesas	41.653	27.984	44.261	41.204
Juros e correções incorridos - capitalizados	24.312	13.041	24.312	13.704
Juros e correções - provisionados	6.537	16.525	6.537	16.525
Pagamentos de principal	(60.406)	(33.904)	(63.394)	(38.190)
Pagamentos de juros	(70.482)	(37.601)	(78.104)	(49.543)
Saldo no final do exercício	508.676	441.155	510.718	538.699

(i) Efeito da cisão relacionada ao investimento detido pela Rocha RS na COPI - Companhia Operadora Portuária de Itaipu para a Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamentos:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
2024	-	52.428	-	64.479
2025	67.835	54.145	68.763	60.010
2026	67.705	54.145	67.705	65.083
2027	59.040	44.474	59.040	55.411
2028	55.612	41.045	55.612	51.983
2029	55.589	41.045	55.589	51.983
2030	51.866	37.299	51.866	48.326
2031	26.576	14.938	26.576	24.625
2032	13.000	13.000	13.000	13.000
2033	13.000	13.000	13.000	13.000
2034	6.000	6.000	6.000	6.000
	416.223	371.519	417.151	459.810

Cláusulas contratuais restritivas ("covenants") apurados anualmente ao final de cada exercício social

BNDES GEXPO e NCE SAFRA
A relação entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado (i) dos últimos 12 meses não poderá ser superior a 3,5x, sendo que para o cálculo da razão Dívida Líquida/EBITDA ajustado deverá ser considerado o EBITDA ajustado das Sociedades Investidas que sejam contabilizadas através do método de equivalência patrimonial, no percentual de sua participação societária. No caso de não cumprimento deste indicador, o credor poderá declarar vencimento antecipado. O Grupo precisa de anuência prévia para alteração de controle societário. (i) EBITDA ajustado: resultado líquido conforme a combinação das demonstrações financeiras consolidadas

da Companhia e de suas investidas que sejam contabilizadas através do método de equivalência patrimonial, no percentual de sua participação societária, considerando também eventuais resultados proforma das sociedades investidas adquiridas no ano civil, e excluindo: (a) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; (b) resultado de participações societárias, calculado pelo método de equivalência patrimonial; (c) receitas e despesas financeiras; (d) receitas e despesas não recorrentes e/ou não operacionais; e (e) depreciação e amortização (incluindo de ágio ou outras). Em caso de sociedades investidas vendidas no último ano civil, esta (s) não deverá (ão) ser considerada (s) na base de cálculo do EBITDA ajustado. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia está em conformidade com todas as exigências e cláusulas contratuais restritivas (covenants).

Garantias

Na linha BNDES GEXPO há garantia por Carta Fiança emitida pelo Acionista RTP Administração e Participações S.A. Os contratos de empréstimos firmados na modalidade NCE possuem bens (guindastes e terreno) dados em garantia.

19. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
ISS	2.328	1.525	2.584	1.882
IRRF	1.021	725	1.345	995
PIS e COFINS	450	72	649	884
IRPJ e CSLL	-	276	-	1.104
Outros	994	1.610	1.222	2.005
	4.793	4.208	5.800	6.870

20. Partes relacionadas

i) Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal chave da Administração é composto pela diretoria estatutária e conselheiros. Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da Administração durante o período findo em 31 de dezembro de 2023 a título de beneficiados de curto prazo foram de R\$11.590 (R\$4.147 em 2022). A Companhia e suas controladas não concedem ao pessoal chave da Administração benefícios com características de longo prazo.

ii) Garantias

Não há garantias prestadas a terceiros. A Companhia presta aval em operações de empréstimos contratadas por suas empresas investidas. O saldo a pagar destas operações em 31 de dezembro de 2023 totalizava R\$114.916 (R\$72.006 em 2022).

iii) Saldos e transações

Os principais saldos de ativos e passivos e resultado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 com partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

	Controladora				Consolidado			
	Linha de máquinas (i)		Linha de bens imóveis (ii)		Ativos		Passivos	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
RTP Administração e Participações S.A. (iii)	-	-	-	-	429	108	-	-
Rio Barigui Participações S.A.	-	-	-	-	1.003	934	-	-
Rio Bacacheri Participações S.A. (iv)	-	-	-	-	1.548	24.470	-	107
Rocha Grãos Sólidos de Exportação S.A.	-	-	-	-	233	232	-	-
Rocha RS Terminais e Operadores Portuários (iv)	-	-	-	-	-	8.300	1.360	-
Porto Seco Rocha Terminais de Cargas Ltda. (i) e (iv)	640	614	-	-	12	375	11.053	267
Companhia Operadora Portuária do Itaipu-COPI	-	-	-	-	3.723	2.297	-	-
Fullproff Operação Portuária e Armazenagem Ltda.	-	-	-	-	304	167	-	-
Superagui Holding Patrimonial S.A. (v)	-	-	(24.981)	(23.784)	-	-	899	897
	640	614	(24.981)	(23.784)	7.252	34.586	13.312	1.271

Saldos por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativo circulante	-	-	-	-
Contas a receber de clientes (nota explicativa 10)	-	-	145	375
Dividendos a receber	-	-	5.442	2.719
Ativo não circulante	-	-	-	-
Contas a receber de clientes (nota explicativa 10)	-	-	1.665	1.274
Mútuo entre partes relacionadas (iv)	-	-	-	30.218
Passivo circulante	-	-	-	-
Fornecedores (nota explicativa 16.a)	-	-	-	3.696
Passivo não circulante	-	-	-	-
Fornecedores (nota explicativa 16.a)	-	-	-	81
Mútuo entre partes relacionadas (iv)	-	-	-	9.616
	-	-	7.252	34.586

	Controladora				Consolidado			
	Linha de máquinas (i)		Linha de bens imóveis (ii)		Ativos		Passivos	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
RTP Administração e Participações S.A. (iii)	-	-	-	-	429	108	-	-
Rio Barigui Participações S.A.	-	-	-	-	1.003	934	-	-
Rocha Grãos Sólidos de Exportação S.A.	-	-	-	-	233	232	-	-
Cattalin Terminals Marítimos S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Fullproff Operação Portuária e Armazenagem Ltda.	-	-	-	-	304	167	-	-
Companhia Operadora Portuária do Itaipu-COPI	-	-	-	-	3.723	2.297	-	-
Superagui Holding Patrimonial S.A. (v)	-	-	(24.981)	(23.784)	-	-	899	897
	-	-	(24.981)	(23.784)	5.692	3.738	899	897

Saldos por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativo circulante	-	-	-	-
Contas a receber de clientes (nota explicativa 10)	-	-	104	-
Dividendos a receber	-	-	4.027	2.360
Ativo não circulante	-	-	-	-
Contas a receber de clientes (nota explicativa 10)	-	-	1.665	1.274
Passivo circulante	-	-	-	-
Fornecedores (nota explicativa 16.a)	-	-	-	899
Passivo não circulante	-	-	-	-
Fornecedores (nota explic				

(Continuação da página -5-)

vide nota explicativa 18.
Sensibilidade da variação do swap
 A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a eventuais mudanças no patamar de 25% e 50% indicando a deterioração da situação financeira da Companhia mediante o incremento no indexador do IPCA, adotando o IPCA/IBGE de 31 de dezembro de 2023 mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

Indexador	Risco IPCA	Cenário provável			
		(-) 50%	(-) 25%	(+) 25%	(+) 50%
		2,31%	3,47%	4,62%	5,77%
		6,501	9,752	13,002	16,252
		6,501	3,250	-	(3,250)
					(6,501)

Swap
 Ganho (perda) por cenário

As tabelas abaixo demonstram a sensibilidade a eventuais mudanças no patamar de +/-25% e +/-50% indicando a situação financeira da Companhia mediante o incremento/redução nas taxas de juros, sobre o saldo total dos empréstimos e financiamentos e das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2023. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o ganho/perda é afetado pelo impacto dos empréstimos e financiamentos e das aplicações financeiras sujeitas a taxas variáveis, conforme demonstrado abaixo:

Nota	2023		2022	
	Mensurados ao custo amortizado	Outros passivos financeiros	Saldo contábil	Saldo contábil
Ativos				
Caixa e bancos	9	1.388	-	1.388
Aplicações financeiras	9	216.734	-	216.734
Contas a receber de clientes	10	42.280	-	42.277
Outras contas a receber	-	20.315	-	20.315
Passivos				
Fornecedores	16.a	-	53.972	53.972
Passivo de arrendamento	17	-	137.947	137.947
Empréstimos e financiamentos	18	-	508.676	508.676

Nota	2023		2022	
	Mensurados ao custo amortizado	Outros passivos financeiros	Saldo contábil	Saldo contábil
Ativos				
Caixa e bancos	9	1.509	-	1.509
Aplicações financeiras	9	217.764	-	217.764
Contas a receber de clientes	10	49.605	-	49.605
Outras contas a receber	-	25.945	-	25.945
Passivos				
Fornecedores	16.a	-	56.966	56.966
Passivo de arrendamento	17	-	165.774	165.774
Empréstimos e financiamentos	18	-	510.718	510.718

Caixa e equivalentes de caixa
 A Companhia e suas controladas detinham caixa e equivalentes de R\$218.122 (R\$201.945 em 2022) nas demonstrações financeiras individuais e R\$219.273 (R\$202.416 em 2022) nas demonstrações financeiras consolidadas, os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa é mantido com bancos e instituições financeiras de primeira linha.

Contas a receber e fornecedores
 Decorrem diretamente das operações da Companhia e suas controladas, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido da provisão para perdas estimadas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis. O valor contábil se equivale, substancialmente, ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações.

Empréstimos e financiamentos
 São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois, de acordo com entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas.

Gerenciamento dos riscos financeiros
 A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:
 • Risco de crédito
 • Risco de liquidez;
 • Risco de mercado.

Risco de crédito
 Risco de crédito é o risco de a contraparte de um instrumento financeiro não conseguir cumprir com suas obrigações contratuais, que podem surgir principalmente junto aos recebíveis de clientes. As políticas de

crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento e análise de crédito.

Risco de liquidez
 Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas possam eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

Risco de mercado
 Risco de mercado é o risco que oscilações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos serviços prestados pela Companhia e suas controladas, têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os mercados locais, buscando antecipar-se aos movimentos de preços.

Sensibilidade à taxa de juros
 As tabelas abaixo demonstram a sensibilidade a eventuais mudanças no patamar de +/-25% e +/-50% indicando a situação financeira da Companhia mediante o incremento/redução nas taxas de juros, sobre o saldo total dos empréstimos e financiamentos e das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2023. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o ganho/perda é afetado pelo impacto dos empréstimos e financiamentos e das aplicações financeiras sujeitas a taxas variáveis, conforme demonstrado abaixo:

Controladora	Risco	Cenário provável			
		(-) 50%	(-) 25%	(+) 25%	(+) 50%
Taxas do indexador	CDI/Selic	5,88%	8,81%	11,75%	14,69%
Aplicações financeiras	CDI/Selic	12.733	19.100	25.466	31.832
Empréstimos	CDI/Selic	(29.910)	(44.814)	(59.769)	(74.724)
Resultado por cenário		(17.177)	(25.714)	(34.303)	(42.892)

27. Cobertura dos seguros (não auditado)
 A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.
 Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por:

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Rocha Terminais Portuários e Logística S.A. Curitiba - PR
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Rocha Terminais Portuários e Logística S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.
 Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes
 As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado em 20 de março de 2023, sem modificação.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
 A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
 Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
 Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Natureza da cobertura	Montantes segurados (I)
Bens móveis e imóveis (seguro compreensivo)	294.000
Operações da Companhia (seguro compreensivo)	292.000
Responsabilidade civil - administradores (D&O)	45.000
Transporte rodoviário de cargas (RCTR-C e RCF-DC)	11.000
Seguro de vida em grupo	5.850
Riscos diversos - máquinas pequenas	869
Cobertura para veículos (próprios e terceiros)	300

(I) Montantes limites por evento e/ou sinistro.
 A suficiência da cobertura de seguros é de responsabilidade da Administração da Companhia, que a considera adequada para cobrir eventuais sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

28. Informação suplementar às demonstrações de fluxo de caixa
 Efetuamos demonstrações em referência que não afetaram o caixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, caso a operação tivesse afetado o caixa, seria apresentado na rubrica do fluxo de caixa abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Reversão de dividendos a receber	2.552	2.328	-	-
Dividendos propostos por investidas e ainda não recebido	(5.442)	(2.719)	(4.027)	(2.360)
Dividendos pagos por investidas	167	226	167	226
Juros capitalizados no exercício	(6.537)	(16.525)	(6.537)	(16.525)
IRPJ/CSLL sobre juros capitalizados no exercício	10.489	15.883	10.489	16.108
Aquisição de ativos a pagar	-	-	-	3.412
Atualização ativo de direito de uso de arrendamento	(24.410)	(41.656)	(36.972)	(58.850)
Atualização passivo de arrendamento	27.638	48.086	40.752	66.447
Investimentos cindidos	(131.578)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos cindidos	87.500	-	-	-
Mutuos entre partes relacionadas revertidos	30.218	-	-	-

DIRETORIA

Darlan De David
 Diretor Presidente

Rivadavia Simão
 Diretor Administrativo e Financeiro

Mauro Preença
 Contador CRC/SC 036.682/O-4

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
 Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
 • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
 • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
 • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
 Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
 Curitiba, 22 de março de 2024.
ERNST & YOUNG
 Auditores Independentes S.S. Ltda.
 CRC SP-034519/O
 Guilherme Bento Radominski
 Contador CRC PR-072661/O

H2O Films, MPC Filmes, Globo Filmes, Telecine - Universal Pictures apresentam

DOIS É DEMAIS EM Orlando

Direção de **RODRIGO VAN DER PUT**

EDUARDO STERBLITCH **PEDRO BURGARELLI** **LUANA MARTAU** **ANDERSON DI RIZZI** **DANIEL FURLAN**

VERIFIQUE A CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA Universal elements and all related indicia TM & © 2023 Universal Studios. All rights reserved. Cabana Bay Beach Resort TM & © 2023 UCF Hotel Venture II

3350.6620

GUTIERREZ, PAULA, MUNHOZ S/A - CONSTRUÇÃO CIVIL.
CGC/MF 76.495.886/0001-53

AVISO AOS ACIONISTAS
 Acham-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia à Rua Emiliano Pernetá, 659 SL 04, os documentos de que trata o artigo nº 133 da lei 6.404 de 15/12/1976, ou seja, o Balanço Geral e as Demonstrações Financeiras pertinentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023.

CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
 São convidados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a se realizar no dia 30 de abril de 2024, sendo a primeira chamada às 14:00h e a segunda chamada às 14h30min, na Rua Emiliano Pernetá, n.º 659 - Piso P, nesta Capital, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:
 a) Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras e resultados, relativas do exercício social encerrado em 31.12.2023.
 b) Destinação do lucro de exercício encerrado em 31.12.2023.
 c) Eleição de Diretoria.
 d) Outros assuntos de interesse social.
 Curitiba, 26 de março de 2024.
João Cesar Fernandes Pessoa
 Diretor Presidente

bradesco **EDITAL DE LEILÃO** "LEILÃO ONLINE" **MILAN LEILÕES** LEILAOEIRO OFICIAL

1º LEILÃO: 16/04/2024 às 15h. - 2º LEILÃO: 18/04/2024 às 15h.

Ronaldo Milan, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP nº 266, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Bradesco Administradora de Consórcios Ltda, inscrito no CNPJ sob nº 52.568.821/0001-22, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infratitados, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização dos leilões presencias e on-line: Escritório do Leiloeiro, situado na Rua Quatá nº 733 - VI. Olímpia em São Paulo/SP. Localização do imóvel: **ALMIRANTE TAMANDARÉ - PR. BAIRRO LAMENHA PEQUENA.** Rua Rui Barbosa, nº11. Apto nº514(Térreo) do Bloco 05 do Cond. Res. Tanguá A, c/ direito ao uso de uma vaga de garagem nº108. Área Priv. 51,02m²(apto) e 21,77m²(vaga). Matr. 15.405 do 1ºRI Local. Obs.: Ocupada. (AF) 1º Leilão: 16/04/2024, às 15h. Lance mínimo: **R\$ 351.547,49** e 2º Leilão: 18/04/2024, às 15h. Lance mínimo: **R\$ 158.524,73** (caso não seja arrematado no 1º leilão) Condição de pagamento: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.bradesco.com.br e www.milanleiloes.com.br

Inf.: (Tel) 11 3845-5599 - Ronaldo Milan - Leiloeiro Oficial Jucesp 266 - milanleiloes.com.br

Paraná Clínicas – Planos de Saúde S.A.

CNPJ 76.717.040/0001-10



Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Paraná Clínicas – Planos de Saúde S.A. (“Companhia”), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e compreendem as normas emitidas pela ANS e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS, e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa (RN) ANS nº 528, emitida em 29/04/2022. O pronunciamento CPC 50 que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, dessa forma, não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC.

1. Principais informações financeiras:

(R\$ milhões)	2023	2022	Δ
Contraprestações efetivas	399,0	295,1	35,2%
Eventos indenizáveis líquidos	(365,4)	(339,3)	7,7%
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	33,6	(44,3)	NA
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	4,7	4,8	(0,8%)
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde	(23,1)	(5,4)	325,6%
Resultado bruto	13,9	(47,2)	NA
Resultado financeiro líquido	19,5	11,9	63,5%
Resultado patrimonial	(15,9)	0,5	NA
Resultado antes dos impostos e participações	(22,5)	(80,3)	71,9%
Resultado Líquido	(16,9)	(53,1)	68,3%

2. Comentário sobre o desempenho: A Companhia apresentou crescimento de 35,2% em receitas com contraprestações efetivas na comparação com o ano anterior, alcançando R\$399,0 milhões em 2023. Os eventos indenizáveis líquidos somaram R\$365,4 milhões no período, aumento de 7,7% frente a 2022. As receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde totalizaram R\$4,7 milhões, relativamente estáveis em relação ao ano anterior. Considerando principalmente as maiores contraprestações efetivas, em 2023 a Companhia apresentou resultado bruto positivo em R\$13,9 milhões, revertendo o número apresentado em 2022. Em 2023, o prejuízo líquido foi de R\$16,9 milhões, melhora em relação ao resultado negativo de R\$53,1 milhões em 2022. **3. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento (custo amortizado)”:** A Companhia não possui ativos classificados na categoria “mantidos até o vencimento (custo amortizado)”. **4. Acordo de Acionistas:** A Companhia não é parte em acordos de acionistas.

Curitiba, 27 de março de 2024.
A ADMINISTRAÇÃO.

AVISOS

1) As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. 2) As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: a) <https://www.bemparana.com.br/publicidade-legal/>; b) <https://portal.sulamericaseguros.com.br/institucional/demonstracoes-financeiras/>.

Balancos patrimoniais resumidos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais)

Ativo	Notas	2023	2022	Passivo	Notas	2023	2022
Circulante		203.181	151.202	Circulante		118.253	130.036
Disponível		531	310	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde		95.839	108.587
Realizável		202.650	150.892	Débitos de operações de assistência à saúde		6.248	6.330
Aplicações financeiras	5	170.116	120.363	Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora		95	36
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	18.117	14.800	Provisões		2.417	848
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora			156	Tributos e encargos sociais a recolher		3.172	2.738
Despesas diferidas		3.370	5.665	Débitos diversos		10.482	11.497
Créditos tributários e previdenciários	7	7.143	5.481	Não circulante		22.375	34.549
Bens e títulos a receber		3.604	4.427	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde		3.601	5.281
Despesas antecipadas		300	–	Provisões		17.149	18.476
Não circulante		94.075	123.462	Débitos diversos		1.625	10.792
Realizável a longo prazo		64.571	55.699	Patrimônio líquido	13	156.628	110.079
Créditos tributários e previdenciários	7	3.724	3.716	Capital social		210.727	147.327
Despesas de comercialização diferidas		1.429	–	Ajustes de avaliação patrimonial		(8)	(8)
Ativo fiscal diferido	7	39.491	33.005	Prejuízos acumulados		(54.091)	(37.240)
Depósitos judiciais e fiscais	12.1	17.864	18.978	Total do passivo		297.256	274.664
Outros Créditos a Receber e Direitos a Longo Prazo		2.063	–				
Investimentos		4	4				
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial		4	4				
Imobilizado	8	27.490	53.407				
Imóveis de uso próprio		15.408	15.920				
Imobilizado de uso próprio		4.634	20.918				
Direito de Uso de Arrendamentos	9	7.448	16.569				
Intangível	10	2.010	14.352				
Total do ativo		297.256	274.664				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido resumidas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

	Capital social	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 01/01/2022	51.306	15.845	(8)	–	67.143
Aumento de capital em dinheiro, no montante de R\$15.000, conforme AGE do dia 30/03/2022, à razão de R\$4,49 por ação	15.000	–	–	–	15.000
Aumento de capital em dinheiro, no montante de R\$15.000, conforme AGE do dia 29/04/2022, à razão de R\$4,25 por ação	15.000	–	–	–	15.000
Aumento de capital com dividendos obrigatórios, no montante de R\$1.021, conforme AGE do dia 26/05/2022, à razão de R\$3,94 por ação	1.021	–	–	–	1.021
Aumento de capital em dinheiro, no montante de R\$30.000, conforme AGE do dia 26/05/2022, à razão de R\$3,94 por ação	30.000	–	–	–	30.000
Aumento de capital em dinheiro, no montante de R\$35.000, conforme AGE do dia 26/08/2022, à razão de R\$3,36 por ação	35.000	–	–	–	35.000
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–
Prejuízo do exercício	–	–	–	(53.085)	(53.085)
Proposta da destinação do resultado:					
Compensação de prejuízos com reserva estatutária	–	(14.768)	–	14.768	–
Compensação de prejuízos com reserva legal	–	(1.077)	–	1.077	–
Saldos em 31/12/2022	147.327	–	(8)	(37.240)	110.079
Aumento de capital em dinheiro, no montante de R\$16.400, conforme AGE do dia 30/01/2023, à razão de R\$2,98 por ação	16.400	–	–	–	16.400
Aumento de capital em dinheiro, no montante de R\$10.000, conforme AGE do dia 27/02/2023, à razão de R\$2,76 por ação	10.000	–	–	–	10.000
Aumento de capital em dinheiro, no montante de R\$20.000, conforme AGE do dia 30/03/2023, à razão de R\$2,69 por ação	20.000	–	–	–	20.000
Aumento de capital em dinheiro, no montante de R\$12.000, conforme AGE do dia 31/07/2023, à razão de R\$2,49 por ação	12.000	–	–	–	12.000
Aumento de capital em dinheiro, no montante de R\$5.000, conforme AGE do dia 31/08/2023, à razão de R\$2,50 por ação	5.000	–	–	–	5.000
Prejuízo do exercício	–	–	–	(16.851)	(16.851)
Saldos em 31/12/2023	210.727	–	(8)	(54.091)	156.628

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas resumidas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional: A Paraná Clínicas – Planos de Saúde S.A. denominada “Companhia”, é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na cidade de Curitiba, na Avenida Getúlio Vargas, nº 3201, autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) a funcionar com planos privados de assistência à saúde na segmentação coletiva empresarial e por adesão sob o registro ANS nº 35.014-1. A Companhia tem como acionista a Sul América Serviços de Saúde S.A. (SULAMED), com 100% de ações ordinárias, e tem como controladora indireta a Rede D’Or São Luiz S.A. (Rede D’Or). A Rede D’Or é uma companhia de capital aberto e divulgou, em 26/03/2024, no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2023, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). Os Administradores da Companhia informam que estas demonstrações financeiras resumidas estão sendo publicadas em conformidade com as alterações introduzidas no artigo 289 da Lei nº 6.404/1976 pela Lei nº 13.818 de 24/04/2019 com vigência a partir de 01/01/2022 e orientações introduzidas no Parecer de Orientação da CVM nº 39 de 20/12/2021 quando aplicável às empresas reguladas pela ANS, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável que estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: 1 – <https://www.bemparana.com.br/publicidade-legal/>. 2 – <https://portal.sulamericaseguros.com.br/institucional/demonstracoes-financeiras/>. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** 2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras

foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pela ANS e compreendem as normas emitidas pela ANS e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS, e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa (RN) ANS nº 528, emitida em 29/04/2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Companhia em sua gestão. O pronunciamento CPC 50, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, dessa forma, estas demonstrações financeiras não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. A Diretoria manifestou-se favoravelmente a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 27/03/2024. **2.2. Base de mensuração (nota 2.2 na versão completa):** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 5); e • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes (nota 5). **2.3. Moeda funcional e de apresentação (nota 2.3 na versão completa):** Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3. Principais práticas contábeis (nota 3 na versão completa):** As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira

consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Resumo de práticas contábeis (nota 3.1 na versão completa):** A seguir, estão sendo apresentadas as políticas contábeis críticas e discricionárias e mudanças de práticas contábeis em relação ao exercício anterior. A descrição completa das políticas contábeis aplicadas na elaboração e divulgação das demonstrações financeiras do exercício de 2023 estão disponíveis nas demonstrações financeiras completas auditadas da Companhia conforme informado na nota 1. **3.2. Instrumentos financeiros (nota 3.2 na versão completa):** **3.2.1. Mensurado ao valor justo por meio do resultado – VJR (nota 3.2.1 na versão completa):** Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Rendimentos, valorizações e desvalorizações desses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos da SulAmérica. **3.2.2. Mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – VJORA (nota 3.2.2 na versão completa):** Títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias “mensurados ao valor justo por meio do resultado”, “mantidos até o vencimento (custo amortizado)” ou “emprestimos e recebíveis” são classificados como “VJORA” e contabilizados pelo valor de mercado, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou de valor recuperável apresenta redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da

continuação

Paraná Clínicas – Planos de Saúde S.A. | CNPJ 76.717.040/0001-10

conta específica do patrimônio líquido. 3.3. Redução ao valor recuperável (nota 3.6 na versão completa). 3.3.1. Ativos financeiros (incluindo recebíveis) (nota 3.6.1 na versão completa). Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado têm seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já ativos financeiros mensurados a valor justo têm perda após o reconhecimento inicial do ativo caso apresente efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. 3.3.2. Ativos não financeiros (nota 3.6.2 na versão completa): A redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, anualmente. As perdas por redução do valor recuperável para os ativos intangíveis de vida útil definida, quando aplicável, são registradas na rubrica "Resultado patrimonial", no resultado do exercício. Não há ativos não financeiros com perdas de valor recuperável em 31/12/2023 e 2022, e não houve registro de perdas nos resultados dos respectivos exercícios. 3.4. Provisões técnicas de contratos de seguros (nota 3.9 na versão completa): As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela ANS, conforme a seguir: 3.4.1. Provisão de sinistro a liquidar (nota 3.9.2 na versão completa): A Provisão de eventos a liquidar é constituída para a cobertura dos valores a pagar por eventos já avisados até a data-base das demonstrações financeiras, compreendendo: O valor das faturas dos prestadores de serviços e reembolsos solicitados, adicionada das despesas diretamente relacionadas (Allocated Loss Adjustment Expenses - ALAE), calculada com base nos avisos de eventos. 3.4.2. Provisão para remissão (nota 3.9.4 na versão completa): A Provisão para remissão é constituída para garantia existente em alguns contratos dos beneficiários de remissão de prêmios, concedidos aos beneficiários dependentes pelo prazo estabelecido em cada contrato (máximo de 5 anos) em função do falecimento do segurado titular. A provisão é calculada com base na estimativa de sinistros futuros dos beneficiários, descontada considerando a expectativa de vida dos beneficiários e 6% ao ano de juros. 3.4.3. Provisão de insuficiência de contraprestação / Prêmio (PIC) (nota 3.9.5 na versão completa): A PIC deve ser constituída quando for verificado que as contraprestações/prêmios a serem recebidas referentes aos contratos vigentes são insuficientes para a cobertura das despesas com a operação de planos de saúde. Conforme metodologia padrão definida pela ANS em sua regulamentação, para apuração da PIC utiliza-se uma avaliação retrospectiva do Índice Combinado para estimar os valores do período seguinte de vigência do risco. 3.5. Provisões judiciais (nota 3.11 na versão completa): A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis, trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelos consultores legais independentes, acompanhada pelo Departamento Jurídico interno e pela Administração da Companhia. 3.5.1. Cíveis e trabalhistas (nota 3.11.1 na versão completa): No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia ou de suas controladas e cujo pedido é recorrente e relacionado ao negócio, adicionalmente à estimativa do valor e classificação do grau de risco, os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda e o desembolso financeiro. Caso o processo judicial cível seja classificado como relevante, ou seja, possuir pedidos e valores não usuais, de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Relevantes da Companhia, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais. Ressalta-se que, uma vez que dada a individualidade e particularidade deste tipo de ação, não é possível basear as provisões nos valores já despendidos em outros casos. A partir de outubro de 2017, todos os processos trabalhistas passaram a ser classificados como relevantes em razão da realização de acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo, portanto, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais, por pedido. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo IPCA, no caso dos processos cíveis, ou pela Taxa Referencial (TR), no caso dos processos trabalhistas, ambos com a incidência de juros de 10,65% ao ano (10,58% em 2022). As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza cível não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros, assim como as trabalhistas, estão contabilizadas no passivo circulante e não circulante na rubrica "Provisões para ações judiciais". Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, em rubrica própria, e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente. 3.6. Uso de estimativas (nota 3.13 na versão completa): A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à apuração do valor justo dos instrumentos financeiros, ao registro dos passivos relacionados a sinistros, ao prazo de diferimento de certas despesas de comercialização, a probabilidade de êxito nas ações judiciais, ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas explicativas completas: • Valor justo das aplicações financeiras mensuradas ao valor justo através do resultado e mensuradas ao valor justo através de outros resultados abrangentes (nota 5); • Movimentação de créditos e débitos tributários (nota 7); • Provisões técnicas de operações de assistência à saúde (nota 12); e • Provisões para ações judiciais (nota 14). 3.7. Normas e interpretações novas e revisadas (nota 3.14 na versão completa): 3.7.1. Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) (nota 3.14.1 na versão completa): CPC 48 Instrumentos Financeiros: O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Adicionalmente, a Companhia adotou as alterações consequentes ao CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, que são aplicadas às divulgações em 2023, mas que, em geral, não foram aplicadas à informação comparativa. 3.7.1.1 Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros (nota 3.14.1.1 na versão completa): O CPC 48 - Instrumentos Financeiros, substituiu as orientações existentes no CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, e passou a vigorar para os períodos de divulgação anual iniciados em (ou após) 01/01/2018, sendo recepcionado pelo órgão regulador através da Resolução Normativa ANS 472/2021, entrando em vigor a partir de 01/01/2023. De acordo com o CPC 48, a classificação dos ativos financeiros deve ser realizada através de uma análise conjunta das características de fluxos de caixa contratuais e do respectivo modelo de negócios para a gestão desses ativos. O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, elimina as antigas categorias do CPC 38, para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. As três categorias para classificação dos ativos financeiros são: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR); (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao custo amortizado. (i) Ativos financeiros – Valor justo por meio do resultado (VJR): São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadraram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado, e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. (ii) Ativos financeiros – Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): São reconhecidos pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. (iii) Ativos financeiros – Custo amortizado: São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as

novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2023.

Classificação original de acordo com o CPC 38	Nova classificação de acordo com o CPC 48
Mantidos até o vencimento	Custo amortizado
Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Valor Justo por meio do resultado	Valor Justo por meio do resultado (VJR)
Disponível para venda	Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

3.7.1.2 Impairment de ativos financeiros (nota 3.14.1.2 na versão completa): O CPC 48 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Com base nas avaliações realizadas, a Companhia não apresentou impacto relevante em suas demonstrações contábeis em função da alteração de abordagem para fins de análise de impairment dos seus ativos financeiros. 3.7.1.3 Transição (nota 3.14.1.3 na versão completa): As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48 foram aplicadas prospectivamente e não impactou significativamente as demonstrações financeiras da Companhia. 4. Gestão de riscos (nota 4 na versão completa): O processo de gestão de riscos (Enterprise Risk Management - ERM) da Companhia tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos avaliando seus controles e garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados. Este processo é executado em fases integradas e contínuas descritas da seguinte forma: • Identificação dos riscos: Processo de identificação e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos; • Quantificação dos riscos: Os riscos priorizados são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos; • Resposta aos riscos: De acordo com os resultados do processo de identificação e quantificação, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos; e • Monitoramento e reporte: As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitorados através de relatórios elaborados pela área de riscos corporativos. Adicionalmente, a Companhia apura a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado em relação ao capital regulatório requerido mensalmente pelos reguladores. O programa de gestão de riscos da SulAmérica está estruturado sob o conceito de linhas de atividades diretas na Gestão de Riscos, conforme melhores práticas internacionais, nomeado como Modelo das Três Linhas. Segundo o IIA (The Institute of Internal Auditors), o Modelo de Três Linhas ajuda as organizações a identificar estruturas e processos que melhor auxiliam no atingimento dos objetivos e facilitam uma forte governança e gerenciamento de riscos. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha. Esta segunda gestão do risco (2ª linha) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo avaliações independentes e complementares sobre os riscos e controles gerenciados pela primeira linha. Após a atuação da primeira linha, o objetivo da segunda linha é identificar e quantificar os riscos, juntamente com seus respectivos controles, que poderão produzir desvios nos resultados dos negócios. Responsável também por estabelecer uma visão holística sobre o tema, devendo produzir alinhamento e integração entre as metodologias de gestão de riscos utilizadas em cada uma das operações da SulAmérica. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna das primeiras e segundas gestões dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha). Com a finalidade de multiplicar a cultura de ERM e atuar como pontos focais, foram selecionados colaboradores na primeira e na segunda linha, fortalecendo as agendas de treinamentos e campanhas de gestão de riscos na SulAmérica. O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está sujeita. 4.1. Gestão de capital (nota 4.7 na versão completa): A gestão de capital é realizada na Companhia através de um processo contínuo de cálculo e monitoramento do capital regulatório requerido e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Companhia. A Companhia apura mensalmente a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado por efeitos econômicos em relação ao capital regulatório requerido. Durante os anos de 2023 e 2022, o valor apurado sempre foi suficiente em relação ao capital mínimo requerido pelos reguladores. Além disso, são obtidos mensalmente métricas de retorno sobre o capital para auxílio na gestão dos negócios.

Descrição	2023	2022
Patrimônio líquido	156.628	110.079
Adições		
Créditos tributários	(25.915)	(25.618)
Despesas de comercialização diferida	(4.799)	(5.665)
Despesas antecipadas	(300)	-
Intangível	(2.010)	(14.352)
Patrimônio mínimo ajustado	123.604	64.444
Solvência (a)	54.984	57.067
Suficiência	68.620	7.377

a) A Companhia considera o diferimento da margem de solvência, calculado com base na Resolução Normativa nº 451/2020.

5. Aplicações (nota 5 na versão completa): 5.1. Composição das aplicações (nota

8. Imobilizado: (nota 9 na versão completa):

	2023			2022			
	Custo	Depreciação Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Imóveis de Uso Próprio Não Hosp.	17.860	(2.452)	-	15.408	17.860	(1.939)	15.921
Imobilizado de Uso Próprio Hosp.	5.301	(4.113)	-	1.188	5.301	(3.914)	1.387
Imobilizado de Uso Próprio Não Hosp.	18.343	(12.598)	(2.346)	3.399	19.748	(11.819)	7.929
Imobilizado em Curso	-	-	-	-	1.480	-	1.480
Outras imobilizações	7.574	(140)	(7.387)	47	10.232	(111)	10.121
Direito de Uso de Arrendamentos	26.161	(18.713)	-	7.448	28.979	(12.410)	16.569
Total	75.239	(38.016)	(9.733)	27.490	83.600	(30.193)	53.407

9. Arrendamentos (nota 10 na versão completa):

Conforme o plano de contas e modelo de publicação estabelecido pela Resolução Normativa ANS nº 528 emitida em 29/04/2022, o ativo de direito de uso está registrado na rubrica "Direito de uso de arrendamentos" no ativo não circulante e o passivo de arrendamento na rubrica "Débitos diversos" no passivo circulante e não circulante. A seguir, demonstramos os valores relacionados aos arrendamentos:

Ativo de direito de uso	Contratos de aluguel de imóveis		Contratos de aluguel de equipamentos		Total
	Imóveis	Equipamentos	Imóveis	Equipamentos	
Valor contábil do passivo de arrendamento em 01/01/2023	14.760	1.809	1.809	1.809	16.569
Adições ou baixas a ativos de direito de uso	(2.078)	(75)	(75)	(75)	(2.153)
Encargos de depreciação	(6.120)	(848)	(848)	(848)	(6.968)
Valor contábil do passivo de arrendamento em 31/12/2023	6.562	886	886	886	7.448
Não circulante					7.448
Passivo de arrendamento					
Valor contábil do passivo de arrendamento em 01/01/2023	15.582	1.899	1.899	1.899	17.481
Adições ou baixas de passivo de arrendamento	(2.255)	(75)	(75)	(75)	(2.330)
Saídas de caixa totais para arrendamentos	(7.035)	(1.052)	(1.052)	(1.052)	(8.087)
Despesas de juros	959	225	225	225	1.184
Valor contábil do passivo de arrendamento em 31/12/2023	7.251	997	997	997	8.248
Circulante					6.998
Não circulante					1.250
Resultado					
Despesas de arrendamentos de curto prazo isentas pela norma	-	2	2	2	2

5.1 na versão completa):

Descrição	2023		
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Total
Títulos de renda variável	10	10	10
Ações	10	10	10
Cotas de fundos de investimentos	170.106	170.106	170.106
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	170.106	170.106	170.106
Subtotal	170.116	170.116	170.116
Percentual total - contábil	100,00%	100,00%	100,00%
Total Circulante			170.116

Descrição	2022		
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Total
Títulos de renda variável	10	10	10
Ações	10	10	10
Cotas de fundos de investimentos	120.353	120.353	120.353
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	120.353	120.353	120.353
Subtotal	120.363	120.363	120.363
Percentual total - contábil	100,00%	100,00%	100,00%
Total Circulante			120.363

(a) A linha de cotas de fundos de investimentos não exclusivos é composta por fundos de investimentos de renda fixa.

6. Créditos de operações com planos de assistência à saúde (nota 6 na versão completa): 6.1. Contraprestações pecuniárias por vencimento (nota 6.1 na versão completa): As contraprestações pecuniárias a receber, por vencimento, estão distribuídas da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
A vencer		
A vencer entre 1 e 30 dias	8.080	5.190
A vencer entre 31 e 60 dias	7.024	5.132
A vencer entre 61 e 180 dias	106	-
Total	15.210	10.322
Redução ao valor recuperável	(3.097)	(21)
Total a vencer	12.113	10.301
Vencidos		
Vencidos entre 1 e 30 dias	3.743	1.753
Vencidos entre 31 e 60 dias	1.177	569
Vencidos entre 61 e 180 dias	1.282	921
Vencidos entre 181 e 365 dias	1.503	747
Vencidos acima de 365 dias	5.327	3.343
Total	13.032	7.333
Redução ao valor recuperável	(11.689)	(5.314)
Total vencidos	4.343	2.019
Total de prêmios a receber	28.242	17.654
Total de redução ao valor recuperável (a)	(11.786)	(5.334)
Total	16.456	12.320

(a) A redução ao valor recuperável é constituída com base nas contraprestações pecuniárias vencidas e a vencer, sendo que nos planos individuais, os contratos com pelo menos uma parcela vencida há mais de sessenta dias, são provisionados em sua totalidade. Para os demais planos, a totalidade das parcelas é provisionada quando os contratos possuem pelo menos uma parcela vencida há mais de noventa dias.

7. Créditos e débitos tributários e previdenciários e ativos fiscais diferidos (nota 7 na versão completa):

Descrição	2023	2022
Créditos tributários e previdenciários		
Impostos a compensar/recuperar	7.155	5.483
PIS e COFINS sobre IBNR	3.712	3.714
Total	10.867	9.197
Circulante	7.143	5.481
Não circulante	3.724	3.716
Ativo fiscal diferido líquido dos tributos passivos diferidos		
IR/CSLL sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base negativa de CSLL (nota 7.2)	45.242	36.728
(-) Tributos diferidos passivos (nota 7.2)	(5.751)	(3.723)
Total	39.491	33.005
Não circulante	39.491	33.005

	2023			2022			
	Custo	Depreciação Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Imóveis de Uso Próprio Não Hosp.	17.860	(2.452)	-	15.408	17.860	(1.939)	15.921
Imobilizado de Uso Próprio Hosp.	5.301	(4.113)	-	1.188	5.301	(3.914)	1.387
Imobilizado de Uso Próprio Não Hosp.	18.343	(12.598)	(2.346)	3.399	19.748	(11.819)	7.929
Imobilizado em Curso	-	-	-	-	1.480	-	1.480
Outras imobilizações	7.574	(140)	(7.387)	47	10.232	(111)	10.121
Direito de Uso de Arrendamentos	26.161	(18.713)	-	7.448	28.979	(12.410)	16.569
Total	75.239	(38.016)	(9.733)	27.490	83.600	(30.193)	53.407

A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base na taxa de juros dos empréstimos e financiamentos praticados no mercado financeiro na data de adoção inicial ou na data da assinatura do contrato para aqueles firmados pós adoção inicial. As taxas foram obtidas por meio de referências junto aos principais agentes financeiros.

Prazos contratos	Taxa % a.a.
3 anos	13,78%
5 anos	13,53%
7 anos	5,75%
8 anos	5,75%
10 anos	12,86%

Em 31/12/2023, as prestações descontadas de seus contratos de arrendamento são formadas como demonstrados a seguir:

Vencimento das prestações	Valor
2024	7.314
2025	1.161
2026	32
2027	32
2028 a 2032	130
Valores não descontados	8.669
Juros embutidos	(421)
Saldo em 31/12/2023	8.248

10. Intangível (nota 11 na versão completa): O Intangível é representado conforme tabela a seguir:

Custo de desenvolvimento e licenças Software (a)	Carteira de Clientes			Outros	Total
	Clientes	Outros	Total		
Custo					
Saldo em 01/01/2022	3.046	14.400	1	17.447	
Adição	1.092	-	-	1.092	
Baixa	-	-	-	-	
Saldo em 31/12/2022	4.138	14.400	1	18.539	
Amortização acumulada					
Amortização em 01/01/2022	(2.311)	(

continuação

Paraná Clínicas – Planos de Saúde S.A. | CNPJ 76.717.040/0001-10

Custo	Custos de desenvolvimento e licenças Software (a)			Carteira de Clientes		Total
	Clientes	Outros				
Saldo em 31/12/2022	4.138	14.400	1			18.539
Adição	1.070	-	-			1.070
Amortização	(46)	-	-			(46)
Redução ao valor recuperável (b)	-	(12.001)	-			(12.001)
Saldo em 31/12/2023	5.162	2.399	1			7.562
Amortização acumulada						
Saldo em 31/12/2022	(2.687)	(1.500)	-			(4.187)
Amortização	(566)	(1.199)	-			(1.765)
Redução ao valor recuperável	-	400	-			400
Saldo em 31/12/2023	(3.253)	(2.299)	-			(5.552)
Saldo residual em 31/12/2023	1.909	100	1			2.010
Vida útil estimada						5 a 12 anos

(a) Representam, principalmente, gastos com desenvolvimento de infraestrutura tecnológica, aplicativos, melhorias no site da Companhia, desenvolvimento de sistemas próprios e gastos com aquisição de licenças de softwares utilizados no âmbito operacional.

(b) Refere-se a constituição de impairment sobre o ativo relacionado a aquisição da carteira de beneficiários de saúde da Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa, tendo em vista o encerramento da obrigação contratual do principal cliente desta carteira. 11. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde (nota 12 na versão completa):

Descrição	2023	2022
Provisão p/ Remissão	9	30
Provisão p/ Eventos a Liquidar (SUS)	9.656	11.490
Provisão de eventos a Liquidar	41.244	44.709
Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	26.265	21.263
Provisão p/ PEONA - SUS	2.659	2.397
Provisão de insuficiência	19.607	33.979
Total	99.440	113.868
Circulante	95.839	108.587
Não circulante	3.601	5.281

11.1. Garantia das provisões técnicas (nota 12.1 na versão completa): As provisões técnicas possuem a seguinte cobertura:

Descrição	2023	2022
Provisões técnicas de seguros	99.440	113.868
(-) Depósitos judiciais (a)	3.596	5.263
(-) Ressarcimento ao SUS (Parcelamento aprovado pela ANS)	1.315	167
Montante a ser garantido	94.529	108.438
Ativos dados em garantia:		
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	158.597	120.324
Total de ativos	158.597	120.324
Ativos vinculados em excesso	64.068	11.888

(a) A ANS não exige o lastreamento por ativos garantidores para o total da PPCNG, conforme RN nº 392 de 09/12/2015. 12. Depósitos judiciais e fiscais, provisões judiciais e obrigações fiscais (nota 14 na versão completa): Em 31/12/2023 e 2022, os depósitos judiciais e fiscais, registrados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante, assim como as provisões para ações judiciais, fiscais e trabalhistas registradas na rubrica "Provisões para ações judiciais" no passivo circulante e não circulante e, as obrigações fiscais, registradas na rubrica "Tributos e contribuições", no passivo não circulante, são compostos conforme demonstrado a seguir: 12.1. Depósitos judiciais (nota 14.1 na versão completa):

Descrição	2023	2022
Previdenciárias:		
INSS	17	-
Trabalhistas e cíveis:		
Ações trabalhistas	14.113	13.589
Ações cíveis	3.734	5.389
Subtotal	17.847	18.978
Total	17.864	18.978
Não circulante	17.864	18.978

13. Patrimônio líquido (nota 16 na versão completa): 13.1. Capital social (nota 16.1 na versão completa): O capital social da Companhia em 31/12/2023 é de R\$210.727 (R\$147.327 em 2022), representado por 6.1610.997 ações ordinárias (38.259.479 em 2022), todas nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizadas.

14. Detalhamento das contas de resultado (nota 17 na versão completa): 14.1. Eventos conhecidos ou avisados (nota 17.1 na versão completa):

Descrição	Antes da lei (a)			Após a Lei (a)			Total
	Rede própria	Rede contratada	Rede própria	Rede contratada	Reembolso		
Consultas	(840)	(405)	(32.084)	(77.762)	-	(111.091)	
Exames	(575)	(267)	(21.937)	(40.251)	-	(63.030)	
Terapias	-	(31)	-	(6.823)	-	(6.854)	
Internações	(171)	(1.405)	(6.496)	(99.817)	-	(107.889)	
Demais despesas	-	-	-	(170)	-	(170)	
Outros atendimentos	(106)	(205)	(4.017)	(29.028)	-	(33.356)	
Subtotal	(1.692)	(2.313)	(64.534)	(253.851)	-	(322.390)	
SUS						(3.545)	
Total						(325.935)	

(a) Refere-se aos planos de saúde operados antes e após a Lei nº 9.656/1998.

Descrição	2023					
	Antes da lei (a)			Após a Lei (a)		
	Rede própria	Rede contratada	Rede própria	Rede contratada	Reembolso	Total
Consultas	(780)	(448)	(33.597)	(87.386)	(224)	(122.435)
Exames	(534)	(296)	(22.971)	(45.147)	(119)	(69.067)
Terapias	-	(34)	-	(7.632)	(21)	(7.687)
Internações	(159)	(1.552)	(6.803)	(111.827)	(299)	(120.640)
Demais despesas	-	-	-	(191)	-	(191)
Outros atendimentos	(98)	(227)	(4.207)	(32.456)	(89)	(37.077)
Subtotal	(1.571)	(2.557)	(67.578)	(284.639)	(752)	(357.097)
SUS						(3.042)
Total						(360.139)

(a) Refere-se aos planos de saúde operados antes e após a Lei nº 9.656/1998.

14.2. Despesas administrativas (nota 17.4 na versão completa):

Descrição	2023	2022
Pessoal próprio	(12.350)	(13.141)
Serviços de terceiros	(1.295)	(3.417)
Localização e funcionamento	(4.644)	(5.592)
Publicidade e propaganda	(803)	(2.598)
Despesas com tributos	(853)	(798)
Outras	(5.382)	(4.005)
Total	(25.327)	(29.551)

Os benefícios aos funcionários, incluídos na rubrica "Pessoal próprio", estão representados de forma detalhada na tabela a seguir (não inclui honorários de diretoria):

Descrição	2023	2022
Remunerações	(7.287)	(7.901)
Encargos sociais	(3.012)	(2.830)
Indenizações e rescisões	(342)	(113)
Vale alimentação, refeição e transporte	(1.156)	(1.097)
Seguro de vida, saúde e odontológico	41	-
Outros benefícios	(18)	(70)
Total	(11.774)	(12.011)

14.3. Resultado financeiro líquido (nota 17.5 na versão completa):

Descrição	2023	2022
Títulos e valores mobiliários	20.328	13.690
Valor justo por meio do resultado	20.328	13.690
Operações de seguros	(32)	(44)
Atual monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(543)	51
Outros	(286)	(1.787)
Total	19.467	11.910

14.4. Imposto de renda e contribuição social (nota 17.6 na versão completa): O imposto de renda e a contribuição social calculados com base nas alíquotas oficiais estão reconciliados para o valor registrado nas demonstrações do resultado, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2023		2022	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social	(22.547)	(22.547)	(80.317)	(80.317)
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	5.637	2.029	20.079	7.229
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Correntes:				
Adições:				
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(309)	(111)	(252)	(90)
Despesas indedutíveis	(216)	(78)	(48)	(17)
Provisão para redução ao valor recuperável	(4.369)	(1.573)	(705)	(254)
Provisões não dedutíveis	-	-	(5)	(2)
Outras	(400)	(149)	(228)	(83)
Subtotal	(5.294)	(1.911)	(1.238)	(446)
Exclusões:				
Reversão da provisão sobre participações nos lucros	52	19	-	-
Apuração de Indébito Tributário	53	19	-	-
Subtotal	105	38	-	-

Descrição	2023		2022	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Prejuízo fiscal e base negativa:				
Constituições	(871)	(313)	(18.841)	(6.783)
Subtotal	(871)	(313)	(18.841)	(6.783)

Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente

	(423)	(157)	-	-
--	-------	-------	---	---

Diferidos:

Constituição / (reversão) de crédito tributário sobre prejuízo fiscal / base negativa

	(13)	309	18.837	6.781
--	------	-----	--------	-------

Constituição de crédito tributário sobre diferenças temporárias

	5.461	2.757	3.397	1.225
--	-------	-------	-------	-------

Débito tributário sobre atualizações de depósitos judiciais

	(1.827)	(201)	(2.212)	(796)
--	---------	-------	---------	-------

Receitas (despesas) com imposto de renda e contribuição social diferido

	3.621	2.865	20.022	7.210
--	--------------	--------------	---------------	--------------

Receitas (despesas) com imposto de renda e contribuição social

	3.198	2.708	20.022	7.210
--	--------------	--------------	---------------	--------------

Alíquota efetiva

	14,18%	12,01%	24,93%	8,98%
--	---------------	---------------	---------------	--------------

Alíquota efetiva combinada

		26,19%		33,91%
--	--	---------------	--	---------------

15. Conciliação entre resultado líquido e caixa líquido gerado nas atividades operacionais (nota 18 na versão completa):

	2023	2022
Resultado líquido do exercício	(16.851)	(53.085)
Mais		
Depreciações e amortizações	10.844	10.535
Juros de arrendamento mercantil	1.184	2.559
Juros e variações monetárias de provisões judiciais e obrigações fiscais	1.610	75
Impairment	27.049	-
Outros	4.079	2.450
Menos		
Juros e variações monetárias de depósitos judiciais e fiscais	(1.524)	-
Juros e variações monetárias de créditos a compensar	(210)	-
Outros	(178)	-
Atividades operacionais		
Variação de aplicações	(49.753)	(51.034)
Variação de créditos das operações com planos de assistência à saúde	(3.317)	(7.715)
Variação dos cred de oper assist à saúde não relac com planos de saúde da operadora	156	(16)
Variação de bens e títulos a receber	612	479
Variação de créditos tributários e previdenciários	(1.460)	(3.996)
Variação de ativo fiscal diferido	(6.486)	(27.233)
Variação de depósitos judiciais e fiscais	2.638	(1.725)
Variação de despesas antecipadas	(300)	-
Variação de outros créditos a receber de longo prazo	(2.063)	-
Variação de despesas de comercialização diferidas	866	(3.632)
Variação de débitos de operações de assistência à saúde	(23)	2.923
Variação de tributos e contribuições a recolher	1.962	207
Variação de provisões	(1.368)	1.148
Variação de provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(14.428)	61.656
Variação de débitos diversos	(1.370)	(12.584)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.528)	-
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(49.859)	(78.988)

Diretoria: Diretora Presidente: Raquel Reis Correa. **Diretor Vice-Presidente:** Leandro Fraga Pacheco. **Diretores(as):** Glauca Maria Ribeiro de Carvalho; Gustavo Kohn Giometti; Heitor Augusto Pereira Barbosa; Jefferson Klock; Jonas Berbert Pulcheri; Juliano Kiguchi Tomazela; Otávio de Garcia Lazcano; Rafael Pinto Fróes; Raquel Dourado Imbassahy Conrad; Simone Cesena Duarte; Solange Zaquem Thompson Motta; Tereza Villas Boas Veloso; e Thiago de Carvalho Gomes. **Contadora:** Flavia Vieira Pereira - CRC RJ-094933/O-3. **Atuária:** Cecília Avila de Paschoal Figueiredo - MIBA/MTPS/2163.

Extrato das Informações Relevantes sobre o Relatório do Auditor Independente acerca das Demonstrações Financeiras.

Aos Diretores e Acionistas da Paraná Clínicas - Planos de Saúde S.A.. As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente nos endereços <https://www.bemparana.com.br/publicidade-legal/> e <https://portal.sulamericaseguros.com.br/institucional/demonstracoes-financeiras/>. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 27 de março de 2024, sem modificações.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2024.
Ernst & Young - Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F
Marcelo Felipe L. de Sá
Sócio - Contador CRC RJ-094644/O



BEM PARANÁ

Informação vai bem.

POMERANIA INDÚSTRIA E
COMÉRCIO DE PORCELANAS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em Reais)

ATIVO		2023	2022
	NOTA		
CIRCULANTE			
Partes Relacionadas	3	229.689	202.008
PERMANENTE			
Imobilizado	4	2.594.977	2.720.546
Total do Ativo		2.824.665	2.922.554
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Obrigações Tributárias	5	206.479	206.479
Outras Obrigações		306.394	305.328
NÃO CIRCULANTE			
Partes Relacionadas			
EXIGÍVEL LONGO PRAZO			
Iptu à Pagar		80.209	80.209
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	6	4.130.383	4.130.383
Lucro/Prejuízos Acumulados		(1.898.799)	(1.799.845)
Total do Patrimônio Líquido		2.231.584	2.330.538
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.824.665	2.922.554

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em Reais)

	NOTA	2023	2022
Receitas (Despesas) Operacionais			
Administrativas	8	(6.378)	(5.588)
Depreciação		(125.569)	(140.963)
Despesas Gerais	8	(168)	(22.620)
Resultado oper. antes do resultado financeiro		(132.116)	(169.171)
Resultado financeiro			
Receita de Aluguel		33.162	
Juros pagos e desc.concedidos			
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos e contribuições		(98.954)	(169.171)
Provisão para IR e CSL			
Prejuízo verificado no Exercício		(98.954)	(169.171)
Lucro por Lote de Mil Ações - R\$ 1,00		(0,02)	(0,04)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DAS DEMONSTRAÇÕES
DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO FINDOS EM 2023 E 2022

	CAPITAL SOCIAL	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31-12-2022			
Capital Social	4.130.383	-	4.130.383
Prejuízos Acumulados		(1.799.845)	(1.799.845)
Prejuízo do exercício 2023		(98.954)	(98.954)
SALDOS EM 31-12-2023	4.130.383	(1.898.799)	2.231.584

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022. (Em Reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A empresa teve a subscrição e o registro da transferência de propriedade dos bens em 10 de janeiro de 2012. A subscrição de capital foi com integralização dos bens componentes do ativo imobilizado, avaliados pelos valores contábeis conforme laudo emitido por terceiros, devidamente aprovado em assembleia dos acionistas.

O objeto da empresa é a indústria e comércio de porcelanas, refratários, cerâmica, decalcomanias, a exportação de produtos acabados, importações de matérias primas para uso na fabricação de porcelana, refratários, cerâmica, decalcomanias, arrendamento mercantil, prestação de serviço de elaboração de decalque, logomarcas, prestação de serviço de aluguel de louças cerâmicas e porcelanas em geral; podendo, ainda, participar em outras empresas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1) As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei 6404/76, com as alterações contidas nas Leis 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e 11.941 de 27 de maio de 2009, e as determinações das Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, relativas aos pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis).

2.2) A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 07 de março de 2024.

2.3) A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. A Administração da "Pomerania Indústria e Comércio de Porcelanas S.A." revisa as estimativas pelo menos anualmente.

2.4) As demonstrações dos fluxos de caixa não estão sendo apresentados pelo fato da empresa não ter tido movimentações nesta rubrica contábil, sendo que todas as movimentações operacionais e investimento foram com sua controladora.

2.5) Descrição das principais práticas contábeis:

a. Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição, o qual foi por meio da integralização de capital da controladora, deduzidas as depreciações acumuladas.

b. Créditos e Débitos com Partes Relacionadas

Referem-se a operações financeiras com a controladora e ligadas com prazo indeterminado e sem remuneração.

c. Fornecedores

Representam a obrigação presente, decorrentes de adiamento de fornecedores e que incorrerão no próximo exercício social.

3. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Contas	Ativo 2023	Passivo 2023	Ativo 2022	Passivo 2022
Porcelana Schmidt	36.739		36.739	
Schmidt Industria	191.941		164.260	
Cerâmica	1.009		1.009	
Total Não Circulante	229.689	0	202.008	0

4. IMOBILIZADO

a) A composição do imobilizado é:

Descrição	2023	2022
Terrenos	837.005	837.005
Edifícios e Benfeitorias	1.757.971	1.883.541
Maquinas e Equipamentos		
Móveis e Utensílios		
Veículos		
Total	2.594.977	2.720.546

5. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

Descrição	2023	2022
Adiantamento Mercado I	306.394	305.328
Total	306.394	305.328

6. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 4.130.383 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00.

7. DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	2023	2022
Publicações	6.378	5.588
Despesas de Depreciação	140.963	140.963
Outras	168	22.620
Total	132.116	169.171

8. AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

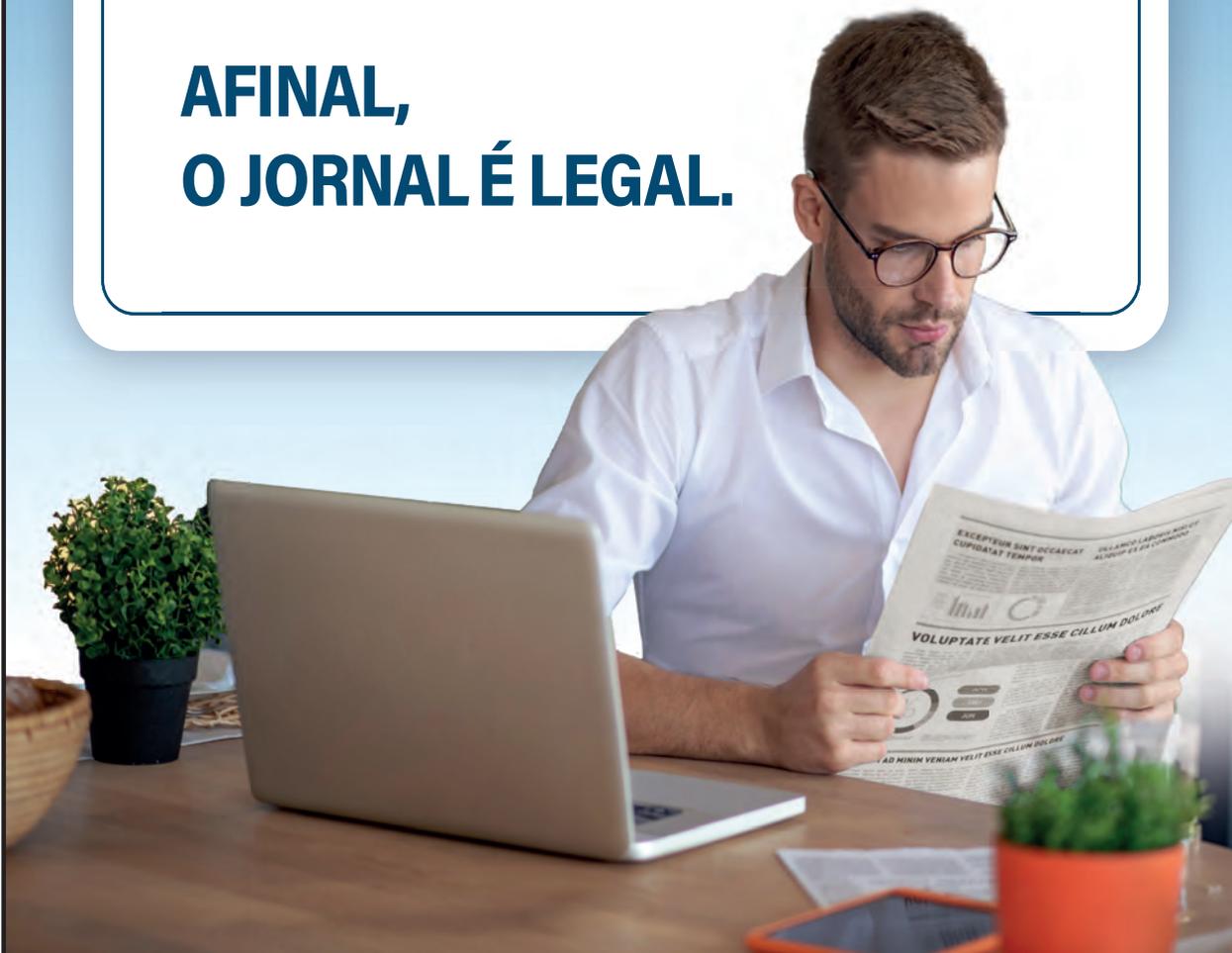
O ativo imobilizado da Pomerania Indústria e Comércio de Porcelanas S.A. está em processo de Avaliação Patrimonial, com previsão de término em 2024 com a conclusão deste processo o Ativo Imobilizado da Pomerania Indústria e Comércio de Porcelanas S.A. será atualizado contabilmente de acordo com o Laudo de Avaliação Patrimonial em curso.

9. RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A POMERANIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PORCELANAS S.A. requereu Recuperação Judicial em maio de 2016, cujo processo encontra-se em trâmite junto ao Poder Judiciário da Comarca.

AS PUBLICAÇÕES LEGAIS
NOS JORNAIS SÃO DATADAS E
AUTENTICADAS, SEM MARGEM
PARA ALTERAÇÃO POSTERIOR
DO CONTEÚDO DIVULGADO.

AFINAL,
O JORNAL É LEGAL.



cenp

Fórum de
Autorregulação
do Mercado
Publicitário

ANJ ASSOCIAÇÃO
NACIONAL
DE JORNAIS

abra
legal

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DAS AGENCIAS E VEÍCULOS
ESPECIALIZADOS EM
PUBLICIDADE LEGAL

adjoribr
JORNAIS DO INTERIOR

3350.6620

LEILÃO ONLINE | CASA EM CURITIBA/PR
Participe em pestanaleiloes.com.br

Liliamar Pestana Gomes, Leiloeira Oficial, JUCISRS 168/00, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizada pelo Banco Bradesco S/A sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá, na forma da Lei 9.514/97, nas datas de 16/04/2024 (1º leilão) e 19/04/2024 (2º leilão), ambas às 10h, o leilão do seguinte lote: LOTE 5 - Curitiba/PR. Bairro de Santa Felicidade. Rua Eugênio Bertoli, 3.192. Castel Vízycaya Condominium. Casa 59. Áreas priv.: constr. 90,60m² e terr. 325,90m² e fração ideal de 0,013997. Mat. 75.112 do 9º RI local. Obs.: Regularizações e encargos perante os órgãos competentes de eventual divergência da área privativa construída (in loco: 181,26m²) que vier a ser apurada no local com a averbada no RI, bem como a correta grafia do logradouro frontal, correrão por conta do(a) comprador(a). Ocupada. (AF). Lance mínimo: 1º Leilão R\$ 1.065.000,00. 2º Leilão R\$ 639.000,00 (caso não seja arrematado no primeiro leilão). COND. DE PGTO.: à vista, mais comissão de 5% à Leiloeira. DA PARTICIPAÇÃO ON-LINE: mediante cadastro prévio no site da Leiloeira. OBS.: O Fidejante possui direito de preferência de compra, nos termos da lei.

Consulte condições de Venda e Pagamento: banco.bradesco/leiloes e pestanaleiloes.com.br | 51 3535.1000

SUMULA DO PEDIDO DA LICENÇA PREVIA

A empresa LEONARDO & GUILHERME COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA, CNPJ 28.407.649/0001-40, torna público que irá recorrer a Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba - SMMA, a licença ambiental municipal devido alteração no objeto social para as atividades: 4731-8/00 - Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores; 4520- 0/05 - Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores; 4723-7/00 - Comércio varejista de bebidas; 4729-6/01 - Tabacaria; 4729-6/02 - Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência; 4732-6/00 - Comércio varejista de lubrificantes. Situada a Rua Emanuel Voluz, 415, CEP: 81.870-320, Pinheirinho, Curitiba.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 011/2024
INEXIGIBILIDADE 021/2024

OBJETO: Credenciamento de Engenheiro Eletricista, Engenheiro Mecânico e Agrônomo, topógrafo ou profissional habilitado para georreferenciamento e elaboração de mapas.

VALOR: R\$ 501.738,85 (quinhentos e um mil setecentos e trinta e oito reais e oitenta e cinco centavos).

PROTOCOLO DO ENVELOPE: dia 02 de abril de 2024 até o dia 02 de abril de 2025.

DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS: 19 de abril de 2024, às 08h30 min, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Prudentópolis.

INFORMAÇÕES: O edital poderá ser obtido no site www.prudentopolis.pr.gov.br, e demais informações junto ao Depto de Licitações da Prefeitura Municipal de Prudentópolis, localizado na Rua Rui Barbosa, nº 801, Centro, Prudentópolis-Pr, CEP 84400-000, licitaprude@prudentopolis.pr.gov.br, fone 0800 808 0130 de segunda à sexta-feira, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas.

Andriele S. Lupepsa
Membro da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA – PARANÁ

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2024 – SMCER

A Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba, por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Recreação – SMCER, e sob a responsabilidade da Comissão de Contratação, designada por meio da Portaria n.º 5.194/2023, torna público, para conhecimento dos interessados que realizará **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO ESPORTIVO, CULTURAL E RECREATIVO**, para execução dos projetos aprovados pelo Decreto n.º 26.187/2019, com fundamento no inciso I, do art.79, da Lei Federal n.º 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 29.215/2023, aos interessados que atendas as condições do Edital para a prestação dos serviços de:

- Instrutor de Projeto;
- Monitor Cultural;
- Monitor Esportivo;
- Monitor de Recreação;

As condições de credenciamento estão no Edital, que se encontra disponível no site: www.telemacoborba.pr.gov.br. Informações pelo fone: (42) 3127-8702, 3127-8703, 3127-8700 ou e-mail licitacao@pmtb.pr.gov.br

Telêmaco Borba, 27 de março de 2024

Luciana Ramos Lemes

Presidente da Comissão de Credenciamento

ATMED SERVIÇOS DE APOIO À SAÚDE LTDA
CNPJ 30.495.214/0001-47 NIRE 412.0880017-8
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
São convocados os Senhores sócios quotista da ATMED SERVIÇOS DE APOIO À SAÚDE LTDA, para participarem da Assembleia Geral Ordinária que se realizará EXCLUSIVAMENTE na forma DIGITAL por meio da plataforma Microsoft Teams, conforme previsto a Instrução Normativa DREI nº 79/2020, a se realizar em 29/04/2024, às 13h30 em 1ª convocação com a presença de titulares de no mínimo ¼ do capital social, e, às 13h45 em 2ª convocação com qualquer número de presentes, a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Apreciação e votação da prestação de contas do administrador do exercício de 2023; 2) Examinar o balanço patrimonial e dar destinação ao resultado do exercício; 3) Outros assuntos de interesse dos sócios.
Observações Importantes:
Todos os sócios poderão participar e votar remotamente por meio da plataforma Microsoft Teams pela qual será realizada a assembleia.
Para participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital, os sócios devem enviar solicitação EXCLUSIVAMENTE VIA APLICATIVO WHATSAPP para o nº +55 (41) 9104-3351, até as 12hrs (Horário de Brasília) do dia 26/04/2024. A solicitação deverá estar acompanhada de documento de identificação do sócio ou, se for o caso, de seu procurador constituído para tal fim. Após recebida a solicitação e verificados os documentos apresentados, será enviado para o e-mail do solicitante o link e as instruções de acesso à Plataforma Digital, sendo remetido apenas um convite individual por solicitante. O link e as instruções são pessoais e intransferíveis e não poderão ser compartilhados com terceiros, sob pena de responsabilização do sócio.
O balanço patrimonial e demais documentos relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia estão disponíveis na sede da empresa.
Marcio Adilson Sotelo
Administrador

Edital de Concorrência Eletrônica Nº 1.2024

A Prefeitura Municipal de Imbaú torna público que realizará Concorrência Eletrônica, com sessão de disputa de preços às **09:30** horas do dia **17 de abril de 2024**, horário de Brasília – DF; com a finalidade de selecionar melhor proposta para **Contratação de empresa especializada na Reforma da Quadra da Cidadania**. Outras informações, bem como cópia do edital completo e da pasta técnica, poderão ser obtidos junto ao site www.imbau.pr.gov.br, ícone Licitações ou junto à Prefeitura Municipal, durante o horário de expediente. Endereço Avenida Francisco Siqueira Kortz, nº 471, São Cristóvão, Imbaú / PR. Fone: (42) 0800-115.3131.

Imbaú 27 de março de 2024.

DAYANE SOVINSKI RODRIGUES
Prefeita Municipal

JUIZO DE DIREITO DA SÉTIMA VARA CÍVEL Cartório da 7ª. Vara Cível Dra. Kátia de Araújo Carollo - Escrivã Av. Cândido de Abreu, 535 - 7º. andar Caroline C.M.B. de Matos - E. Juramentada Comarca de Curitiba - Estado do Paraná Patricia Carla Gonçalves - E. Juramentado **EDITAL DE INTIMAÇÃO DO EXECUTADO JOSÉ HELIOMAR ROSA DE MORAES; COM O PRAZO DE TRINTA (30) DIAS, NA FORMA ABAIXO:** Edital de Intimação do Executado JOSÉ HELIOMAR ROSA DE MORAES, pessoa física, inscrita no CPF/MF sob nº. 456.086.289-34 e portador da cédula de identidade sob nº. 44253305 SSP/PR, atualmente encontra-se em lugar incerto e não sabido, do BLOQUEIO sobre o seguinte valor “R\$ 1.934,88 (Um mil, novecentos e trinta e quatro reais e oitenta e oito centavos) - (da conta de titularidade de JOSÉ HELIOMAR ROSA DE MORAES) conforme Bloqueio Sisbajud Protocolo nº 20240002970788 - seq. 364.1”, ciente de que o prazo para discordância expressa quanto ao bloqueio realizado é de **05 (cinco) dias**, e que não havendo discordância haverá a conversão automática em da indisponibilidade em **PENHORA**, sem ocorrência de lavratura de termo ou nova intimação pessoal, conforme artigo 854, § 5º, do Novo Código de Processo Civil, e após isso, uma vez transferido o valor para o processo, haverá a liberação para o exequente, nos autos de Ação **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**, sob nº. **0030747-45.2019.8.16.0001**, que tramita na 7ª. Vara Cível de Curitiba, pelo sistema *Projudi*, sito na Av. Cândido de Abreu, nº. 535, 7º. andar, Fórum Cível, Centro Cívico, movido por **INSTITUTO DE EDUCACAO UNICURITIBA** LTDA contra **JOSÉ HELIOMAR ROSA DE MORAES**, que em síntese aduz o seguinte: “Trata-se de Ação Monitoria proposta pelo **INSTITUTO DE EDUCACAO UNICURITIBA LTDA.**, substanciada em Contrato de Prestação de Serviços Educacionais inadimplidos pelo Réu, o que motivou a propositura da presente ação visando a cobrança do valor de R\$ 11.567,93, a época da distribuição. **DESPAÇO DE SEQUÊNCIA 356.1:** “1. Considerando que o dinheiro depositado ou aplicado em instituição financeira é bem com preferência sobre todos os outros (artigo 835, inciso I do NCP/C), defiro o pedido de penhora através do sistema SISBAJUD, nos termos do artigo 854 do NCP/C. 2. Cumpridas as exigências legais (Instrução Normativa 04/2016), determino à Escrivania proceder ao bloqueio de numerário existente em instituições financeiras, conforme pedido e cálculo trazido pelo Exequente. 3. Efetivado o bloqueio e a consequente indisponibilidade de numerário existente em instituições financeiras, junte-se a respectiva certidão e, após: a) realizada a penhora online e tornados indisponíveis os ativos financeiros do Executado, intime-se na pessoa do respectivo advogado, ou pessoalmente caso não o tenha, quanto aos termos do artigo 841 do Código de Processo Civil e, para, no prazo de 05 (cinco) dias, alegar e comprovar: I – as quantias tornadas indisponíveis são impenhoráveis; II – ainda remanesce indisponibilidade excessiva de ativos financeiros (art. 854, §3º do CPC). b) existindo indisponibilidade excessiva, proceda-se o cancelamento no prazo de 24 contados da resposta, ou da decisão que acolher as arguições previstas nos itens I e II do item “a” (art. 854, §3º e 4º do CPC). c) rejeitada, ou não sendo apresentada a manifestação do Executado conforme item “a” desta decisão, a indisponibilidade converter-se-á em penhora, dispensada a lavratura de termo, com a consequente transferência do montante bloqueado para uma conta vinculada ao juízo, enquanto aguarda-se deliberação a respeito de seu levantamento. 4. ALÉM DISSO, OBSERVEM-SE AS DISPOSIÇÕES DO ARTIGO 27, DA PORTARIA N. 01 DE 2021 DESTA JUÍZO: §1º. Realizado bloqueio junto ao sistema SISBAJUD, caso encontrados valores que, cumulativamente, sejam inferiores a 10% do valor em execução e inferiores a R\$ 500,00, o Exequente será intimado para se manifestar sobre a irrisoriedade dos valores. §2º. Não se tratando de valores irrisórios, que deverão ser desbloqueados na forma do §1º, proceder a juntada do espelho do resultado da diligência, que servirá como termo de penhora, e a intimação das partes com prazo de 15 dias. §3º. Passados 05 dias sem impugnação do Executado, a Escrivania promoverá a transferência do valor para conta vinculada ao Juízo. 5. Cumpridas as exigências legais (Instrução Normativa 04/2016), à Escrivania para pesquisar quanto existência de veículos em nome do executado, consignando-se que, em caso de resposta positiva, deverá ser efetuado o bloqueio (restrição de transferência) via sistema RENAJUD dos veículos encontrados. Destaca-se que em caso de veículo gravado com alienação fiduciária não deve ser efetuada qualquer constrição. 6. Após, intime-se o Exequente a se manifestar, requerendo e providenciando o necessário para a penhora, indicando, ainda, se deseja a remoção, permanecendo como depositário do bem. Curitiba, 2 de fevereiro de 2024. Carla Melissa Martins Triajuzza de Direito”. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, expedi o presente edital, que será publicado e afixado no local de costume, com a ressalva de que será nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, do NCP/C). Curitiba, 21 de Março do ano de dois mil e vinte e quatro. E Eu, (a) (Kátia de Araújo Carollo) Escrivã, que o fiz digitar, conferi e subscrevo. SOB MINUTA. **CARLA MELISSA MARTINS TRIÁ Juíza de Direito Assinado Digitalmente**

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

A **Trepko do Brasil Ltda** (CNPJ: 22.524.225/0001-80) torna público que irá requerer ao Instituto Água e Terra, a Renovação da Licença de Operação - RLO para Fabricação de outras máquinas e equipamentos de uso geral não especificados anteriormente, peças e acessórios a ser implantada Rua Brasholanda, número 240 no bairro Jardim Weisópolis, no município de Pinhais, no Estado do Paraná (CEP: 83.322-070).

TBW ADMINISTRADORA DE BENS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em Reais)

NÃO CIRCULANTE	ATIVO		2022
	NOTA	2023	
Partes Relacionadas			
Imobilizado	4	5.790.000	5.790.000
Total do Ativo		5.790.000	5.790.000
	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	NOTA	2023	2022
CIRCULANTE			
Fornecedores			2.470
NÃO CIRCULANTE			
Partes Relacionadas	3	215.146	185.265
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	5	5.790.000	5.790.000
Lucro/Prejuízos Acumulados		(215.146)	(187.735)
Total do Patrimônio Líquido		5.574.854	5.602.265
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		5.790.000	5.790.000

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em Reais)

	NOTA	2.023	2.022
Receitas (Despesas) Operacionais			
Administrativas		-	-
Despesas Gerais	6	(27.411)	(32.769)
Resultado oper. antes do resultado financeiro		(27.411)	(32.769)
Resultado financeiro			
Despesas financeiras			
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos e contribuições		(27.411)	(32.769)
Provisão para IR e CSLL			
Lucro / Prejuízo líquido do Exercício		(27.411)	32.769
Lucro por Lote de Mil Ações - R\$ 1,00		0,005	0,007

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO FIMOS EM 2023 E 2022

	CAPITAL SOCIAL	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31-12-2022			
Capital Social	5.790.000	(187.735)	5.602.265
Prejuízo do exercício 2023	-	(27.411)	(27.411)
SALDOS EM 31-12-2023	5.790.000	(215.146)	5.574.854

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022. (Em Reais)

- INFORMAÇÕES GERAIS**
A Porcelana Schmidt S.A. subscreveu capital na TBW Administradora de Bens S.A. por meio de bens avaliados pelo valor registrado nos livros contábeis e suportados por laudo de avaliação emitido por terceiros. A integralização do capital social mediante a transferência dos ativos compostos de marcas, realizada em 2.011, com registro no DNPI - Departamento Nacional de Propriedade Industrial, composta das seguintes marcas:
Marca Comercial Real;
Marca Comercial Porcelana Real;
Marca Comercial Schmidt;
Marca Comercial Porcelana Schmidt;
Marca Comercial Prisma;
Marca Comercial Cerâmica Schmidt;
Marca Comercial Pomerode.
O objeto da empresa é a administração de bens e estabelecimentos ou empresas industriais e comerciais, nas quais a qual-quer título, inclusive se arrendamento, venha participar, podendo também administrar bens móveis e imóveis, empresas ou estabelecimentos com, para tal fim, lhe sejam confiados por terceiros, com a representação, comercialização, distribuição, exportação e importação, por conta própria ou de terceiros, de peças de porcelanas, refratários, cerâmica e utilidades domésticas, peças em geral e máquinas para qualquer fim, além do agenciamento e execução de propaganda e publicidade.
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
2.1) As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei 6404/76, com as alterações contidas nas Leis 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e 11.941 de 27 de maio de 2009, e as determinações das Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, relativas aos pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis).
2.2) A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 07 de março de 2024.
2.3) A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. A Administração da TBW Administradora de Bens S.A., revisa as estimativas pelo menos anualmente.
2.4) As demonstrações dos fluxos de caixa não estão sendo apresentados pelo fato da empresa não ter tido movimentações nesta rubrica contábil, sendo que todas as movimentações operacionais e investimento foram com sua controladora.
2.5) Descrição das principais práticas contábeis:
a) Imobilizado
É registrado ao custo de aquisição, o qual foi por meio da integralização de capital da controladora, deduzidas as depreciações acumuladas.
b) Créditos e Débitos com Partes Relacionadas.
Referem-se a operações financeiras com a controladora e coligadas, com prazo indeterminado e sem remuneração.
- 3. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS**

Contas	Ativo 2023	Passivo 2022	Ativo 2023	Passivo 2022
Porcelana Schmidt		700		700
Ponderosa		38.347		38.347
Schmidt Indústria		176.099		146.218
Total Não Circulante	0	215.146	0	185.265

Descrição	2023	2022
Marcas	5.790.000	5.790.000
Total	5.790.000	5.790.000

Descrição	2023	2022
Publicações	4.199	4.500
Outras	23.211	28.269
Total	27.411	32.769

- 7. AVALIAÇÃO PATRIMONIAL**
O ativo imobilizado da TBW Administradora de Bens S.A. está em processo de uma Avaliação Patrimonial, com previsão de término em 2023, com a conclusão deste processo o Ativo Imobilizado da TBW Administradora de Bens S.A. será atualizado contabilmente de acordo com o Laudo de Avaliação Patrimonial em curso.
- 8. RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
A TBW ADMINISTRADORA DE BENS S.A. requereu Recuperação Judicial, em junho de 2016, cujo processo encontra-se em trâmite junto ao Poder Judiciário da Comarca.

www.bemparana.com.br



NEGRESCO S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ/MF 04.379.829/0001-06 - Rua João Bettega, 830 - Portão - Curitiba - PR

Relatório da Administração – 2º Semestre e exercício de 2023

Senhores Acionistas, Em conformidade com as disposições legais e estatutárias em vigor, submetemos à apreciação de V.Sas., os documentos relativos às demonstrações financeiras e contábeis da **Negresco S/A – Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financiera")**, bem como as notas explicativas e o relatório dos auditores independentes, relativos ao segundo semestre e exercício de 2023. **Cenário Econômico** No ano de 2023, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi de 4,62%, depois de encerrar o ano de 2022 em 5,79%, sendo que a meta estabelecida pelo Banco Central era de 3,25% para o ano de 2023. A taxa básica de juros (SELIC), que no final de 2022 estava em 13,75%, terminou o ano de 2023 em 11,75% após quatro reduções seguidas de 0,5% cada. Para 2024, a pesquisa FOCUS (Banco Central) aponta que a inflação deverá ficar próxima a 3,9% no ano, a taxa SELIC em 9% e o PIB com crescimento de 1,59%. A Financiera continuará atenta ao mercado e com sua política tradicional de consolidação da sua rede e segmento de atuação, crescimento sólido

e sustentado, consciência e responsabilidade social, além da busca constante por resultados positivos. **Política Operacional** A Financiera vem mantendo o foco de atuação voltado para o crédito direto ao consumidor e ao empréstimo pessoal, operações próprias e inerentes às sociedades de crédito e financiamento, que lhes são permitidas na forma e limites legais, em parceria com seus correspondentes no país. **Avaliação dos Resultados e Patrimônio líquido** A Financiera, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apurou lucro de R\$ 23.566. O Patrimônio líquido encerrou o exercício totalizando R\$ 93.459. **Política de reinvestimento e distribuição de dividendos** Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da lei societária. Os juros sobre capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor e são imputados aos dividendos obrigatórios e, conforme política de distribuição de dividendos, o crédito poderá ocorrer somente no mês de dezembro. Os dividendos não obrigatórios são

destinados através de ata da assembleia geral extraordinária do início do exercício seguinte ou por ata da próxima assembleia geral ordinária. Mais informações sobre dividendos estão na nota explicativa 19.c. **Estrutura de Gerenciamento de Risco e de Capital** Em março de 2019, a Financiera fez a opção pela utilização da metodologia simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PRSS), conforme as Resoluções nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, e nº 4.606, de 19 de outubro de 2017, emitidas pelo Conselho Monetário Nacional. Foi aprovado e executado o plano anual da área de Controles Internos com relatórios aprovados pela Diretoria. Os documentos de gerenciamento de riscos aprovados estão sendo continuamente avaliados pelos gestores das áreas, pela Segunda Linha de Defesa e pela Auditoria Interna e pela diretoria. Informações mais detalhadas estão na nota explicativa nº 26 e no endereço eletrônico <http://www.credipar.com.br/sitenov/numeros.aspx>. **Auditoria Independente** A Financiera possui processo para contratação de

Auditoria Independente considerando aspectos de transparência, conformidade, objetividade e independência do Auditor Independente, bem como, para a observância da não contratação da mesma empresa para outros serviços que possam configurar eventual conflito de interesse e perda de independência ou objetividade na execução de suas atividades. Os honorários dos serviços de auditoria independente relativos ao exercício de 31 de dezembro de 2023 montam R\$ 223. **Considerações Finais** Por fim, cumpre-nos destacar que no cumprimento dos compromissos e responsabilidades inerentes e próprias das atividades da Financiera, é compromisso da Administração, assegurar que as operações da Financiera sejam conduzidas em conformidade com as disposições de lei, normas e regulamentos. Finalizando, agradecemos a dedicação, o empenho e comprometimento de nossos funcionários e colaboradores, bem como a confiança dos acionistas, dos clientes e da Financiera. Curitiba, 21 de março de 2024. **A Administração**

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (valores expressos em milhares de reais-R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades	4	378	200
Instrumentos financeiros		260.997	217.927
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	33.772	10.906
Operações de crédito - setor privado	7	282.092	260.687
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(54.867)	(53.666)
Outros ativos	6	2.221	2.157
Créditos tributários	8	7.077	8.004
Garantias judiciais	16	700	806
Impostos e contribuições a compensar	5	198	854
Investimentos		258	345
Imobilizado		9	9
Imobilizado em uso		6.866	6.811
Depreciação acumulada		(6.608)	(6.466)
Intangível		10	10
Licenças e direitos		13	32
Amortização acumulada		(659)	(639)
Total do ativo		271.842	230.330
PASSIVO			
Valores financiados a repassar	11	2.100	1.477
Contas a pagar	12	1.653	1.767
Obrigações societárias		518	-
Fiscais e previdenciárias	13	3.741	2.302
Outros passivos		29	15
Provisões - outras	14	2.185	1.857
Depósitos e demais instrumentos financeiros	17	163.736	137.913
Participação no resultado (empregados)	15	1.470	1.430
Provisões para contingências trabalhistas e cíveis	16	2.951	2.721
Patrimônio líquido		93.459	80.848
Capital de domiciliados no País		54.359	54.359
Reserva legal		8.660	7.482
Reserva especial de lucros		30.440	19.007
Total do passivo		271.842	230.330

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado - Para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto lucro por ação)

Nota explicativa	2023		2022	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Receitas da intermediação financeira	111.906	213.654	175.366	175.366
Operações de crédito	7.c	95.754	185.385	156.972
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	7.d.1	13.940	24.980	16.227
Receitas de aplicações interfinanceiras	4	2.212	3.289	2.167
Despesas da intermediação financeira	(16.027)	(30.669)	(22.971)	(22.971)
Operações de captação no mercado	17.a.2	(11.467)	(22.665)	(17.669)
Descontos concedidos nas operações de crédito	7.d.1	(4.560)	(7.986)	(5.302)
Resultado da intermediação financeira	95.879	182.985	152.395	152.395
Outras receitas operacionais	3.020	6.045	4.462	4.462
Receita de prestação de serviços	20	2.866	5.724	4.228
Lucro na venda de operações de crédito	7.d.1	16	26	-
Outras receitas operacionais		138	295	234
Principais despesas operacionais	(37.850)	(71.965)	(64.491)	(64.491)
Despesas com pessoal	21	(13.213)	(25.665)	(25.132)
Despesas administrativas	22	(20.018)	(37.365)	(31.650)
Despesas tributárias	23	(4.431)	(8.533)	(7.208)
Outras despesas operacionais		(188)	(402)	(501)
Despesas de provisões	(38.595)	(81.851)	(77.997)	(77.997)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.d.1	(38.866)	(81.468)	(79.166)
Provisão para contingências trabalhistas	16.b	(45)	(61)	1.190
Provisão para contingências cíveis	16.b	447	(170)	86
Outras provisões		(121)	(152)	(67)
Resultado operacional	22.464	35.214	14.409	14.409
Outras receitas e despesas	(1)	(1)	(4)	(4)
Resultado antes dos tributos e participações	22.463	35.213	14.405	14.405
Imposto de renda e contribuição social	(6.549)	(11.647)	(6.338)	(6.338)
Imposto de renda e contribuição social correntes	24.a	(5.465)	(10.721)	(3.897)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24.a	(1.084)	(926)	(239)
Lucro líquido do semestre / exercício	15.914	23.566	10.767	10.767
Quantidade de ações no fim do período		54.359.021	54.359.021	54.359.021
Lucro por lote de mil ações de capital no fim do período		292,76	433,53	198,07

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto - Para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (valores expressos em milhares de reais-R\$)

Nota explicativa	2023		2022	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido ajustado do período	56.070	107.249	90.509	90.509
Lucro líquido do período	15.914	23.566	10.767	10.767
Ajustes ao lucro líquido				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24.a	1.084	926	(259)
Depreciações e amortizações		55	177	281
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.d.1	38.866	81.468	79.166
Apropriação da despesa antecipada		211	409	373
Provisão para passivos contingentes	16.b	(181)	551	115
Provisão (reversão) - outras		121	152	66
Variações em ativos e passivos				
(Aumento) redução em instrumentos financeiros - operações de crédito		(49.834)	(101.672)	(105.532)
(Aumento) redução em outros ativos		(1.025)	(513)	(553)
(Aumento) redução em garantias judiciais		113	106	926
(Aumento) redução em impostos e contribuições a compensar		(1)	656	(660)
Aumento (redução) em valores financiados a repassar		468	623	182
Aumento (redução) em contas a pagar		75	(114)	153
Aumento (redução) em fiscais e previdenciárias		5.755	10.197	5.349
Aumento (redução) em passivos diversos		2	15	(6)
Aumento (redução) em recursos de aceites cambiais		10.480	25.823	27.757
Aumento (redução) em participações no resultado (funcionários)		746	40	145
Aumento (redução) em provisão trabalhistas (férias e 13º salário)		(309)	216	6
Aumento (redução) em contingências	16.b	(220)	(321)	(1.391)
CSLL e IRPJ pagos no período		(5.115)	(8.758)	(8.290)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		17.205	33.547	8.595
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
(Adições) ao ativo imobilizado		(58)	(66)	(67)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento		(58)	(66)	(67)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de dividendos	19.c	-	(5.063)	(14.192)
Pagamento de juros sobre a capital próprio	19.c	(5.374)	(5.374)	(5.166)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento		(5.374)	(10.437)	(19.358)
Aumento / (Redução) líquida de caixa e equivalentes a caixa		11.773	23.044	(10.830)
Caixa e equivalentes a caixa no início do período	4	22.377	11.106	21.936
Caixa e equivalentes a caixa no fim do período	4	34.150	34.150	11.106

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto lucro por ação)

	2023		2022	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Lucro líquido do período	15.914	23.566	10.767	10.767
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	15.914	23.566	10.767	10.767

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações as mutações do patrimônio líquido Para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (valores expressos em milhares de reais-R\$)

Nota explicativa	Reservas de lucros				Total
	Capital realizado	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros/ (prejuízos) acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	54.359	6.944	27.030	-	88.333
Lucro líquido do exercício	-	-	-	10.767	10.767
Destinações					
Constituição de Reserva Legal	19.b	-	538	(538)	-
Distribuição de dividendos		-	(13.086)	(13.086)	(13.086)
Constituição de Reserva de Lucros		-	5.063	(5.063)	-
Juros sobre o capital próprio	19.c	-	-	(6.166)	(6.166)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	54.359	7.482	19.007	(8.048)	80.848
Mutações do exercício					
Saldos em 31 de dezembro de 2022	54.359	7.482	19.007	(8.048)	80.848
Lucro líquido do exercício	-	-	-	23.566	23.566
Destinações					
Constituição de Reserva Legal	19.b	-	1.178	(1.178)	-
Distribuição de dividendos		-	(5.063)	(5.178)	(5.581)
Constituição de Reserva de Lucros		-	16.496	(16.496)	-
Juros sobre o capital próprio	19.c	-	-	(5.374)	(5.374)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	54.359	8.660	30.440	(9.459)	93.459
Mutações do exercício					
Saldos em 30 de junho de 2023	54.359	7.865	11.433	(12.611)	80.848
Lucro líquido do semestre	-	-	-	7.269	7.269
Destinações					
Constituição de Reserva Legal	19.b	-	795	(795)	-
Distribuição de dividendos		-	-	(518)	(518)
Constituição de Reserva de Lucros		-	16.496	(16.496)	-
Juros sobre o capital próprio	19.c	-	-	(5.374)	(5.374)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	54.359	8.660	30.440	(9.459)	93.459
Mutações do semestre					
Saldos em 31 de dezembro de 2022	54.359	7.865	11.433	(12.611)	80.848
Mutações do semestre	-	-	-	7.269	7.269

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional A Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financiera"), companhia fechada, foi constituída em 1º de novembro de 2000 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN em 6 de abril de 2001. A sede da Financiera fica na rua João Bettega, 830, bairro Portão - Curitiba - Paraná. O presidente da companhia é o Sr. Orlando Otto Kaesemodel Filho e, também, o acionista majoritário. As atividades operacionais tiveram início em 5 de julho de 2001 e compreendem operações de Crédito, Financiamento e Investimentos. Atualmente as operações da Financiera são voltadas à realização de financiamentos de Créditos Direto ao Consumidor - CDC para aquisição de bens e serviços, financiamentos para capital de giro e empréstimos pessoais. **2 Apresentação das demonstrações financeiras a Base de preparação** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/04 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. A administração declara que preparou as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos. Em 21 de março de 2024, as demonstrações financeiras foram concluídas pela Administração e aprovadas pela Diretoria. A Diretoria da Financiera foi autorizada a divulgá-las a partir dessa data. **b. Moeda funcional** A moeda funcional da Financiera é o Real, a qual também é a moeda de apresentação destas demonstrações financeiras. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c. Estimativas contábeis** A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e pressupostos incluem a provisão para perdas com operações de crédito, imposto diferido ativo e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração revisa as estimativas e as pressupostos periodicamente. **3 Resumo das principais práticas contábeis** As principais práticas contábeis adotadas pela Financiera na elaboração das demonstrações financeiras são: **a. Apuração do resultado** As receitas e as despesas foram reconhecidas pelo regime de competência. **b. Ativos e passivos** São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, observado "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. **c. Caixa e equivalentes a caixa** Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes a caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 4.818/2020 e CPC nº 03 (R2) - Demonstração de Fluxos de Caixa, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com o intuito de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outras finalidades. **d. Instrumentos financeiros** Aplicações interfinanceiras de liquidez Registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. **Operações de crédito** Estão registradas pelo valor atualizado pelas rendas incorridas até a data de encerramento do balanço, segundo o critério pró-rata dia. As operações de crédito são avaliadas pela Administração quanto ao nível de risco, observados os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente para operações superiores a R\$ 50 mil. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução CMN nº 2.682/99. As operações em atraso classificadas na carteira de operações de crédito com o nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses. Após seis baixadas para prejuízo, a menos que não tenham ainda 180 dias de atraso, e controladas

em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos. As operações de crédito contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) são classificadas inicialmente no mínimo em "A" conforme critérios da Resolução CMN nº 2.697/00. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. **f. Ativo imobilizado** Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais:

Vida útil dos ativos (ao ano)	Taxa - %
Instalações	10
Móveis e utensílios	10
Sistema de comunicação e equipamentos	20
Sistema de processamento de dados	20

 De acordo com o CPC 01 - (R1) - Redução do Valor Recuperável dos Ativos, os itens do ativo imobilizado que apresentem sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Não foram identificados evidências de impairment nos semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **g. Ativo intangível** O intangível é registrado ao custo de desenvolvimento ou aquisição. A amortização é calculada pelo método linear. O intangível não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de "impairment". **Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment)** É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por "impairment" são reconhecidas no resultado do exercício. Os valores dos ativos não financeiros são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por "impairment". **h. Outros ativos e passivos** Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base "pro-rata" dia). **i. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e demais impostos - Impostos correntes** - A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240 e a contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 15%, considerando, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitados a 30% do lucro real. **Impostos diferidos** Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera

Posição em 31 de dezembro de 2022. Tabela com 7 colunas: Nível de Risco, Situação, % de Provisão, Empregados, Capital de Giro, Financiamento, Total, Valor da Provisão.

8 Créditos tributários A Financeira registrou os ativos fiscais diferidos referentes a diferenças temporárias dedutíveis e estão suportados por estudo de realização futura.

Origem dos créditos tributários. Tabela com 3 colunas: Descrição, 31/12/2023, 31/12/2022.

Montante a ser realizado em até 12 meses e após 12 meses. Tabela com 3 colunas: Descrição, 31/12/2023, 31/12/2022.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação:

Tabela de movimentação de créditos tributários com 5 colunas: Saldo Inicial, Consolidação, Utilização/Reversão, Saldo Final.

Imposto de renda. Tabela com 5 colunas: Descrição, 31/12/2023, 31/12/2022, 31/12/2023, 31/12/2022.

Contribuição social. Tabela com 5 colunas: Descrição, 31/12/2023, 31/12/2022, 31/12/2023, 31/12/2022.

Total de créditos tributários de CSLL e IRPJ. Tabela com 5 colunas: Descrição, 31/12/2023, 31/12/2022, 31/12/2023, 31/12/2022.

Expectativa de realização dos créditos tributários Conforme Resolução CMN 4.842/2020, as instituições financeiras podem efetuar o registro contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias se apresentarem expectativa de geração de lucros futuros para fins de imposto de renda e contribuição social.

Expectativa de Realização. Tabela com 5 colunas: Anos (2023-2027), 31/12/2023, 31/12/2022.

O valor presente do crédito tributário em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 6.430 (R\$ 6.486 em 31 de dezembro de 2022), calculado de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e a taxa média de captação projetada de 15,65% (16,38% em 31 de dezembro de 2022) ao ano para os períodos correspondentes.

Imobilização de uso. Tabela com 5 colunas: Descrição, 31/12/2023, 31/12/2022, 31/12/2023, 31/12/2022.

Movimentação do imobilizado em uso. Tabela com 5 colunas: Descrição, 31/12/2023, 31/12/2022, 31/12/2023, 31/12/2022.

Saldo inicial, aquisição, baixa, depreciação, saldo final. Tabela com 5 colunas: Descrição, 31/12/2023, 31/12/2022, 31/12/2023, 31/12/2022.

10 Intangível. Tabela com 5 colunas: Descrição, 31/12/2023, 31/12/2022, 31/12/2023, 31/12/2022.

Licenças e direitos. Tabela com 5 colunas: Descrição, 31/12/2023, 31/12/2022, 31/12/2023, 31/12/2022.

Movimentações do intangível. Tabela com 5 colunas: Descrição, 31/12/2023, 31/12/2022, 31/12/2023, 31/12/2022.

Saldo inicial, aquisição, amortização, saldo final. Tabela com 5 colunas: Descrição, 31/12/2023, 31/12/2022, 31/12/2023, 31/12/2022.

11 Valores financeiros a repassar. Tabela com 5 colunas: Descrição, 31/12/2023, 31/12/2022, 31/12/2023, 31/12/2022.

31/12/2023, 31/12/2022. Tabela com 3 colunas: Descrição, 31/12/2023, 31/12/2022.

13 Fiscais e previdenciárias. Tabela com 3 colunas: Descrição, 31/12/2023, 31/12/2022.

14 Provisões - outras. Tabela com 3 colunas: Descrição, 31/12/2023, 31/12/2022.

15 Participação no resultado (empregados) Pela convenção sindical da categoria, é devido a participação nos lucros e resultados (PLR) aos empregados em efetiva atividade no final do exercício e, também, para os empregados desligados a partir de 02 de maio, desde que a admissão tenha ocorrido no exercício anterior.

Saldo inicial em 31 de dezembro de 2022. Tabela com 3 colunas: Descrição, 31/12/2023, 31/12/2022.

Contingências cíveis e trabalhistas. Tabela com 3 colunas: Descrição, 31/12/2023, 31/12/2022.

Estima-se um prazo de até 3 (três) anos para a exigibilidade total das ações cíveis e trabalhistas.

Movimentações das contingências. Tabela com 3 colunas: Descrição, 31/12/2023, 31/12/2022.

Saldo inicial em 31 de dezembro de 2021. Tabela com 3 colunas: Descrição, 31/12/2023, 31/12/2022.

c. Processos cíveis classificados como possíveis A Financeira é parte em 146 processos cíveis (72 em 31 de dezembro de 2022) classificados como risco de perda possível pela Administração e seus assessores jurídicos no montante de R\$ 1.249 (R\$ 606 em 31 de dezembro de 2022).

e. Processos fiscais classificados como possíveis A Financeira, sucessora por incorporação da Credipar Serviços Financeiros Ltda., é parte em auto de infração movido pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, sobre enquadramento de serviços prestados nos códigos 01.03 e 10.09 cujas alíquotas são de 3% e 2%, respectivamente.

22 Despesas administrativas. Tabela com 3 colunas: Descrição, 2023, 2022.

Técnicos especializados, serviços de terceiros, Serasa/Associação Comercial, serviços dos sistemas financeiros, processamento de dados, outros, locação de imóveis, comunicação, manutenção e conservação, despesas com viagens, consumo de energia elétrica e água, propaganda e publicidade.

23 Despesas tributárias. Tabela com 3 colunas: Descrição, 2023, 2022.

24 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a. Composição do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro no resultado. Tabela com 3 colunas: Descrição, 2023, 2022.

Impostos correntes: imposto de renda, contribuição social sobre o lucro. Tabela com 3 colunas: Descrição, 2023, 2022.

Impostos diferidos: imposto de renda, contribuição social sobre o lucro. Tabela com 3 colunas: Descrição, 2023, 2022.

Total de imposto de renda e contribuição social. Tabela com 3 colunas: Descrição, 2023, 2022.

18 Transações com partes relacionadas Principais saldos e resultados de transações com partes relacionadas As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições de mercado (prazos de vencimento e taxas de remuneração), e os saldos são assim resumidos:

2023, 2022. Tabela com 6 colunas: Descrição, 2º Semestre 2023, Exercício 2023, 2º Semestre 2022, Exercício 2022.

19 Patrimônio líquido - a. Capital social - O capital social, totalmente subscrito e integralizado por acionistas domiciliados no País, é de R\$ 54.359 (R\$ 54.359 em 31 de dezembro de 2022), representado por 54.359.021 (cinquenta e quatro milhões, trezentos e cinquenta e nove mil e vinte uma) ações nominativas sem valor nominal.

Acionistas. Tabela com 3 colunas: Descrição, Nº de ações, Valor em R\$.

Em 28 de março de 2019, através de instrumento particular de doação de ações, o acionista Orlando Otto Kaesemodel Filho transferiu 23.374.360 ações com reserva de usufruto, sendo 50% para Orlando Otto Kaesemodel Neto e 50% para Guilherme Slaviero Kaesemodel. Em 04 de setembro de 2023, o doador renunciou o direito de usufruto sobre 2.174.362 ações. Assim, as ações com direito a voto, juros sobre o capital próprio e dividendos estão distribuídas da seguinte forma:

Acionistas. Tabela com 4 colunas: Descrição, Nº de ações, Ações com direito a voto, Participação com direito a voto.

b. Reserva legal Conforme determina o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido será aplicado na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados.

20 Receita de prestação de serviços No semestre e no exercício findos em 31 de dezembro de 2023, o saldo de receita com prestação de serviços é representado respectivamente por tarifa de cadastro em operações de crédito nos montantes de R\$ 2.866 e R\$ 5.724 (respectivamente R\$ 4.228 nos mesmos períodos de 2022).

2023, 2022. Tabela com 3 colunas: Descrição, 2º Semestre 2023, Exercício 2023.

2023, 2022. Tabela com 3 colunas: Descrição, 2º Semestre 2023, Exercício 2023.

2023, 2022. Tabela com 3 colunas: Descrição, 2º Semestre 2023, Exercício 2023.

2023, 2022. Tabela com 3 colunas: Descrição, 2º Semestre 2023, Exercício 2023.

2023, 2022. Tabela com 3 colunas: Descrição, 2º Semestre 2023, Exercício 2023.

2023, 2022. Tabela com 3 colunas: Descrição, 2º Semestre 2023, Exercício 2023.

2023, 2022. Tabela com 3 colunas: Descrição, 2º Semestre 2023, Exercício 2023.

b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro no resultado. Resultado antes do IRPJ e CSLL.

2023, 2022. Tabela com 3 colunas: Descrição, 2º Semestre 2023, Exercício 2023.

25 Instrumentos financeiros derivativos A Financeira não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de compensação ou patrimonial que se destinem a atender as necessidades próprias ou de terceiros durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

26 Gerenciamento de riscos A Financeira possui estrutura de gerenciamento de riscos compatível com a natureza de suas operações e produtos, com o seu porte e o seu modelo de negócio, capacitada a identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos a que está sujeita, inclusive aqueles decorrentes de serviços especializados, cujas classes principais compreendem: risco operacional, risco de crédito, risco social, risco ambiental, risco climático e demais riscos a que esteja exposta de maneira relevante.

Risco operacional Define-se risco operacional como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Na definição acima, inclui-se, também, o risco legal, associado a eventual inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, possíveis sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e as indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Financeira.

Risco climático Define-se risco climático como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Na definição acima, inclui-se, também, o risco legal, associado a eventual inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, possíveis sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e as indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Financeira.

Risco social Define-se o risco social como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição, ocasionadas por eventos associados a violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum, como por exemplos: assédio, discriminação, preconceito, trabalho em condições análogas à escravidão, exploração irregular do trabalho infantil, não observância da legislação trabalhista e previdenciária, ambiental saúde e segurança do trabalho, tratamento irregular de dados pessoais.

Risco ambiental O risco ambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição, ocasionadas por eventos associados a degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais. Risco Climático Define-se o risco climático, em suas vertentes de risco de transição e de risco físico, como: a) risco climático de transição: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados; e b) risco climático físico: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

Risco operacional Define-se o risco operacional como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Na definição acima, inclui-se, também, o risco legal, associado a eventual inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, possíveis sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e as indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Financeira.

31/12/2023, 31/12/2022. Tabela com 3 colunas: Descrição, 31/12/2023, 31/12/2022.

2023, 2022. Tabela com 3 colunas: Descrição, 2º Semestre 2023, Exercício 2023.

2023, 2022. Tabela com 3 colunas: Descrição, 2º Semestre 2023, Exercício 2023.

2023, 2022. Tabela com 3 colunas: Descrição, 2º Semestre 2023, Exercício 2023.

2023, 2022. Tabela com 3 colunas: Descrição, 2º Semestre 2023, Exercício 2023.

2023, 2022. Tabela com 3 colunas: Descrição, 2º Semestre 2023, Exercício 2023.

2023, 2022. Tabela com 3 colunas: Descrição, 2º Semestre 2023, Exercício 2023.

2023, 2022. Tabela com 3 colunas: Descrição, 2º Semestre 2023, Exercício 2023.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

As Acionistas e Diretores da Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos - Curitiba - PR. Examinamos as demonstrações financeiras da Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. A administração da Financeira é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos responsáveis a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen. Nossos controles internos que determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar

o encerramento das operações. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar procedimentos, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos

da Financeira. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvidas significativas em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das conclusões significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 21 de março de 2024. KPMG Auditores Independentes Ltda. Andre Dala Pola. CRC SP-014428/O-6 F-PR. Contador CRC 1SP2140070-2

PASA - Paraná Operações Portuárias S.A.						
CNPJ: 02.725.300/0001-63						
Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro - Em milhares de reais						
Ativo	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022 (Reapresentado Nota 2.2.1)	1º de janeiro de 2022 (Reapresentado Nota 2.2.1)	Passivo e patrimônio líquido	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022 (Reapresentado Nota 2.2.1)
Circulante				Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7(a))	16.028	11.500	32.942	Fornecedores	3.149	6.111
Contas a receber de clientes (Nota 8)	2.097	7.278	101	Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	22.369	4.904
Estoques (Nota 9)	2.848	2.566	1.823	Obrigações sociais (Nota 15)	5.142	4.344
Impostos a recuperar	45	733	499	Impostos a recolher	2.975	2.581
Despesas antecipadas	1.526	760	623	IRPJ/CSLL a recolher (Nota 16(a))	3.519	4.491
Outros créditos (Nota 10)	1.286	3.486	2.553	Dividendos propostos (Nota 21 (d))	9.668	9.783
	23.830	26.323	38.541	Adiantamento de clientes (Nota 17)	18.544	3.370
Não circulante				Outros passivos (Nota 18)	2.749	2.467
Aplicações financeiras restritas (Nota 7(b))	20.591	8.409	-	Arrendamentos a pagar (Nota 12(b))	175	142
Outros créditos	1.168	43	21		68.419	38.215
Depósito judicial (Nota 11(a))	13.285	13.117	6.377	Não circulante		
Direito de uso (Nota 12(a))	24.763	24.331	6.377	Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	134.438	86.616
Imobilizado (Nota 13)	423.695	309.248	164.541	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (Nota 19)	20.000	20.000
Intangível	357	158	33	Impostos diferidos (Nota 16(b))	9.726	4.207
	483.859	355.306	192.881	Provisões (Nota 11(b))	11.751	11.686
				Arrendamentos a pagar (Nota 12(b))	26.118	24.905
					202.033	127.414
				Patrimônio líquido (Nota 21)		
				Capital social	181.981	95.000
				Ações em tesouraria	(54.444)	(34.444)
				Reserva de lucros	109.700	155.444
				Total do patrimônio líquido	237.237	216.000
				Total do passivo e patrimônio líquido	507.689	381.629
Total do ativo	507.689	381.629	231.422			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido- Exercício findo em 31 de dezembro - Em milhares de reais						
	Capital social	Reserva legal	Reserva de Retenção de lucro	(-)Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2022	95.000	9.510	103.814	(34.444)	-	173.880
Reversão de dividendos			8.819			8.819
Lucro líquido					43.084	43.084
Destinações:						
Reserva legal		2.059			(2.059)	
Dividendos					(9.783)	(9.783)
Reserva de retenção de lucros			31.242		(31.242)	
Em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado Nota 2.2.1)	95.000	11.569	143.875	(34.444)	-	216.000
Reversão de dividendos (Nota 21 (d))			9.783			9.783
Aumento de capital (Nota 21 (a))	86.981		(86.981)			
Lucro líquido					41.251	41.251
Destinações:						
Reserva legal (Nota 21 (b))		2.062			(2.062)	
Reserva de Recompra de Ações						
(-)Ações em Tesouraria (Nota 21 (e))				(20.000)		(20.000)
Dividendos (Nota 21 (d))					(9.797)	(9.797)
Reserva de retenção de lucros			29.392		(29.392)	
Em dezembro de 2023	181.981	13.631	96.069	(54.444)	-	237.237

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa						
Exercícios findo em 31 de dezembro - Em milhares de reais						
	2023	2022 (Reapresentado Nota 2.2.1)		31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022 (Reapresentado Nota 2.2.1)	
Fluxo de caixa das atividades operacionais			Receitas			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	61.489	62.135	Vendas brutas de produtos e serviços	148.565	132.406	
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa líquido			Outras receitas	300	137	
Depreciação	8.349	8.354	Insunhos adquiridos de terceiros			
Depreciação do direito de uso	968	896	Custo dos serviços prestados	(12.704)	(13.564)	
Amortização	34	11	Despesas de transporte	(18)	(73)	
Resultado na baixa de ativo imobilizado	294	845	Custos de publicidade	(183)	(127)	
Provisão de PPR	1.751	1.313	Serviços de terceiros	(12.494)	(11.186)	
Juros e variações monetárias	27.429	4.898	Outras despesas	(2.114)	(2.114)	
Juros sobre arrendamento	2.570	2.612	Valor adicionado bruto	(27.513)	(26.563)	
Decréscimo (acréscimo) em ativos e passivos			Depreciação e amortização	121.352	105.980	
Contas a receber	5.181	(7.177)	Valor adicionado líquido produzido	(8.931)	(8.928)	
Estoques	(282)	(743)	Receitas financeiras	112.421	97.052	
Impostos a recuperar	688	(234)	Receitas Financeiras	2.867	2.383	
Despesas antecipadas	(766)	(137)	Valor adicionado total a distribuir	115.288	99.435	
Depósitos judiciais	(168)	(1.083)	Distribuição do valor adicionado			
Outros créditos	1.075	(933)	Pessoal - remuneração direta	(18.789)	(15.236)	
Fornecedores	(2.962)	720	Pessoal - benefícios	(4.959)	(4.122)	
Obrigações sociais	798	(498)	Impostos, taxas e contribuições			
Impostos a recolher	394	1.756	Federais	(27.227)	(24.444)	
Adiantamento de clientes	15.174	(186)	Estaduais	(4)	(4)	
Provisões	(1.686)	997	Municipais	(7.720)	(6.839)	
Outros passivos	282	1.011	Juros e variações cambiais	(14.937)	(5.255)	
Caixa gerado nas operações	120.612	74.557	Doações - Renúncia Fiscal	(401)	(451)	
Juros pagos	(27.141)	(4.332)	Juros e variações cambiais	(31.454)	(33.301)	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(15.691)	(17.397)	Dividendos	(9.797)	(9.783)	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	77.780	52.828	Valor adicionado distribuído	(115.288)	(99.435)	
Fluxo de caixa das atividades de investimento						
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(123.307)	(50.022)	Demonstração do resultado abrangente			
Aquisição de intangíveis	(233)	(135)	Exercícios findos em 31 de dezembro			
Recebimento na venda de imobilizado	217		Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
Aplicação em conta reserva (caixa restrito)	(12.182)	(8.409)				
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(135.505)	(158.566)				
Fluxo de caixa das atividades de financiamento						
Captação de empréstimos	69.613	88.241	Lucro líquido do exercício	41.251	43.084	
Amortização de empréstimos	(4.614)	(1.175)	Outros resultados abrangentes			
Pagamento de arrendamento	(2.746)	(2.770)	Total do resultado abrangente do exercício	41.251	43.084	
Recuperação de ações	(20.000)					
Adiantamento para futuro aumento de capital	20.000					
Caixa líquido gerado (aplicado nas) atividades de financiamento	62.253	84.296				
(Decréscimo) acréscimo em caixa e equivalentes de caixa	4.528	(21.442)				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.500	32.942				
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	16.028	11.500				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2023 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais: A PASA - Paraná Operações Portuárias S.A. ("Companhia"), foi constituída em 18 de julho de 1998, sob forma de sociedade por ações de capital fechado, com o objeto social de explorar a prestação de serviços de um terminal portuário, em regime afandegado, localizado em Paranaguá no estado do Paraná, realizando a recepção, pesagem, transbordo, armazenagem e carregamento de navios, bem como prestar os demais serviços portuários correlatos e inerentes à esta prestação de serviço, incluindo documental perante aos órgãos da Receita Federal, Receita Estadual, Fiscalização Aduaneira e Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), empresa pública responsável pela administração da área do Porto organizado de Paranaguá. As atividades operacionais foram iniciadas em abril de 2002 e a Companhia opera sob o regime de arrendamento público conforme contrato nº 013/99 junto à UNIÃO, com vencimento inicial em março de 2024, mas que teve sua prorrogação estendida para março de 2049, conforme 6º Termo Aditivo assinado junto a APPA em agosto/2020. Como contrapartida a extensão de prazo concedida, foi realizado a construção de novas linhas de embarque e um novo armazém graneliro (PASA-4), que permitirá ampliar a capacidade de armazenagem e embarque da Companhia, e, consequentemente, adicionar novos fluxos de caixa. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 45.004 (R\$ 11.892 em 31 de dezembro de 2022) principalmente em função das captações realizadas para os investimentos na ampliação das estruturas, conforme mencionado anteriormente. A administração entende que a geração operacional de caixa prevista para o próximo exercício será suficiente para honrar as obrigações de curto prazo, dado que haverá um incremento na geração de caixa (EBITDA), aliado a uma maximização do uso das estruturas já existentes. A emissão dessas demonstrações financeiras, foi autorizada pela Diretoria em 19 de março de 2024. 1.1 - Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2023. (a) Reforma Tributária sobre o consumo. Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. 2. Resumo das políticas contábeis materiais: As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. 2.1. Base de Preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na sequência desta nota. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.2.2. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2023:

- Migração do CPC PME para o CPC Completo: A Companhia passou a adotar as práticas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis de forma integral, onde realizou mudanças necessárias para garantir a comparabilidade e conformidade das demonstrações financeiras. As alterações mencionadas acima tiveram impactos materiais para a Companhia, exceto em relação à adoção das práticas contábeis adotadas pela Companhia de forma integral, cujos impactos estão mencionados na Nota 2.2.1.
- CPC 06 (R2) - Arrendamentos: A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) com seus reflexos a partir de 1º de janeiro de 2022, quando o montante do ativo de direito de uso (Arrendamento) é igual ao passivo de arrendamento a pagar trazidos ao valor presente.
- CPC 20 - Custos de Empréstimos: A Companhia aplicou o CPC 20 (R1) com seus reflexos a partir de 1º de janeiro de 2022. Os juros ocorridos nos empréstimos para a construção/aquisição de bens a imobilizar, foram adicionados às obras em andamento que se converterão em bens de imobilizado.
- 2.2.1 Reapresentação das Demonstrações: Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estava enquadrada e utilizava o CPC PME como base de preparação de suas demonstrações financeiras. A partir de 2023, Companhia passou a adotar as práticas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis de forma integral, onde realizou mudanças necessárias para garantir a comparabilidade e conformidade das Demonstrações Financeiras. Para fins desta adoção, a Companhia aplicou os efeitos no saldo de abertura do período comparativo, ou seja, 1º de janeiro de 2022.
- CPC 06 (R2) - Com a adoção do referido CPC, o arrendamento que a Companhia mantém com o órgão regulador APPA - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, onde possui uma área arrendada com prazo até 2049. O valor do desembolso mensal foi trazido a valor presente e registrado no ativo na linha de Direito de uso, no valor inicial de R\$ 21.90. No passivo, na linha de Arrendamentos a pagar a curto e longo prazo, foram

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de Dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022 (Reapresentado Nota 2.2.1)
Operações continuadas		
Receita de serviços (Nota 22)	138.193	123.772
Custos dos serviços prestados (Nota 24)	(46.137)	(44.947)
Lucro bruto	92.056	78.825
Despesas administrativas (Nota 24)	(18.367)	(13.490)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Nota 23)	(129)	(328)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	73.560	65.007
Despesas financeiras	(14.514)	(4.196)
Receitas financeiras	2.867	2.383
Variação cambial, líquida	(424)	(1.059)
Resultado financeiro líquido (Nota 25)	(12.071)	(2.872)
Lucro antes dos impostos	61.489	62.135
Imposto de renda e contribuição social corrente (Nota 26)	(14.719)	(17.653)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 26)	(5.519)	(1.398)
Lucro líquido do exercício	41.251	43.084
Quantidade de ações no final do exercício (em milhares)	10.357	10.357
Lucro líquido por ação do capital social no fim do exercício - R\$	3,98	4,16

lançados os mesmos valores iniciais e de atualização.

• CPC 20 (R1) - Com a adoção do referido CPC, os juros sobre empréstimos para a aquisição/construção de bens do ativo imobilizado foram adicionadas às contas de Obras em Andamento. Em 2022, os juros no valor de R\$ 3.607 foram adicionados na conta de Obras em Andamento.

Os reflexos tributários de IRPJ e CSLL diferidos foram registrados e os efeitos da adoção das referidas normas estão demonstrados a seguir:

	Original	31 de dezembro de 2022 Ajuste	Reapresentado
Balanco patrimonial			
Ativo			
Circulante	26.323		26.323
Não circulante	327.368	27.938	355.306
Total do ativo	353.691	27.938	381.629
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante	38.051	164	38.215
Não circulante	101.533	25.881	127.414
Patrimônio líquido	214.107	1.893	216.000
Total do passivo e patrimônio líquido	353.691	27.938	381.629

	Original	1º de janeiro de 2022 Ajuste	Reapresentado
Balanco patrimonial			
Ativo			
Circulante	38.541		38.541
Não circulante	170.972	21.909	192.881
Total do ativo	231.422	21.909	231.422

	Original	1º de janeiro de 2022 Ajuste	Reapresentado
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante	24.949	142	25.091
Não circulante	10.684	21.767	32.451
Patrimônio líquido	173.880		173.880
Total do passivo e patrimônio líquido	209.513	21.909	231.422

	Original	31 de dezembro de 2022 Ajuste	Reapresentado
Demonstração do resultado			
Custo dos serviços prestados	(46.625)	1.678	(44.947)
Despesas financeiras	(9.387)	1.191	(8.196)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(422)	(976)	(1.398)
Lucro líquido do exercício	41.191	1.893	43.084
Lucro básico e diluído por ação	3,98	0,18	4,16

	Original	31 de dezembro de 2022 Ajuste	Reapresentado
Demonstração dos fluxos de caixa			
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	46.451	6.377	52.828
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(154.959)	(3.607)	(158.566)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	87.066	(2.770)	84.296
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	21.442		(21.442)

	Original	31 de dezembro de 2022 Ajuste	Reapresentado
Demonstração do valor adicionado			
Receitas	132.543		132.543
Insunhos adquiridos de terceiros	(29.		

continuação →

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. 2.8. **Ativos intangíveis:** As marcas registradas e as licenças (incluindo licenças de *software*) são demonstradas pelo custo histórico menos amortização acumulada. Todos os ativos intangíveis são considerados como tendo uma vida útil definida. As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e preparar os softwares para sua utilização. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de cinco anos. 2.9. **Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. 2.10. **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são registrados em despesas financeiras. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. 2.11. **Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. As provisões são reconhecidas quando: (i) A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) O valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor considerado necessário para liquidar a obrigação. 2.12. **Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. 2.13. **Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. (a) **Prestação de serviços:** A Companhia presta serviços de recepção, armazenagem e carregamento de grãos sólidos de origem vegetal em navios com destino a exportação. A receita de prestação de serviços é, em geral, reconhecida quando do término do carregamento dos navios, nos quais são reconhecidos no resultado após terem sido prestados. (b) **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva. 2.14. **Arrendamentos:** A Companhia possui em arrendamento, a concessão de uma área junto a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) para a exploração de Terminal Portuário, voltado para a recepção, armazenagem e expedição de grãos sólidos de origem vegetal com prazo de término previsto para março/2049. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir: pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber; pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa; valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção; pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido; usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Companhia, sem financiamento recente com terceiros; e faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, país, moeda e garantia, por exemplo. A Companhia está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; quaisquer custos diretos iniciais; e custos de restauração. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. 2.15. **Alteração de normas novas que ainda não entraram em vigor:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis":** de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses

após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. **Alteração ao IFRS 16 - "Arrendamentos":** a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revisitos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-localatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. **Alterações ao IAS 7 "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros: Evidenciação":** a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements - SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam a entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (a) Os termos e condições dos acordos SFAs. (b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs. (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b(i). (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. 3. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Companhia faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro, baseada na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão divulgadas abaixo. 3.1. **Vida útil do imobilizado:** O imobilizado é depreciado usando o método linear durante a vida útil estimada dos ativos. A vida útil é revisada periodicamente. Na opinião da administração da Companhia, a vida útil do imobilizado está corretamente avaliada e apresentada adequadamente nas demonstrações financeiras. 3.2. **Imposto de renda e contribuição social:** As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido. O imposto de renda é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os encargos do imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias decorrentes das diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro ou créditos fiscais não utilizados anteriormente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base em alíquotas de imposto e leis fiscais em vigor, ou substancialmente promulgadas, na data-base das demonstrações financeiras. O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é avaliado anualmente e uma provisão para desvalorização é registrada quando o valor contábil não pode ser recuperado com base no lucro tributável, presente ou futuro. (c) **Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário:** A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser em função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza, preferencialmente, informações prontamente observáveis a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. A adoção do CPC 06(R2) permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que esta escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares. 4. **Gestão de risco:** 4.1. **Gestão de risco financeiro:** As atividades da Companhia estão expostas a diversos riscos financeiros: risco de taxa de juros, risco de crédito, risco de variação cambial e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela administração da Companhia, segundo as diretrizes do Conselho de Administração. A administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. (a) **Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros. Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A política da Companhia é a de manter o maior número possível de seus empréstimos com pagamento em taxa de juros fixa. (b) **Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Este risco é minimizado pelo fato de grande parte das vendas da Companhia serem realizadas com pagamentos antecipados. São considerados os indicadores de perdas históricas no estabelecimento de uma provisão para perdas (*impairment*). (c) **Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro da Companhia. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da entidade, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos e mensurados ao custo amortizado da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	3.149			
Empréstimos e financiamentos	22.369	42.806	91.632	
Passivo de arrendamento	175	238	887	24.993
Outras contas a pagar	2.749			
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	6.111			
Empréstimos e financiamentos	4.904	17.479	69.137	
Passivo de arrendamento	164	213	798	23.894
Outras contas a pagar	2.467			

(d) **Risco de variação cambial:** A Companhia possui empréstimos lastreados em dólares americanos. Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de

caixa foram realizadas operações de swap para converter para moeda real (R\$) o fluxo de caixa exposto em dólar norte-americano (US\$). 4.2. **Gestão de risco de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira podem ser assim resumidos:

	2023	2022
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 11)	156.807	91.520
Total do passivo de arrendamentos (Nota 9)	26.293	25.069
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(16.028)	(11.500)
Menos: Aplicações financeiras restritas (Nota 6)	(20.591)	(8.409)
Dívida líquida	146.481	96.680
Total do patrimônio líquido	236.822	216.000
Total do capital	383.303	312.680
Índice de alavancagem financeira - %	38%	31%

5 Instrumentos financeiros por categoria

	2023	2022
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Mensurados ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	16.028	11.500
Contas a receber de clientes	2.097	7.278
Aplicações financeiras restritas	20.591	8.409
Depósito judicial	13.285	13.117
	52.001	40.304

Passivo, conforme o balanço patrimonial

	2023	2022
Mensurados ao custo amortizado		
Fornecedores	3.149	6.111
Empréstimos e financiamentos	156.807	91.520
Adiantamento para futuro aumento de capital	20.000	
Arrendamentos a pagar	26.293	25.069
	206.249	122.700

6 Estimativa do valor justo

Presupõe-se que os saldos de caixa e equivalentes de caixa, das contas a receber de clientes (menos a perda (*impairment*)), partes relacionadas, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, estejam próximos de seus valores justos.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa	-	1
Depósitos bancários em conta corrente	2.806	2.209
Aplicações financeiras de curto prazo - CDB	13.222	9.290
	16.028	11.500

(b) Aplicações longo prazo - caixa restrito

	2023	2022
Aplicações financeiras restrita	20.591	8.409

(a) As aplicações de caixa e equivalentes de caixa possuem alta liquidez, sendo prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a insignificante risco de mudança no valor justo caso seja requerido resgate antecipado. As aplicações em moeda nacional compreendem títulos de instituições financeiras, comumente denominados Certificado de Depósito Bancário (CDB), indexados à taxa de depósito interbancário (DI), que no ano de 2023 essa taxa variou de 70% a 105% do CDI (70% a 115% do CDI em 2022). (b) A operação de crédito contratada com a finalidade de subsidiar o atual projeto de expansão, se deu na modalidade Cédula de Crédito a Exportação (C.C.E.), que para ser viabilizada, trouxe em seu bojo a necessidade de constituição de conta reserva (caixa restrito) durante o período da respectiva operação.

8 Contas a receber de clientes

	2023	2022
Contas a receber - no País	1.401	89
Contas a receber - fora do País (i)	690	7.171
Outros clientes	6	18
	2.097	7.278
	2.093	2.022
A vencer	2.095	7.261
Vencidos até 30 dias		11
Vencidos mais de 30 dias	2	6
	2.097	7.278

(i) Variação significativa dos saldos é devido aos serviços que foram prestados com prazos de vencimentos alongados em 2022, sendo que os prazos de vencimentos foram normalizados para 2023.

9 Estoques

	2023	2022
Combustíveis e peças para veículos	180	66
Materiais de manutenção	2.415	2.281
Materiais de proteção e segurança (EPI's)	113	76
Outros materiais de expediente e limpeza	140	143
	2.848	2.566

10 Outros créditos

	2023	2022
Adiantamento a fornecedores	-	3
Adiantamento a empregados	103	98
Adiantamento para despesas de embarque	815	528
Outros valores a receber (i)	368	2.857
	1.286	3.486

13 Imobilizado

	2023								
	Terreno	Edificações	Veículos	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Total
Custo:									
Saldo em 1º de janeiro de 2023	33.466	99.256	142	12.509	65.927	818	5.854	193.198	411.169
Adições	36	29	-	1.617	2.081	97	817	118.631	123.307
Baixas	-	-	-	-	(476)	(4)	(8)	(277)	(765)
Transferências	-	116.203	-	42.107	147.909	-	-	(306.220)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	33.501	215.488	142	56.233	215.440	911	6.663	5.332	533.711
Depreciação acumulada:									
Saldo em 1º de janeiro de 2023	-	(44.624)	(115)	(6.807)	(45.993)	(614)	(3.767)	-	(101.921)
Baixas	-	-	-	-	242	4	8	-	254
Depreciação anual	-	(4.351)	(20)	(801)	(2.495)	(57)	(625)	-	(8.349)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(48.975)	(135)	(7.608)	(48.246)	(667)	(4.384)	-	(110.016)
Valor contábil:									
Saldo em 1º de janeiro de 2022	33.466	54.631	27	5.702	19.933	204	2.087	193.198	309.248
Saldo em 31 de dezembro de 2022	33.501	166.513	7	48.625	167.194	244	2.279	5.332	423.695

	2022								
	Terreno	Edificações	Veículos	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Total
Custo:									
Saldo em 1º de janeiro de 2022	32.113	97.785	142	12.335	63.586	757	5.640	45.749	258.107
Adições	1.353	270	-	48	73	62	114	151.986	146.415
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	(845)	(845)
Transferências	-	1.200	-	124	2.268	-	100	(3.692)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	33.466	99.255	142	12.507	65.927	819	5.854	193.198	403.677
Depreciação acumulada:									
Saldo em 1º de janeiro de 2022	-	(40.522)	(95)	(6.004)	(43.154)	(562)	(3.229)	-	(93.566)
Depreciação anual	-	(4.102)	(20)	(803)	(2.839)	(52)	(538)	-	(8.354)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(44.624)	(115)	(6.807)	(45.993)	(614)	(3.767)	-	(101.921)
Valor contábil:									
Saldo em 1º de janeiro de 2022	32.113	57.263	47	6.331	20.432	195	2.411	45.749	164.541
Saldo em 31 de dezembro de 2022	33.466	54.631	27	5.700	19.934	205	2.087	193.198	309.248
Taxa média de depreciação			4	20	4	10	10	20	

continua →

continuação =>

As obras de expansão do terminal no montante de R\$ 301.429, conforme previsto em contrato firmado junto a autoridade portuária de Paranaguá (APPA), foram finalizadas e transferidas para o imobilizado em operação em dezembro de 2023. O saldo remanescente de imobilizado em andamento em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 5.332 refere-se a outras obras em andamento no terminal. Para subsidiar as obras de expansão do terminal, foi contratado linhas de empréstimos junto as instituições financeiras. Parte significativa do imobilizado foi usada como garantia para essas operações, sendo a parcela dada em garantia equivalente ao montante total de R\$ 205.905 em 2023 e 2022 (sem considerar a depreciação). Durante o exercício de 2023, a Administração da Companhia contratou empresa especializada para revisar e atualizar o relatório de vida útil econômica remanescente de seus imobilizados, que emitiu laudo técnico base para os registros contábeis com as taxas de depreciação. A Administração da Companhia não identificou indicativos quanto a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis ("impairment").

14 Empréstimos e financiamentos

Table with columns: 2023, 2022, Tipo, Juros. Rows include HP Financial, SICREDI, Banco Itaú S.A. (i), Circulante, Não circulante.

(i) Para esta operação de crédito, foi celebrado Termo de Convênio de Cédula de Crédito a Exportação (C.C.E), que traz em seu escopo, indicadores (Covenants financeiros) que regulam possível vencimento antecipado em caso de não cumprimento. Até o final do exercício 2023, a Companhia cumpriu todos os Covenants previstos em contrato, não incorrendo, portanto, em vencimento antecipado da dívida. Dentre os principais indicadores, destacamos os que possuem natureza financeira:

Table with columns: INDIQUE, R\$ 10.000, R\$ 20.000. Rows include Caixa Mínimo, CAPEX (com recursos próprios), Dívida Líquida/EBITDA (maior ou igual a).

14.1 Resumo da movimentação

Table with columns: 1º de janeiro de 2022, Captações, Juros incorridos, Pagamento de principal, Pagamento de Juros, 31 de dezembro de 2022. Rows include Empréstimos, Empréstimos.

14.2 Vencimentos

Table with columns: Ano, 2023, 2022. Rows include 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028.

15 Obrigações Sociais

Table with columns: 2023, 2022. Rows include Ordenados e salários, Provisão Participação nos Resultados (PPR) a pagar, Provisão de férias, INSS a recolher, FGTS a recolher.

16 Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (IRPJ / CSLL). (a) A companhia, está enquadrada no regime de apuração do IRPJ e CSLL, pela sistemática do Lucro Real, na modalidade anual com recolhimento de estimativas mensais. Tais tributos tem relação direta com o Lucro do exercício, ajustado conforme a legislação vigente.

Table with columns: 2023, 2022. Rows include IRPJ, CSLL.

Table with columns: 2023, 2022. Rows include (b) Composição dos impostos diferidos Diferido ativo, Provisão despesas de embarque, Provisão Participação nos resultados, Arrendamento(i).

Table with columns: 2023, 2022. Rows include Diferido passivo, Diferença de vida útil de imobilizado, Juros imobilizado(ii).

(i) Com a adoção do CPC 06(R2), os valores apresentados nessa linha representam o IRPJ/CSLL diferidos sobre a diferença entre o pagamento realizado e as despesas provisionadas.

(ii) Com a adoção do CPC 20 (R1), os valores os valores apresentados nessa linha representam o IRPJ/CSLL diferidos sobre o valor de juros sobre obras em andamento que foram capitalizados.

Table with columns: 2023, 2022. Rows include 17 Adiantamento de clientes, Adiantamentos de clientes - no País, Adiantamentos de clientes - no exterior.

Os adiantamentos dizem respeito a embarques que estão na iminência de ocorrerem. A política da Companhia é somente de executar o serviço de embarque das operações que já estão pagas. Desta forma, assim que a programação de embarque dos navios é definida perante a Autoridade Portuária (APPA), os clientes já efetuam os pagamentos visando assegurar a atracação do navio. Os adiantamentos não permanecem mais do que 30 (trinta) dias em aberto, tempo necessário para conclusão da documentação e emissão da respectiva nota fiscal do embarque.

Table with columns: 2023, 2022. Rows include 18 Outros passivos, Seguros a pagar, Convênio farmácia a descontar, Despesas de embarque provisionadas, Outras contas a pagar.

19 Partes relacionadas

Table with columns: 2023, 2022. Rows include (a) Ativo circulante Clientes a Receber, Usina de Açúcar Santa Terezinha Ltda., Cooperval, Coopcana.

(b) Passivo circulante

Table with columns: 2023, 2022. Rows include Dividendos a Pagar.

(c) Adiantamento de clientes

Table with columns: 2023, 2022. Rows include Usina de Açúcar Santa Terezinha Ltda., Cooperval.

(d) Receitas

Table with columns: 2023, 2022. Rows include Coopcana Coop. Agríc. Reg. Prod. Cana Ltda., Cooperval Coop. Agroindustrial Vale do Ivaí Ltda., Usina de Açúcar Santa Terezinha Ltda.

(e) Adiantamento para futuro aumento de capital. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta R\$ 20.000 a título de adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC) registrado no passivo que foram efetuados pelo acionistas na proporção da sua participação societária. Esses adiantamentos não possuem a quantidade de ações e o valor previamente determinado da ação a ser emitida, por esse motivo está sendo apresentado no passivo.

(f) Remuneração da administração. A remuneração da administração no exercício de 2023 totalizou R\$ 1.064 (R\$ 601 em 2022). 20 Provisão

para contingências. A Companhia é parte integrante de processos judiciais como autora e ré. Em 31 de dezembro de 2022 as ações judiciais em que a Companhia era ré, foram avaliadas pelos seus assessores jurídicos como sendo de riscos possíveis e remotos para as quais nenhuma provisão foi constituída. Considerando todas as esferas, os processos em andamento cuja probabilidade de perda foi classificada como possível atinge o montante de R\$ 1.223 (R\$ 712 em 2022). 21 Patrimônio Líquido. (a) Capital social. O Capital social subscrito da Companhia é representado por 10.357.110 (dez milhões, trezentas e cinquenta e sete mil, cento e dez) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Table with columns: 2023, 2022. Rows include Capital Quantidade social, Coopcana Coop. Agríc. Reg. Prod. Cana Ltda., Cooperval Coop. Agroindustrial Vale do Ivaí Ltda., Renuka Vale do Ivaí S/A, Usaciga - Açúcar, Alcool e Energia Elétrica Ltda., Usina de Açúcar Santa Terezinha Ltda., Vale do Sussui Participações S.A., Ações em poder da Companhia.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 03 de abril de 2023, os sócios deliberaram pela capitalização de parte da Reserva de Retenção de Lucros verificada no Balanço Patrimonial levantado no exercício de 2022 no montante de R\$ 86.981. Esse aumento de capital não afetou o caixa da Companhia. (b) Reserva legal. A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim proteger a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. (c) Reserva de retenção de lucro. Constituída por destinação do saldo remanescente da conta de lucros do exercício, após constituição da reserva legal e distribuição dos dividendos obrigatórios. Conforme previsão estatutária, essa reserva não pode ser superior ao capital social e, por isso, o saldo em excesso terá sua destinação definida na realização da AGO. (d) Dividendo mínimo obrigatório. Estas demonstrações financeiras refletem apenas os dividendos mínimos obrigatórios, dispostos no Estatuto Social da Companhia, proporcional a 25% do lucro líquido ajustado. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório, será constituída na data em que for aprovada pelos acionistas em assembleia. Em Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 03 de abril de 2023, os acionistas deliberaram pela não distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios originários do resultado do exercício de 2022. Em 31 de dezembro de 2023, conforme previsão estatutária, foram provisionados dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 9.797 (R\$9.783 em 2022). (e) Programa de Recompra de Ações. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada no dia 31 de março de 2021, os sócios aprovaram o Programa de Recompra de Ações, até o montante máximo de R\$ 55.000. Até o momento, as adesões atingiram o montante de R\$ 54.444, restando ainda um saldo de R\$ 556.

Table with columns: 2023, 2022. Rows include 22 Receita de serviços, Receitas, Revenda de energia elétrica, Serviços prestados - mercado interno, Serviços prestados - mercado externo, Serviços prestados estadias pálio, Outros Serviços Prestados, Deduções, (-) ISS, (-) PIS sobre 0 faturamento, (-) Cofins sobre o faturamento.

Table with columns: 2023, 2022. Rows include 23 Outras receitas (despesas) operacionais líquidas, Doações - renúncia fiscal, Outras receitas operacionais, Perda na venda de imobilizado, Distribuição de sobras, (-) Impostos s/ outras receitas.

Table with columns: 2023, 2022. Rows include 24 Despesas por natureza, Salários, obrigações sociais e encargos, Depreciação e amortização, Taxas de embarque, Energia elétrica, Prestação de serviços.

Table with columns: 2023, 2022. Rows include Despesas com manutenção, Serviço de estiva, Programa de participação no resultado, Despesa com alimentação, Despesas com seguro, Consultoria, Aluguéis e leasing, Outras despesas e custos.

Table with columns: 2023, 2022. Rows include Custo dos serviços prestados, Despesas administrativas.

25 Resultado financeiro líquido

Table with columns: 2023, 2022. Rows include Receitas financeiras (Reapresentado), Descontos obtidos, Juros recebidos, Rendimentos sobre aplicações financeiras, Despesas financeiras, Juros sobre empréstimos (i), Outras despesas financeiras (ii), Descontos concedidos, Juros sobre impostos e contribuições.

Table with columns: 2023, 2022. Rows include Variação cambial, Variação cambial ativa, Variação cambial passiva.

Resultado financeiro líquido

Table with columns: 2023, 2022. Rows include (12.071), (2.872).

26 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido O Imposto de Renda (IR) foi calculado à alíquota básica de 15% sobre o lucro tributável acrescido do adicional de 10%, consoante legislação específica, e a Contribuição Social sobre o lucro (CSLL) foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

Table with columns: 2023, 2022. Rows include Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social - das operações continuadas, Alíquota nominal combinada do imposto de renda e contribuição social - %, Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação, Reconciliação para a alíquota efetiva, Adições ou exclusões, Despesas não dedutíveis, Despesas ocorridas no embarque, Diferença da vida útil do imobilizado, Programa de Desenvolvimento e Inovação (Lei do Bem), Outras exclusões e adições líquidas.

Table with columns: 2023, 2022. Rows include Despesa de imposto de renda e contribuição social, Corrente, Diferido, Despesa de imposto de renda e contribuição social, Alíquota efetiva - %.

27 Seguros contratados (não auditado)

A Administração da Companhia adota a política de contratar seguros na modalidade de operador portuário e para os bens efetivamente imobilizados, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face às ocorrências de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Com relação as apólices da Companhia, segue quadro resumo com vigência e valor de cobertura:

Table with columns: Natureza, Vigência, Cobertura. Rows include Predial, Responsabilidade Civil Operador, Portuário, Seguro Patrimonial - Riscos Nomeados, Seguro Garantia APPA.

Table with columns: Paulo Meneguetti, Sidney Samuel Meneguetti, Fernando Fernandes Nardine, Pêrsio de Souza de Assis, Ronaldo Magno Baggio, Ayrtton Carlos Berg Junior, Osvaldo Inácio da Silva Junior. Rows include Diretor Presidente, Diretor, Diretor, Diretor, Diretor, Diretor, Contador - CRC-PR - 057.248/O-0.

Relatório Do Auditor Independente Sobre As Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas PASA - Paraná Operações Portuárias S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da PASA - Paraná Operações Portuárias S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos. Demonstração do Valor Adicionado. A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de

auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras. A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as

demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade

operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Maringá, 19 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2PR008333/F-8

Gabriel Perussolo Contador CRC 1PR057146/O-0



BEM PARANÁ advertisement featuring a laptop, smartphone, and newspaper with headlines like 'Casos de câncer entre homens avançam 67% em nove anos no PR' and 'Quase metade dos Curitibaanos diz o Ministério da Saúde'. Includes the slogan 'Informação vai bem.' and the website bemparana.com.br.

ADMINISTRADORA SCHMIDT S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em Reais)

ATIVO	NOTA		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	
	2023	2022	2023	2022
Circulante				
Creditos				
Total Circulante				
Não Circulante				
Creditos				
Total Ativo				
Não Circulante				
TOTAL ATIVO				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em Reais)

	Capital Social	Reserva de Correção Monetária do Capital	Capital Subvenção para Investimentos	Reserva de Reavaliação	(Prejuízos) Lucros Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	661.270	-	231	530.737	(841.990.884)	(840.798.646)
Prejuízo verificado no Exercício de 2023	-	-	-	-	(51.799.172)	(51.799.172)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	661.270	-	231	530.737	(893.790.056)	(892.597.818)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022. (Em Reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Administradora Schmidt S/A. tem como atividade preponderante a administração de bens e estabelecimento ou empresas industriais e comerciais. Outras atividades são desenvolvidas por Companhias ou Empresas do grupo econômico que são controladas pela Administradora Schmidt de forma direta ou indireta, que incluem a produção e comércio de Porcelana, refratários e decalcomania, além de pesquisa e lavra de minérios em geral.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1) As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei 6404/76, com as alterações contidas nas Leis 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e 11.941 de 27 de maio de 2009, e as determinações das Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, relativas aos pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis).

2.2) A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 07 de março de 2024.

2.3) A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. A Administração da "Administradora Schmidt" revisa as estimativas para menos anualmente.

Descrição das principais práticas contábeis:

a. Passivos

Reconhecidos no balanço a valor justo quando a Companhia possui uma obrigação legal ou como resultado de eventos passados, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidá-los.

b. Investimentos

O investimento em empresa controlada é avaliado de acordo com o método de equivalência patrimonial, em conformidade com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações contábeis não estão em conformidade com o IFRS, cuja a avaliação desses investimentos seja pelo seu valor justo ou pelo custo.

A empresa passou a avaliar os investimentos nas controladas pelo método de equivalência patrimonial, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, procedendo aos ajustes de maneira retrospectiva. Os investimentos cujas empresas controladas possuem passivo a descoberto, o valor da equivalência foi contabilizada em resultado do exercício tendo como contrapartida a conta do passivo não circulante.

3. INVESTIMENTO - ENTIDADES DO GRUPO (CONTROLADAS)

Os investimentos em controladas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. A Companhia em dezembro de 2012 tinha participação na Ponderosa Administração, Indústria e Comércio S/A. com 5.994.840 ações, sendo 2.696.593 ordinárias e 3.298.247 preferenciais.

	2023	2022
Patrimônio Líquido	(1.548.823.471)	(1.459.048.702)
Percentual de Participação	56,87%	56,87%
Valor do passivo	(880.815.907)	(829.760.996)
Patrimônio Líquido/Passivo Descoberto (Prejuízo) / Lucro do exercício	(89.774.770)	(72.272.528)
Equivalência	(51.054.911)	(41.101.386)
Movimentação		
Saldo inicial	(829.760.983)	(788.659.597)
Equivalência	(51.054.911)	(41.101.386)
Saldo final	(880.815.893)	(829.760.983)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em Reais)

	NOTA	2023	2022
Receitas(Despesas)Operacionais			
Gerais e administrativas	6	(656.831)	(678.143)
Equivalência Patrimonial	3	(51.054.911)	(41.101.386)
Outras Despesas			
Total das receitas(despesas)operacionais		(51.711.742)	(41.779.529)
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro		(51.711.742)	(41.779.529)
Resultado Financeiro			
Variação Monetária Passiva			
Despesa financeira		(87.430)	(70.794)
Resultado Financeiro Líquido		(87.430)	(45.211)
(Prejuízo) / Lucro do Exercício		(51.799.172)	(41.850.023)
(Prejuízo) / Lucro por ação - Em R\$ 1,00		(1,59)	(1,28)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

4. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Parte Relacionada	2023	2022
Passivo Não Circulante		
PORCELANA SCHMIDT S.A.	478.135	478.135
SCHMIDT IND.COM.IMP.EXPORTACAO LTDA	8.910.718	8.462.246
CERAMINA IND.CERAM.MINERACAO LTDA.	38.438	38.438
REFLORITA - REFLOR. ITAQUI LTDA	255	255
Totais	9.427.547	8.979.075

5. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 32.639.193 ações ordinárias no valor nominal de R\$ 0,02, composto como segue:

Ações	Valor		%			
	2023	2022	2023	2022		
André Carlos Schmidt	36.256	36.256	735	735	0,11%	0,11%
Artur Kurt Kramer	1.807.579	1.807.579	36.622	36.622	5,54%	5,54%
Claudio Pina Schmidt	1.176.279	1.176.279	23.831	23.831	3,60%	3,60%
Edith Schmidt Giust	3.528.838	3.528.838	71.494	71.494	10,81%	10,81%
Elizabeth Thereza Weege	257.152	257.152	5.210	5.210	0,79%	0,79%
Erika Pina Schmidt	1.176.280	1.176.280	23.831	23.831	3,60%	3,60%
Erika Rita Biron	252.891	252.891	5.124	5.124	0,77%	0,77%
Ingo Schmidt	1.777.987	1.777.987	36.022	36.022	5,45%	5,45%
Ingrid Schmidt Lara	5.141.667	5.141.667	104.170	104.170	15,75%	15,75%
Luciano Schmidt	36.256	36.256	735	735	0,11%	0,11%
Manfred Hans Schmidt	5.141.666	5.141.666	104.170	104.170	15,75%	15,75%
Marlene Emmy Weege	1.722.851	1.722.851	34.905	34.905	5,28%	5,28%
Martin Basten	350.174	350.174	7.095	7.095	1,07%	1,07%
Marilyn Adm. Bens e Ind. Ltda	2.886.791	2.886.791	58.486	58.486	8,84%	8,84%
Otto Klaus Kramer	1.807.579	1.807.579	36.622	36.622	5,54%	5,54%
Roberto Rolando Schmidt	244.907	244.907	4.962	4.962	0,75%	0,75%
Rodolpho Otto Schmidt	552.666	552.666	11.197	11.197	1,69%	1,69%
Roger Schmidt Brock	1.176.279	1.176.279	23.831	23.831	3,60%	3,60%
Romy Schmidt Brock	1.176.279	1.176.279	23.831	23.831	3,60%	3,60%
Ryane Schmidt Brock	1.176.279	1.176.279	23.831	23.831	3,60%	3,60%
Victor Pina Schmidt	1.176.279	1.176.279	23.831	23.831	3,60%	3,60%
Wanessa Raquel Schmidt	36.258	36.258	735	735	0,11%	0,11%
Totais	32.639.193	32.639.193	661.270	661.270	100,00%	100,00%

6. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2023	2022
Despesas Administrativas	656.831	678.143
Despesas Gerais	87.430	(70.494)
Total	744.261	607.649

7. AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

O ativo imobilizado da Administradora Schmidt S.A. está em processo de Avaliação Patrimonial, com previsão de término em 2024, com a conclusão deste processo o Ativo Imobilizado da Administradora Schmidt S.A. será atualizado contabilmente de acordo com o Laudo de Avaliação Patrimonial em curso.

8. RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A Administradora Schmidt S.A. requereu a Recuperação Judicial em maio de 2016, cujo processo encontra-se em trâmite junto ao Poder Judiciário da Comarca.

SÚMULA DE RECEBIMENTO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

PEC LUB COMERCIAL IMPORTADORA LTDA – CNPJ 06.001.076/0001-18, torna público que recebeu da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba - Paraná, a Licença de Operação para 281270000 Fab. de eq. hidráulicos e pneumáticos, peças e acess., exceto valvulas; 286910000 Fab. de maq. e eq. para uso indus. específico, emitida em 07/10/2022 e com validade até 31/10/2023, instalada Rua Anne Frank, nº 3275, Boqueirão, CEP 81650-020.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 104/2023 – PMM – EXCLUSIVO PARA ME E EPP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 197/2023-LIC
MODALIDADE: Registro de Preços.
TIPO: Menor preço unitário por item.

Torna pública a Homologação e Adjudicação Pregão Eletrônico nº 104/2023 – PMM, cujo objeto é a contratação de empresa para Elaboração de Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, bem como a manutenção preventiva e corretiva, instalação, desinstalação, remanejamento de equipamentos de ar condicionado e aquisição de peças e acessórios para as diversas marcas de equipamentos, atendendo as necessidades dos Departamentos solicitantes. As empresas habilitadas são:

A empresa DETALHE REFRIGERAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.989.620/0001-35, vencedora nos itens 18 e 20 perfazendo o valor total de R\$ 962,00 (novecentos e sessenta e dois reais).

A empresa D PARADZINSKI LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.167.771/0001-73, vencedora no item 01 perfazendo o valor total de R\$ 4.999,20 (quatro mil e novecentos e noventa e nove reais e vinte centavos).

A empresa M. VESSLING LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.171.407/0001-75, vencedora nos itens 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26 e 27 perfazendo o valor total de R\$ 121.356,72 (cento e vinte e um mil e trezentos e cinquenta e seis reais e setenta e dois centavos).

Item Fracassado: 02.

Marmeleiro, 27 de março de 2024.

Paulo Jair Pilati
PrefeitoAUGUSTO THOMAZ S/A. – IND. E COM. DE MADEIRAS
CNPJ/MF – 78.142.999/0001-09

AVISO AOS ACIONISTAS

A Diretoria da companhia Augusto Thomaz S/A - Indústria e Comércio de Madeiras, em consonância com os dispositivos legais e estatutários vigentes, comunica aos Senhores Acionistas que a partir de 28 de março de 2024, em horário comercial, encontram-se à sua disposição, na sede social da Companhia, situada na Rua Coronel Gracia, 410, Centro em Irati Estado do Paraná, CEP:84500-066 os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei 6.404 de 15/12/76, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e que serão objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária de 2024

Irati/PR, 28 de março de 2024
EDSON MARCIO THOMAZ
DiretorEDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL DELIBERATIVA

O SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE CURITIBA E REGIÃO - SINDESC, por sua presidente Isabel Cristina Gonçalves, no uso de suas atribuições estatutárias, nos termos da cláusula 51 do Estatuto Social, convoca todos os profissionais da enfermagem e parteiras, munidos de comprovante de exercício da função e vínculo empregatício em estabelecimentos de serviços de saúde privados, filantrópicos, clínicas e consultórios dentro dos municípios de CURITIBA, ARAUCÁRIA, ALMIRANTE TAMANDARÉ, ADRIANÓPOLIS, AGUDOS DO SUL, BOCAIUVA DO SUL, Balsa NOVA, CAMPINA GRANDE DO SUL, COLOMBO, CAMPO LARGO, CAMPO DO TENENTE, CERRO AZUL, CONTENDA, CAMPO MAGRO, FAZENDA RIO GRANDE, ITAPERUÇU, LAPA, MANDIRITUBA, PINHAIS, PIÊN, PIRAQUARA, QUATRO BARRAS, QUITANDINHA, RIO BRANCO DO SUL, RIO NEGRO, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, TUNAS DO PARANA, TIJUCAS DO SUL para ASSEMBLEIA GERAL DELIBERATIVA que ocorrerá no dia 02/04/2024, as 13:00 em primeira convocação e as 13:30 em segunda convocação, no salão do Hotel Caravelle, localizado na Rua Cruz Machado, 282, Centro, Curitiba/PR, para deliberação da seguinte pauta: 1) Análise, aprovação ou não da proposta realizada em Audiência de Dissídio Coletivo DC 0007902-27.2023.5.09.0000, realizada em 15/03/2024 visando a forma para a aplicação do Piso Salarial da Enfermagem (Lei 14.434/2022) em face da CCT SINDESC/SINDIPAR 2023-2025. Esclarece-se que todos os trabalhadores abrangidos terão direito a voz e voto, independente de serem ou não filiados ao SINDESC.

Curitiba, 28 de março de 2024.

Isabel Cristina Gonçalves
Presidente do Sindesc.ATENA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
CNPJ 17.618.613/0001-90 NIRE 412.0752913-6

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

São convocados os Senhores sócios quotista da ATENA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, para participarem da Assembleia Geral Ordinária que se realizará EXCLUSIVAMENTE na forma DIGITAL por meio da plataforma Microsoft Teams, conforme previsto a Instrução Normativa DREI nº 79/2020, a se realizar em 29/04/2024, às 15h00 em 1ª convocação com a presença de titulares de no mínimo ¼ do capital social, e, às 15h15 em 2ª convocação com qualquer número de presentes, a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Apreciação e votação da prestação de contas do administrador do exercício de 2023; 2) Examinar o balanço patrimonial e dar destinação ao resultado do exercício; 3) Outros assuntos de interesse dos sócios. Observações Importantes:

Todos os sócios poderão participar e votar remotamente por meio da plataforma Microsoft Teams pela qual será realizada a assembleia.

Para participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital, os sócios devem enviar solicitação EXCLUSIVAMENTE VIA APLICATIVO WHATSAPP para o nº +55 (41) 9104-3351, até as 14h00 (Horário de Brasília) do dia 26/04/2024. A solicitação deverá estar acompanhada de documento de identificação do sócio ou, se for o caso, de seu procurador constituído para tal fim. Após recebida a solicitação e verificados os documentos apresentados, será enviado para o e-mail do solicitante o link e as instruções de acesso à Plataforma Digital, sendo remetido apenas um convite individual por solicitante. O link e as instruções são pessoais e intransferíveis e não poderão ser compartilhados com terceiros, sob pena de responsabilização do sócio. O balanço patrimonial e demais documentos relativos às matérias a serem deli

José Rubens Alcântara Madureira
Administrador

Hospital e Maternidade Santa Brígida S.A.

CNPJ/MF nº 76.681.139/0001-00 - NIRE 41.300.013.896

Ata de Assembleia Geral Extraordinária

Data, Hora e Local: Em 25/05/2023, às 17:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams. Convocação e Presença: Convocação por meio de publicação realizada no website da companhia e na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) no dia 16/05/2023, com a presença de representantes de 99,87% (noventa e oito vírgula noventa e nove por cento) do capital social da Companhia. Mesa: Presidente: Francisco Matheus Rodrigues; Secretária: Manuella Benevides Peixoto. Deliberações: 1) Por maioria de votos, computados 99,87% a favor, aprovou-se a incorporação da Companhia pela acionista, Clinipam - Clínica Paranaense de Assistência Médica Ltda., CNPJ nº 76.882.612/0001-17 e NIRE 41.202.084.799, com sede em Curitiba-PR, na rua XV de Novembro, nº 575, 4/5 andares, Centro, sendo igualmente aprovados: 1.1) Os termos do "Protocolo de Incorporação e Justificação" (Protocolo e Justificação), sem quaisquer reservas, por meio do qual as sociedades envolvidas estipularam as condições da operação; 1.2) A aprovação integral da operação de incorporação desta Companhia pela Sociedade Incorporadora, com sua consequente extinção. 1.3) As deliberações aprovadas neste ato estão sujeitas à autorização prévia da ANS, tornar-se-ão plenamente eficazes somente na data de 01/07/2023. 2) Por maioria de votos, tendo sido computados 99,87% das ações votando a favor, aprovou-se: 2.1) A ratificação da nomeação da Apis Consultoria e Avaliações Ltda., CNPJ nº 08.681.365/0001-30, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRCRJ) sob nº 005112/0-9, como empresa avaliadora (Empresa Avaliadora), como responsável pela elaboração do laudo de avaliação do acervo patrimonial desta Companhia; e 2.2) O laudo de avaliação elaborado com base no seu balanço patrimonial contábil específico, com data base de 28/02/2023 (Data-Base), o qual obteve o valor de R\$ 26.442.007,48. O referido Laudo de Avaliação foi aprovado em sua integralidade. 3) Com 99,87% das ações votando a favor, aprovou-se a autorização para que os diretores realizem todos os atos necessários à promoção do arquivamento e da publicação dos atos da operação de incorporação ora aprovada. Encerramento: Nada mais a tratar. Curitiba-PR, 25/05/2023. Mesa: Francisco Matheus Rodrigues – Presidente; Manuella Benevides Peixoto – Secretária. Sócios presentes: Clinipam - Clínica Paranaense de Assistência Médica Ltda. Ivan Sampaio Tavares Feitosa. Junta Comercial do Estado do Paraná. Certifico o registro em 20/03/2024, 23:59 horas, sob nº 20241097290. Protocolo: 241097290 de 06/03/2024. Leandro Marcos Raysel Biscaia – Secretário Geral.

Faça um orçamento sem compromisso

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA A Rec Log Araucária Empreendimentos e Participações S.A (CNPJ:32.480.672/0001-38) torna público que irá requerer ao Instituto Água e Terra, a Licença Prévia para a Construção de um barracão logístico denominado Syslog Araucária a ser implantado na Rua Cesar Hasselmann, nº 1109 - Fazenda Velha - Araucária - Paraná (CEP: 83.704-512).

CL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em Reais)

	ATIVO			
	NOTA	2023		
NÃO CIRCULANTE				
Partes Relacionadas	3	1.347.902	1.439.401	
Imobilizado	4	2.017.993	2.158.529	
Total do Ativo		3.365.895	3.597.930	
CIRCULANTE				
Obrigações Fiscais	5	1.294.741	917.586	
Fornecedores		10.292	9.679	
NÃO CIRCULANTE				
Partes Relacionadas	3	70.335	70.335	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social	6	4.441.316	4.441.316	
Lucro/Prejuízos Acumulados		(2.450.789)	(1.840.986)	
Total do Patrimônio Líquido		1.990.527	2.600.330	
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		3.365.895	3.597.930	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em Reais)

	NOTA	2023	2022
Receitas (Despesas) Operacionais			
Administrativas	7	(256.523)	(339.195)
Taxas			
Despesas Gerais		(377.280)	(285.160)
Receita de Aluguel		24.000	24.000
Resultado oper. antes do resultado financeiro		(609.803)	(600.355)
Resultado financeiro			
Descontos Obtidos			
Juros pagos			
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos e contribuições		(609.803)	(600.355)
Provisão para IR e CSLL			
Lucro líquido do Exercício		(609.803)	(600.355)
Lucro por Lote de Mil Ações-R\$1,00		(0,14)	(0,14)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO FIMOS EM 2023 E 2022

	CAPITAL SOCIAL	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31-12-2022			
Capital Social	4.441.316	(1.840.986)	2.600.330
Lucros Acumulados		(609.803)	(609.803)
Prejuízo do exercício 2023		(2.450.789)	(2.450.789)
SALDOS EM 31-12-2023	4.441.316	(2.450.789)	1.990.527

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em Reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Em julho de 2011 a Porcelana Schmidt S.A. subscreeu capital na CL Indústria e Comércio S.A. por meio de bens avaliados pelo valor registrado nos livros contábeis e suportados por laudo de avaliação emitido por terceiros.

A integralização do capital social mediante a transferência de propriedade dos bens em 22 de julho de 2011.

O objeto da empresa é a indústria e comércio de porcelanas, refratários, cerâmica, decalcomanias, a exportação de produtos acabados, importações de matérias primas para uso na fabricação de porcelana, refratários, cerâmica, decalcomanias, arrendamento mercantil, prestação de serviço de elaboração de decalque, logomarcas, prestação de serviço de aluguel de louças cerâmicas e porcelanas em geral, podendo, ainda, participar em outras empresas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1) As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei 6404/76, com as alterações contidas nas Leis 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e 11.941 de 27 de maio de 2009, e as determinações das Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, relativas aos pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis).

2.2) A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 07 de março de 2024.

2.3) A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. A Administração da "CL" revisa as estimativas pelo menos anualmente.

2.4) As demonstrações dos fluxos de caixa não estão sendo apresentadas pelo fato da empresa não ter tido movimentações nesta rubrica contábil, sendo que todas as movimentações operacionais e investimento foram com sua controladora.

2.5) Descrição das principais práticas contábeis:

a. Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição, o qual foi por meio da integralização de capital da controladora, deduzidas as depreciações acumuladas.

b. Créditos e Débitos com Partes Relacionadas.

Referem-se a operações financeiras com a controladora com prazo indeterminado e sem remuneração.

c. Obrigações Fiscais

Representam a obrigação presente, decorrentes de eventos passados e que incorrerão no próximo exercício social.

3. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

	Ativo 2023	Passivo 2023	Ativo 2022	Passivo 2022
Contas				
Porcelana Schmidt	270.000	70.335	270.000	70.335
Schmidt Industria	1.077.902		1.169.401	1.439.401
Total Não Circulante	1.347.902	70.335	1.439.401	70.335

O ativo corresponde a venda do terreno, a qual foi recebida pela controladora. O passivo é representado pelas despesas administrativas que foram pagas pela controladora.

4. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado é:

Descrição	2023	2022
Terenos	50.490	50.490
Edifícios	1.967.503	2.108.039
Maquinismos e Instalações		
Móveis e Utensílios		
Veículos		
Total	2.017.993	2.158.529

5. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Descrição	2023	2022
IPU a pagar	1.246.249	869.094
IRPJ e CSLL	48.492	48.492
Total	1.294.741	917.586

6. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 4.441.316 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00.

7. DESPESAS OPERACIONAIS

	2023	2022
Água e esgoto	110.944	32.398
Publicações	4.423	4.500
IPU	377.255	284.951
Despesas de Depreciação	140.536	228.179
Outras	645	106.725
Total	633.803	624.355

8. AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

O ativo imobilizado da CL Indústria e Comércio S.A. está em processo de Avaliação Patrimonial, com previsão de término em 2024, com a conclusão deste processo o Ativo Imobilizado da CL Indústria e Comércio S.A. será atualizado contabilmente de acordo com o Laudo de Avaliação Patrimonial em curso.

9. RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A CL - INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., requereu Recuperação Judicial em maio de 2016, cujo processo encontra-se em trâmite junto ao Poder Judiciário da Comarca.

MAUÁ - ADMINISTRADORA DE BENS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em Reais)

	ATIVO			
	NOTA	2023		
NÃO CIRCULANTE				
Créditos a Receber	5	2.339.691	2.339.691	
Partes Relacionadas	4	17.361.224	17.381.058	
Imobilizado	3	77.635	77.635	
Total do Ativo		19.778.549	19.798.383	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
CIRCULANTE				
Previsão I.R./Cont	6	6.470.496	6.171.153	
Ajuntamento Clientes	7	1.250.000	1.250.000	
NÃO CIRCULANTE				
Partes Relacionadas	4			
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social	8	6.182.251	6.182.251	
Lucro/Prejuízos Acumulados		5.875.803	6.194.979	
Total do Patrimônio Líquido		12.058.054	12.377.230	
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		19.778.549	19.798.383	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em Reais)

	NOTA	2023	2022
Receitas (Despesas) Operacionais			
Administrativas	9	(19.800)	(13.344)
Despesas Gerais			
		(19.800)	(13.344)
Resultado oper. antes do resultado financeiro		(19.800)	(13.344)
Resultado financeiro			
Variáveis Financeiras Passivas		(299.377)	(282.127)
Juros Incorridos			
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos e contribuições		(319.176)	(295.470)
Provisão para IR e CSLL			
Lucro líquido do Exercício		(319.176)	(295.470)
Lucro por Lote de Mil Ações - R\$ 1,00		(0,05)	(0,07)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO FIMOS EM 2023 E 2022

	CAPITAL SOCIAL	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31-12-2022			
Capital Social	6.182.251	6.194.979	12.377.230
Lucros/ Prejuízos Acumulados		6.194.979	6.194.979
prejuízo no exercício 2023		(319.176)	(319.176)
SALDOS EM 31-12-2023	6.182.251	5.875.803	12.058.054

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022. (Em Reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Em julho de 2011 a controladora Porcelana Schmidt S.A. subscreeu capital na companhia Mauá Administradora de Bens S/A, por meio de bens avaliados pelo valor registrado nos livros contábeis e suportados por laudo de avaliação emitido por terceiros.

A integralização do capital social mediante a transferência de propriedade dos bens ocorreu em 21 de dezembro de 2011.

O objeto da empresa é a administração de bens e estabelecimentos ou empresas industriais e comerciais, nas quais, a qualquer título, inclusive de arrendamento, venha participar, podendo também administrar bens móveis e imóveis, empresas ou estabelecimentos que, para tal fim, lhe sejam confiados por terceiros, bem como a representação, distribuição, exportação e importação, por conta própria ou de terceiros, de peças e máquinas para qualquer fim, além do agenciamento e execução de propaganda e publicidade.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1) As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei 6404/76, com as alterações contidas nas Leis 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e 11.941 de 27 de maio de 2009, e as determinações das Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, relativas aos pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis).

2.2) A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 07 de março de 2024.

2.3) A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Administração da "Mauá Administradora de Bens S.A." revisa as estimativas pelo menos anualmente.

2.4) Descrição das principais práticas contábeis:

Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição, o qual foi por meio da integralização de capital da controladora, deduzidas as depreciações acumuladas.

3. IMOBILIZADO

a) A composição do imobilizado é:

Descrição	2023	2022
Terenos	77.635	77.635
Edifícios e Benfeitorias		
Total	77.635	77.635

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CORRESPONDENTES AOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em Reais)

	2023	2022
Atividades operacionais		
(Prejuízo) Lucro do exercício	(319.176)	(295.470)
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício gerado pelas (aplicado nas)atividades operacionais:		
Encargos sobre impostos em atraso		
Encargos sobre impostos em atraso - REFIS		
Baixa por impairment dos incentivos fiscais	-	-
Baixa por impairment de impostos não realizáveis		
Baixa por impairment de depósitos judiciais		
Ganho REFIS 11.941	-	-
Imposto de Renda e Contribuição social diferido (REFIS)		
Atualização das cessões de crédito		
Perda / (Ganho) Equivalência patrimonial		
Realização do imposto de renda e contribuição social diferido		
(Aumento)Redução do Ativo Operacional		
Outros créditos		
Partes Relacionadas	19.834	13.144
Depósitos Judiciais		
Aumento(Redução) no Passivo Operacional		
Instituições financeiras		
Diretores		
Obrigações Fiscais	299.342	282.127
Impostos Parcelados		
Impostos e contribuições Refis		
Partes Relacionadas		
Outras contas a pagar		

CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Integralização de Capital em Controlada
Venda do Ativo Imobilizado
Baixa líquida de bens utilizados na integralização de capital em controlada

CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

Saldo inicial de caixa e equivalentes
Saldo final de caixa e equivalentes

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022. (Em Reais)

4. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

	Ativo 2023	Passivo 2023	Ativo 2022	Passivo 2022
Contas				
Porcelana Schmidt	89.061		89.061	
Schmidt Industria	17.272.162		17.291.996	
Ceramina				
Total Não Circulante	17.361.224	0	17.381.058	0

5. CREDITOS A RECEBER

Refere-se a Crédito a Receber proveniente da venda.

6. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Refere-se a Imposto de Renda e Contribuição Social no valor total de R\$ 6.470.495,00 sobre lucro verificado nos exercícios de 2.013 e 2.014.

7. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

Descrição	2023	2022
Adiantamento Mercado I	1.250.000	1.250.000
Total	1.250.000	1.250.000

8. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 6.182.251 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00.

9 - DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	2023	2022
Publicações	19.179	13.268
Outras	621	76
Total	19.800	13.344

10. AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

PORCELANA SCHMIDT S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em Reais)

ATIVO	NOTA	2023		2022		P A S S I V O E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	NOTA	2023		2022	
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	3					Fornecedores		80.109		77.947	
Duplicatas a Receber	7	3.075.000	3.075.000			Obrigações Sociais	8	93.215.478		89.152.516	
Outros Créditos	7	248.217	246.370			Obrigações Fiscais		286.586.160		274.195.212	
						Impostos e Contribuições Sociais - Refis					
						Impostos Parcelados					
						Outras Contas a Pagar		62.648		62.648	
Total do Ativo Circulante		3.323.217	3.321.370			Total do Passivo Circulante		379.944.395		363.488.223	
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Crédito de Terceiros		2.088.235	2.088.235			Participações em controlada com passivo a descoberto	5	16.213.016		15.460.444	
Partes Relacionadas	4	16.811.277	17.008.495			Partes Relacionadas	4	1.236.794		1.236.794	
Depósitos Judiciais		29.137	29.137			Impostos Parcelados		62.402		62.402	
Outras contas a Receber		900.883	900.883			Impostos e Contribuições Sociais - Refis					
Investimentos						Provisão p/ I.Renda e Contrib. Social Diferido					
Participação em Empresas Controladas	5	23.218.559	24.385.539			Total do Passivo Não Circulante		17.512.212		16.759.640	
Imobilizado	6	4.007.697	4.007.697			PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)					
						Capital Social	9	20.394.263		20.394.263	
Total do Ativo Não Circulante		47.055.788	48.419.986			Reserva Especial de Capital		8.573.039		8.573.039	
Total do Ativo		50.379.005	51.741.356			Reservas de Reavaliação		7.030.365		7.030.365	
						Prejuízos Acumulados		(383.075.269)		(364.504.174)	
						Total do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)		(347.077.602)		(328.506.507)	
						Total do Passivo e Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)		50.379.005		51.741.356	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em Reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVA ESPECIAL	RESERVA DE REVALIAÇÃO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31-12-2022	20.394.263	8.573.039	7.030.365	(364.504.175)	(328.506.507)
Prejuízo do Exercício de 2023	-	-	-	(18.571.095)	(18.571.095)
SALDOS EM 31-12-2023	20.394.263	8.573.039	7.030.365	(383.075.270)	(347.077.603)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em Reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Em março de 2000, foram arrendados por mais cinco anos, todo o complexo industrial e os estabelecimentos comerciais da Companhia, ambos em plena operação. A partir dessa data as receitas da Companhia passaram a ser originadas dos contratos de arrendamento. Em 02 de janeiro de 2008, o arrendamento foi prorrogado até 31 de março de 2021.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1) As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei 6404/76, com as alterações contidas nas Leis 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e 11.941 de 27 de maio de 2009, e as determinações das Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, relativas aos pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis).

2.2) A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 07 de março de 2024.

2.3) A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. A Administração da "Porcelana Schmidt S.A." revisa as estimativas pelo menos anualmente.

2.4) Descrição das principais práticas contábeis:

a. Caixa e equivalentes de caixa

Consistem em numerários mantidos em caixa e contas correntes bancárias de livre movimentação.

b. Outros Créditos

São apresentados pelo valor realizável líquido, demonstrados no ativo circulante ou no não circulante de acordo com a previsão de sua realização.

c. Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição, construção e reavaliação atualizado monetariamente, até 31 de dezembro de 1.995, deduzidas as depreciações acumuladas, calculadas de acordo com o método linear.

d. Demais Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas de acordo com os contratos vigentes.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	2023	2022
Bancos com Movimento	-	-
Total	2.012.348	840.995

4. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Contas	2023		2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Schmidt Ind. Com. Imp. Exp. Lt.	2.012.348		2.209.567	840.995
Refflora Reflorestamento Itaipu Ltda		840.995		
Cerâmica Ind. Cer. e Min. Ltda.	7.071.210		7.071.210	
Ponderosa Adm. Ind. e Com. S/A.	7.178.549		7.178.549	
Administradora Schmidt S/A.	478.135		478.135	270.000
CL Ind. E Com	70.335	270.000	70.335	36.739
Pomerania		36.739		89.061
Mauá Adm		89.061		
TBW Adm	700		700	
Total Não Circulante	16.811.277	1.236.794	17.008.495	1.236.794

O crédito e receita auferida no ano com a Schmidt Indústria, Comércio, Importação e Exportação Ltda. no valor de R\$ 3.075.000,00, refere-se às operações de arrendamento do complexo industrial e dos estabelecimentos comerciais da Companhia.

5. INVESTIMENTO - PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS CONTROLADAS.

Investimentos:	2023	2022
Avaliados por equivalência patrimonial		
Refflora Reflorestamento Itaipu Ltda	1.363.538	1.475.174
Mauá Administradora de Bens S/A	12.058.054	12.377.230
CL Indústria e Comércio S/A	1.990.528	2.600.331
Pomerania Ind. E Com. De Porcelanas	2.231.584	2.330.538
TBW Adm de Bens	5.574.855	5.602.266
Total Registrado no Ativo não circulante	23.218.559	24.385.539
Cerâmica Cerâmica e Mineração Ltda	(16.213.016)	(15.460.444)
Total Registrado no Passivo não circulante	(16.213.016)	(15.460.444)

As demonstrações contábeis das controladas foram elaboradas para 31 de dezembro de 2022, e os critérios adotados foram os mesmos utilizados pela controladora. Essas demonstrações foram examinadas por Auditores Independentes.

Em julho de 2011 a Porcelana Schmidt S.A. subscreveu capital nas seguintes empresas controladas (subsidiárias integrais): Mauá Administradora de Bens S/A e CL Indústria e Comércio S.A. por meio de bens avaliados pelo valor registrado nos livros contábeis e suportados por laudo de avaliação emitido por terceiros.

A integralização do capital social mediante a transferência de propriedade dos bens às empresas subsidiárias Mauá Administradora de Bens S/A e CL Indústria e Comércio S/A, ocorreram, respectivamente, em 21 de dezembro de 2011 e 21 de julho de 2011.

A empresa Pomerania Ind. e Com. de Porcelanas teve a subscrição e o registro da transferência de propriedade dos bens em 10 de janeiro e 27 de janeiro de 2012, respectivamente. A subscrição de capital foi com integralização de bens componentes do ativo imobilizado, avaliados pelos valores contábeis conforme laudo emitido por terceiros, devidamente aprovado em assembleia dos acionistas.

	Cerâmica		Refflora	
	2023	2022	2023	2022
Capital Social integralizado	287.897	287.897	5.748.060	5.748.060
Quantidade de cotas integralizadas	287.897	287.897	5.748.060	5.748.060
Quantidade de cotas possuídas integralizadas	287.825	287.825	5.748.060	5.748.060
Percentual de Participação	99,98%	99,98%	99,99%	99,99%
Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)	(15.460.444)	(14.832.756)	1.475.174	1.580.735
Valor nominal da ação/cota	1,00	1,00	1,00	1,00
Resultado do Exercício	(752.723)	(627.814)	(111.795)	(105.423)
Movimento do Investimento:				
Saldo inicial	(15.460.444)	(14.832.756)	1.475.174	1.580.735
Integralização de capital	-	-	-	-
Ajuste por equivalência patrimonial (resultado)	(752.572)	(627.688)	(111.636)	(105.412)
Saldo final	(16.213.016)	(15.460.444)	1.363.538	1.475.174

	Pomerania		CL Indústria		Mauá	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Capital Social integralizado	4.130.383	4.130.383	4.441.316	4.441.316	6.182.251	6.182.251
Percentual de Participação	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Patrimônio Líquido	2.330.538	2.499.708	1.990.528	3.200.685	12.377.230	12.672.700
Valor nominal da ação/cota	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Resultado do Exercício	(98.954)	(169.170)	(609.802)	(600.355)	(319.176)	(295.470)
Movimento do Investimento:						
Saldo inicial	2.330.538	2.499.708	2.600.301	3.200.685	12.377.230	12.672.700
Integralização de capital	-	-	-	-	-	-
Equivalência	(98.954)	(169.170)	(609.802)	(600.355)	(319.176)	(295.470)
Saldo final	2.231.584	2.330.538	1.990.528	2.600.301	12.058.054	12.377.230

	TBW Adm. Bens S.A	
	2023	2022
Capital Social integralizado	5.790.000	5.790.000
Percentual de Participação	100,00%	100,00%
Patrimônio Líquido	5.602.265	5.635.034
Valor nominal da ação/cota	1,00	1,00
Resultado do Exercício	(27.411)	(32.769)
Movimento do Investimento:		
Saldo inicial	5.602.266	5.635.034
Integralização de capital	-	-
Equivalência	(27.411)	(32.769)
Saldo final	5.574.855	5.602.265

O resumo dos saldos de investimento e equivalência nas controladas foram:

	2023	2022	2023	2022
Cerâmica	(16.213.016)	(15.460.444)	(752.572)	(627.688)
Refflora	1.363.538	1.475.174	(111.636)	(105.561)
Pomerania	2.231.584	2.330.538	(98.954)	(169.171)
CL Indústria	1.990.528	2.600.331	(609.802)	(600.354)
Mauá Adm.	12.058.054	12.377.230	(319.176)	(295.471)
TBW Adm Bens	5.574.855	5.602.266	(27.411)	(32.769)
TOTAL	7.005.543	8.925.095	(1.919.552)	(1.831.014)

Em julho de 2011 a Porcelana Schmidt S/A subscreveu o capital na empresa controlada (subsidiária integral) TBW Administradora de Bens S/A e integralizou no exercício de 2.013, após o registro no INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial), tomando por base o valor de suas marcas que estão em plena utilização e produção de seus produtos. O valor atribuído a essas marcas, de R\$ 5.790.000, foram avaliados por especialistas utilizando-se de critérios técnicos suportados por laudo devidamente aprovado em assembleia dos acionistas.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em Reais)

	NOTA	2023	2022
Receita Operacional Líquida			
Receitas/Despesas Operacionais			
Administrativas			
Despesas Gerais	10	(182.501)	(192.999)
Depreciações e amortizações			
Resultado da Equivalência Patrimonial	5	(1.919.552)	(1.831.014)
Outras receitas / (Outras Despesas)			
Receita de Aluguel		(2.166.372)	(2.024.013)
Resultado oper. antes do resultado financeiro		(2.166.372)	(2.024.013)
Resultado financeiro			
Despesas financeira		(16.404.723)	(16.405.612)
Receita financeira		6.545	
Aluguel e Indenizações			
Resultado financeiro líquido		(16.404.723)	(16.399.066)
(Prejuízo) / Lucro antes dos impostos e contribuições		(18.571.095)	(18.423.080)
Provisão para IR e CS diferido - REFIS			
Reversão I.R. e C.S. s/ Res. Reavaliação			
(Prejuízo) / Lucro líquido do Exercício		(18.571.095)	(18.423.080)
(Prejuízo) / Lucro por Lote de Mil Ações - R\$ 1,00		(100)	(99)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CORRESPONDENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em Reais)

	2023	2022
Atividades operacionais		
(Prejuízo) Lucro do exercício	(18.571.095)	(18.423.080)
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Depreciações do imobilizado		
Baixa líquida na alienação do imobilizado		
Encargos sobre impostos em atraso - REFIS		
Baixa por impairment dos incentivos fiscais		
Baixa por impairment de impostos não realizáveis		
Ganho REFIS 11.941		
Imposto de Renda e Contribuição social diferido (REFIS)		
Atualização das ccessões de crédito		
Perda / (Ganho) Equivalência patrimonial	1.919.552	1.831.014
Realização do imposto de renda e contribuição social diferido		
(Aumento) Redução do Ativo Operacional		
Outros créditos	(1.847)	(42.682)
Partes Relacionadas	197.218	171.214
Depósitos Judiciais		
Aumento/(Redução) no Passivo Operacional		
Obriga		

PONDEROSA - Administração, Indústria e Comércio S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em Reais)

ATIVO	NOTAS	2023		2022	
		2023	2022	2023	2022
CIRCULANTE					
Impostos a recuperar	3	218.451	218.451	-	-
Total do Ativo Circulante		218.451	218.451		
NÃO CIRCULANTE					
Partes relacionadas (operações de mútuo)	4	38.347	38.347	-	-
Imobilizado (Terrenos)		15.000	15.000	-	-
Total do Ativo não Circulante		53.347	53.347		
Total do ativo		271.798	271.798		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em Reais)

	CAPITAL ATUALIZADO		RESERVAS DE CAPITAL		Reservas de Reavaliação em Controlada	Prejuízos Acumulados	Totais
	Social	Incentivos Fiscais	Lei 8200/91 Controlada	Reavaliação em Controlada			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.635.507	-	3.434.231	933.251	-	(1.466.051.690)	(1.459.048.701)
Realização Líquida da Reserva de Reavaliação em controlada	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do Exercício de 2023	-	-	-	-	-	(89.774.770)	(89.774.770)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.635.507	-	3.434.231	933.251	-	(1.555.826.461)	(1.548.823.472)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022. (Em Reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A atividade da Empresa compreende, entre outros, a representação e comercialização de produtos em geral e participações societárias.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1) As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requeridas para os exercícios findos em 2023 e levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei 6.404/76, com as alterações constantes na Lei 11.638/07 de, 28 de dezembro de 2007 e Lei 11.941/09 de, 27 de maio de 2009, e as determinações das Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade relativa aos pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis).

2.2) A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 07 de março de 2024.

2.3) A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. A Administração da "Ponderosa" revisa as estimativas pelo menos anualmente.

2.4) As principais práticas contábeis adotadas foram as seguintes:

- Impostos a Recuperar
- Os valores passíveis de compensação referem-se a retenções de imposto de renda na fonte sobre as notas fiscais de serviços emitidas contra a empresa controlada e são demonstrados no ativo circulante em razão da previsão de sua realização.
- Imobilizado
- Está demonstrado pelo custo de aquisição.
- Demais Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas de acordo com os contratos vigentes.

A empresa passou a avaliar os investimentos nas controladas pelo método de equivalência patrimonial, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, procedendo aos ajustes de maneira retrospectiva. Os investimentos cujas empresas controladas possuem passivo a descoberto, o valor da equivalência foi contabilizada em resultado do exercício tendo como contrapartida a conta do passivo não circulante.

3. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2023	2022
I.R.R.F	218.451	218.451
Total	218.451	218.451

Movimentação do I.R.R.F

	2023	2022
Saldo inicial	209.316	209.316
IR recolhido referente ao REFIS II	7.467	7.467
I.R.R.F. Jan a dez/2012 e 2011	1.668	1.668
Baixa de I.R.R.F. da competência até 31.12.2006	-	-
Saldo em 31 de dezembro	218.451	218.451

4. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

	2023		2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Schmidt Ind.Com.Imp.Exp. Ltda.	-	2.645.854	-	2.637.544
Porcelana Schmidt S/A	-	7.178.549	-	7.178.549
Reflorita Reflorest. Itaipu Ltda.	-	5.624	-	5.624
Ceramina Ind. Cerâmica e Mineração Ltda.	-	220.524	-	220.524
TBW Administradora de Bens	38.347	-	38.347	-
Total	38.347	10.050.551	38.347	10.042.241

5. INVESTIMENTO - PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS CONTROLADAS

	Porcelana Schmidt S/A		Schmidt Ind.Com.Imp.Exp.Ltda	
	2023	2022	2023	2022
Capital Social	20.394.263	20.394.263	20.000	20.000
Quantidade de ações ou cotas	185.402.388	185.402.388	20.000	20.000
Quantidade de ações ou cotas possuídas	139.500.969	139.500.969	19.950	19.950
Porcentagem de Participação	75,24%	75,24%	99,75%	99,75%
Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)	(328.506.503)	(328.506.503)	(1.277.671.319)	(1.201.730.137)
Valor nominal da ação/cota	0,11	0,11	1,00	1,00
(Prejuízo) / Lucro do Exercício	(18.571.095)	(18.423.079)	(75.941.181)	(58.504.850)
Equivalência	-13.972.892	-13.861.525	-75.751.328	-58.358.588

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em Reais)

	2023	2022
Receitas (Despesas) Operacionais		
Administrativas	-	(8.262)
Despesas Gerais	8	(10.139)
Equivalência Patrimonial	5	(72.220.113)
Resultado financeiro	(89.724.220)	(72.230.252)
Resultado oper. antes do resultado financeiro	(89.724.220)	(72.230.252)
Despesas financeiras	(42.289)	(42.277)
Resultado financeiro líquido	(42.289)	(42.277)
Prejuízo antes dos impostos e contribuições	(89.774.770)	(72.272.528)
(Prejuízo) Lucro Líquido do Exercício	(89.774.770)	(72.272.528)
Lucro (Prejuízo) por Lote de Mil Ações - R\$ 1,00	(8.515,89)	(6.855,66)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CORRESPONDENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em Reais)

	2023	2022
Atividades operacionais		
(Prejuízo) Lucro Líquido do Exercício	(89.774.770)	(72.272.528)
Ajustes para conciliar o prejuízo líquido do exercício gerado pelas aplicações nas atividades operacionais:		
Encargos sobre Impostos em atraso	-	-
Equivalência Patrimonial	89.724.220	72.220.113
Perdas sobre IRRF	-	-
Imposto de Renda e Contr. Social Diferido - REFIS	-	-
(Aumento)Redução do Ativo Operacionais	-	-
Contas a receber da controlada	-	-
Impostos a recuperar	-	-
Outros créditos	-	-
Aumento(Redução) no Passivo Operacionais	42.240	42.239
Obrigações Fiscais e Sociais	-	-
Impostos e Contribuições - REFIS	-	-
Contas Correntes de Diretores	-	-
Partes Relacionadas	8.310	10.176
Comissões	-	-
Outras Contas a Pagar	-	-
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADOS NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(0)	-
REDUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES OPERACIONAIS	-	-
Saldo inicial de caixa e equivalentes	-	-
Saldo final de caixa e equivalentes	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Movimento do passivo em controlada da Ponderosa

	2023	2022
Saldo inicial	(1.445.874.154)	(1.314.900.028)
Integralização de capital	-	-
Ajuste por equivalência patrimonial (resultado)	(89.724.220)	(72.220.113)
Saldo final	(1.535.598.374)	(1.445.874.154)

6. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	2023	2022
PIS	5.585	5.340
COFINS	32.575	31.180
Programa Rec. Fiscal	2.106.944	2.106.943
I.S.S	325.951	325.951
Outros Tributos	118.336	113.273
Total	2.589.391	2.582.687

7. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado é representado por 10.542.027 ações, sendo 3.514.009 ordinárias e 7.028.018 preferenciais, no valor nominal de R\$ 0,25.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas terão preferência no recebimento de dividendos mínimo de 1% sobre o Capital Social.

8. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

Descrição	2023	2022
Revistas e Publicações	5.991	6.100
Outras Despesas	2.271	4.039
Total	8.262	10.139

9. AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

O ativo imobilizado da Ponderosa Administração, Indústria e Comércio S.A., está em processo de Avaliação Patrimonial, com previsão de término em 2024, com a conclusão deste processo o Ativo Imobilizado da Ponderosa S.A., será atualizado contabilmente de acordo com o Laudo de Avaliação Patrimonial em curso

10. RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A PONDEROSA ADMINISTRAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., requereu Recuperação Judicial em maio de 2016, cujo processo encontra-se em trâmite junto ao Poder Judiciário da Comarca.

GPM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A

CGC/MF 75.204.354/0001-57

AVISO AOS ACIONISTAS

Acham-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia à rua Emiliano Pernet, 659 SL 04, os documentos de que trata o artigo nº 133 da lei 6.404 de 15/12/1976, ou seja, o Balanço Geral e as Demonstrações Financeiras pertinentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023.

CONVOCAÇÃO

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

São convidados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a se realizar no dia 30 de abril de 2024, sendo a primeira chamada às 15:00h e a segunda chamada às 15h30min, na Rua Emiliano Pernet, n.º 659 - Piso P, nesta Capital, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras e resultados do exercício social encerrado em 31.12.2023.
- Destinação do lucro de exercício encerrado em 31.12.2023.
- Eleição de Diretoria.
- Outros assuntos de interesse social.

Curitiba, 26 de março de 2024.

João Cesar Fernandes Pessôa
Diretor Presidente

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA-PR

INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2024-PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16/2024

OBJETO: Aquisição de Medicamentos Para a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Sapopema - Pr, Conforme **CONVENIO Nº 001/2023 e Adesão a Ata de Registro de Preço dos Pregões Eletrônico Nº 19/2023, 20/2023 e 21/2023, do Consórcio Intergestores Paraná Saúde.** O prefeito Municipal de Sapopema torna pública a Inexigibilidade de Licitação, na forma do artigo Artigo Artigo 86, § 2º, inciso I e II da Lei 14.133/2021, Decreto Municipal Nºs 57/2024 e 58/2023. **ADJUDICADO: CONSORCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE-CNPJ: 03.273.207/0001-28-VALOR TOTAL DE R\$: 25.005,46 (vinte e cinco mil cinco reais e quarenta e seis centavos)-CONTRATO Nº 47/2024-VIGÊNCIA: 03 (três) meses. Sapopema, 27 de março de 2024. Paulo Maximiano de Souza Junior- Prefeito Municipal**

MUNICÍPIO DE INÁCIO MARTINS - PARANÁ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024

O Prefeito Municipal de Inácio Martins/PR, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Federal nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela Pregoeira juntamente com a Equipe de Apoio, designados através do Decreto nº 015/2024, RESOLVE HOMOLOGAR A PRESENTE LICITAÇÃO nestes termos: Processo de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 010/2024. Objeto: Aquisição de patrulha mecanizada agrícola, conforme Convênio Mapa nº 941895/2023. Proponente declarada vencedora do certame Simex Máquinas Agrícolas Ltda - CNPJ nº 00.827.383/0001-76. Valor Contratual: R\$ 248.000,00 (Duzentos e quarenta e oito mil reais).

Inácio Martins/PR, 25 de Março de 2024

Edemétrio Benato Junior
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 017/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024. Objeto: Aquisição de patrulha mecanizada agrícola, conforme Convênio Mapa nº 941895/2023. Contratante: Município de Inácio Martins/PR - CNPJ nº 76.178.029/0001-20. Contratada: Simex Máquinas Agrícolas Ltda - CNPJ nº 00.827.383/0001-76. Valor Contratado: R\$ 248.000,00 (Duzentos e quarenta e oito mil reais). Prazo de Execução e Vigência: 25/03/2024 a 24/03/2025. Assinatura: 25/03/2024.

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIA: SARITA IANCA VICENTE RODRIGUES PRAZO DE 35 dias úteis O Juiz de Direito Rogério de Assis, da 2ª Vara Cível de Curitiba, FAZ SABER a todos que o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juiz, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Cobrança de Aluguéis - Sem despejo, sob nº 0006352-21/2023, e 16.0194 em que é autor SCHMOELLER IMÓVEIS LTDA - ME, e réus GLEDYSON BRUNO OGG, MARCELO EPHIGENIO DA CRUZ e SARITA IANCA VICENTE RODRIGUES, e que não foi possível localizar pessoalmente a Requerida: SARITA IANCA VICENTE RODRIGUES, inscrita no CPF sob nº. 099.183.929-32. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua CITAÇÃO para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, apresentar contestação, ciente de que não havendo resposta implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial, nestes autos supra mencionado. RESERVA DA INICIAL: Em 17 de maio de 2016, as partes celebraram CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL, cuja duração é de 12 (doze) meses, com início em 14/05/2016 e término em 13/05/2017. O imóvel objeto da locação está situado na Rua Arthur Pina, nº 136, Boqueirão, Curitiba/PR, CEP 81.670-030, sendo certo que o valor do aluguel mensal restou ajustado em R\$ 1.687,50 (mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) com vencimento até o dia 30 (trinta) de cada mês e reajustado anualmente pelos índices do IGP/M/IGV. Além do aluguel mensal, o contrato estabelece que os Locatários, ora réus, ficam obrigados a pagar o aluguel e encargos atrelados ao imóvel objeto da locação. Ainda, no caso de adimplemento pontual, será aplicada a bonificação de R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), no entanto, no caso de ser infringido o contrato de locação em qualquer de seus termos, os locatários ficarão sujeitos ao pagamento da multa contratual correspondente a 3 (três) vezes o valor do aluguel, além da cobrança honorários advocatícios no percentual de 20% (vinte por cento), em conformidade com as cláusulas 10.1 e 3.7, do contrato que vincula as partes. Os requeridos estavam cientes dos termos da contratação locatícia e igualmente cientes da situação do imóvel locado em todos os seus detalhes como consta do Termo de vistoria de entrada do imóvel locado (anexo). Ocorre que o contrato de locação foi rescindido em 18/05/2018, com a entrega das chaves, ficando estabelecido que a vistoria de saída do imóvel seria realizada em 21/09/2018, para vistoria e execução dos reparos que se fizessem necessários no imóvel. Conforme designado, a vistoria no imóvel foi realizada e aprovada em 22/09/2018 e os requeridos os optaram pelo não comparecimento, pois o imóvel não se encontrava nas mesmas condições de uso as quais contemplavam no início da locação, inviabilizando nova possibilidade de locação o que prejudicou o direito da requerente, no entanto, após a realização de alguns reparos a vistoria de saída do imóvel foi aprovada em 27/10/2018. Em 29/11/2018, foi formalizado o Termo de Rescisão Amigável do Contrato de Locação, descrevendo os valores utilizados para a realização dos reparos, descontando o valor da caução, no entanto, restou um saldo remanescente dos reparos, contas de água, contas de luz, IPTU e demais taxas, o qual não foi devidamente quitado pelos requeridos. Na tentativa de solucionar amigavelmente o litígio, a requerente notificou os requeridos e ajuizou Procedimento Arbitral na Câmara de Mediação e Arbitragem do Paraná - CMPA/PR, no entanto, não obteve êxito em formalizar acordo com os requeridos. Assim, a requerente esclarece que foram realizadas diversas tentativas para recebimento dos valores em atraso, as quais restaram infrutíferas, razão pela qual se viu forçada a ajuizar a presente demanda. Compulsando os autos, verifico que a parte autora não obteve êxito na citação da parte requerida, apesar das diversas diligências realizadas nos autos visando a busca do correto endereço. 3. Diante das frustradas tentativas de citação e localização de endereços da parte ré, DEFIRO o pedido de citação por edital, conforme o artigo 257 do CPC. 4. Deverá constar do edital a advertência de que será nomeado curador especial em caso de revelia. 5. Não havendo as ferramentas previstas no artigo 257, II, do CPC, a publicação do edital pelo Cartório será feita por afixação do mesmo no quadro de avisos da Vara e no Diário Oficial. 6. Caberá à parte autora comprovar a publicação do edital em jornal local no prazo de 30 (trinta) dias, conforme o artigo 257, parágrafo único, do CPC. 7. Estando em ordem a citação por edital, e esgotado o prazo, fica nomeada a Curadoria Especial para apresentar eventual defesa, abrindo-se vistas dos autos ao órgão. 8. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, intime-se a parte autora para, no prazo de 05 dias, requerer o que for do seu interesse. Intimem-se. Em 6 de dezembro de 2023. Rogério de Assis Juiz de Direito". Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 (vinte) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Marcieli de Ávila Gison, Analista Judiciário, conferi e digitei. Curitiba, 15 de março de 2024. Rogério de Assis Juiz de Direito

Edição impressa